UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FLÁVIA RANOYA SEIXAS LINS

A PSICOLOGIZAÇÃO DA PSICANÁLISE NA EDUCAÇÃO:
um estudo da conexão psicanálise e educação em São Paulo - Brasil

São Paulo

2009

FLÁVIA RANOYA SEIXAS LINS

**A psicologização da psicanálise na educação: um estudo da conexão psicanálise e
educação em São Paulo - Brasil**

Dissertação apresentada a Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Psicologia e Educação

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Voltolini

São Paulo 2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.046(81.61)Lins, Flávia Ranoya Seixas

L759p

A psicologização da psicanálise na educação : um estudo da conexão psicanálise e educação em São Paulo – Brasil / Flávia Ranoya Seixas Lins ; orientação Rinaldo Voltolini . São Paulo : s.n., 2009.

123p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia – Educação – Transmissão - São Paulo 2. Psicanálise – Transmissão I. Voltolini, Rinaldo, orient.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Flávia Ranoya Seixas Lins

A psicologização da psicanálise na educação: um estudo da conexão psicanálise e educação em São Paulo - Brasil

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Psicologia e Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza: _____
FEUSP

Profa. Dra. Angela Maria Resende Vorcaro: _____
UFMG

Prof. Dr. Rinaldo Voltolini: _____
FEUSP (orientador)

**Aos meus pais, *in memoriam*,
e ao meu pequeno Matias.**

AGRADECIMENTOS

A Rinaldo Voltolini, pela confiança em meu trabalho, por ter me acolhido na Faculdade de Educação, possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa.

A Christian Dunker e Leandro de Lajonquière pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos entrevistados, pelas ricas reflexões que alimentaram este trabalho.

A Nina Leite, por me acompanhar há tantos anos.

Ao Chico, meu amor, pela interlocução constante, pelas inúmeras discussões sobre a pesquisa, pelas revisões do texto e por estar comigo neste longo percurso de trabalho.

A Renata Guarido, pelas tantas conversas sobre este trabalho, pelas leituras do texto e pela importante presença em momentos difíceis da vida.

A Pauli, pela ajuda fundamental e preciosa na finalização deste trabalho, pela agilidade na transcrição das entrevistas, pelo carinho e sinceridade.

A Viviane Veras, pela generosidade e precisão na revisão do texto.

A Gabriela Balaguer, pela transcrição das primeiras entrevistas.

As queridas amigas Camille Gavioli e Renata Abbamonte, pelas parcerias nos estudos e também pelos necessários momentos de descontração. A Camille, especialmente, pela ajuda com o *Abstract*.

A Janaina e Pedro, pelos encontros regados a muitas risadas.

A Martha e a Tuta, pelo apoio na finalização deste trabalho.

Aos meus amados irmãos: Rafaela, Carlos e Guilherme, por estarmos próximos.

A Gladys e Francisco, por saber que conto com eles.

A Maria, por me ajudar a cuidar e educar o Matias.

Ao Matias, que me fez descobrir um outro sentido da vida.

A compreensão da barbárie só adquire sentido se acrescenta algo ao nosso poder de evitar a sua repetição. É por esse motivo que o pensar crítico já está no âmbito da práxis e, assim, já se configura de alguma maneira como resistência - a “algo pior”.

(Franklin Leopoldo e Silva)

RESUMO

LINS, F. R. S. **A psicologização da psicanálise na educação: um estudo da conexão psicanálise e educação em São Paulo - Brasil**. 2009, 123 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A partir da constatação da forte incidência da psicologização da educação em uma rede municipal de ensino, buscamos compreender como a psicanálise participava desse processo. Partimos da observação de que, uma vez apropriada pela educação, a psicanálise tornava-se um conhecimento psicológico com finalidades adaptativas e normativas e, portanto, mais uma teoria a serviço da psicologização da educação. Nesse contexto, procuramos identificar os caminhos e motivações pelos quais se operou – no Brasil e especificamente em São Paulo – essa psicologização, bem como os mecanismos de perpetuação desse processo na atualidade. A discussão da psicologização da psicanálise na educação torna-se, assim, o objetivo deste estudo.

Iniciamos nossa investigação com um levantamento bibliográfico que nos permitiu estabelecer um panorama histórico das relações entre psicanálise e educação no Brasil. Destaca-se, nesse percurso, que a psicanálise esteve atrelada à educação desde o início de sua difusão, sendo incorporada ao discurso médico higienista da época, tornando-se um dos principais fundamentos teóricos do movimento escolanovista brasileiro e solidificando-se como prática voltada ao campo educacional com a implantação das Clínicas de Higiene Mental Escolar em São Paulo. Esse panorama permite concluir que a psicanálise serviu aos pressupostos da terapêutica médica preventivista e sofreu as influências das correntes psicológicas emergentes (as teorias do comportamento e as psicométricas). A partir da década de 80, constituiu-se em São Paulo um campo de pesquisa em Psicanálise e Educação, que deu lugar a reflexões sobre a aplicação da psicanálise na educação, bem como a críticas ao discurso pedagógico moderno, que possibilitaram o avanço das discussões nesse campo, mas não impediram a continuidade desse processo.

Buscando investigar como se opera a transmissão da psicanálise no campo educacional, entrevistamos, em São Paulo, psicanalistas que ministram cursos voltados a educadores e psicanalistas que trabalham como orientadores escolares. Interessava-nos, sobretudo, identificar possíveis relações entre o processo de transmissão e o fenômeno da psicologização da psicanálise na atualidade. Nossa pesquisa de campo parece indicar que a psicanálise é transmitida na educação com maior ênfase na vertente terapêutica, aparecendo de forma pouco vinculada aos processos sociais, culturais e políticos. Concluímos nosso trabalho, procurando apontar as razões da produção e manutenção da psicologização da psicanálise na educação. Identificamos as raízes desse processo no modo como originariamente se estabeleceu a relação entre psicanálise e educação no Brasil, considerando-se, nesse quadro, a crise na educação segundo Hannah Arendt. Indicamos também que o ensino da teoria psicanalítica para educadores parece contribuir para a manutenção desse processo na atualidade.

Palavras-chave: psicanálise, educação, psicologização, transmissão, São Paulo.

ABSTRACT

LINS, F. R. S. **The psychologization of psychoanalysis in education: a study of the connection of psychoanalysis and education in São Paulo – Brazil.** 2009, 123p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

After verifying a strong incidence of the psychologisation of education in a pool of municipal schools, we aimed to understand how psychoanalysis participated in this process. We started with the observation that once psychoanalysis has been picked over, it has turned a psychological knowledge with adaptative and normative purposes and, hence, one more theory at service of psychologization of education. In this context, we tried to identify the ways and motivations – in Brazil and specifically in São Paulo – through which this psychologization occurred, as well as the mechanisms of perpetuation of this process nowadays.

We started our investigation with a bibliographic research which permitted to establish a historical panorama of the relation of psychoanalysis and education in Brazil. It stands out in this process that psychoanalysis was connected to education since the beginning of its diffusion, being incorporated in the hygienic medical discourse of the age, turning into one of the main theoretical fundaments of the Brazilian ‘escolanovismo’ and solidifying itself as a practice connected with the educational field with the implantation of clinics of mental hygienic scholarship in São Paulo. This panorama allows concluding that psychoanalysis served the purpose of preventivist medical therapy and suffered the influences of the emergent psychological currents (the behaviorist and the psychometric theories).

From the 80s, it was created a research field in Psychoanalysis and Education in São Paulo, where thoughts about the application of psychoanalysis in education took place, as well as criticisms of the modern pedagogic discourse which permitted the advance in the debate in this area, yet they did not stop the continuity of this process.

Investigating how the transmission of psychoanalysis in the educational field occurs, psychoanalysts that teach in courses offered to educators and psychoanalysts that work as school tutors in São Paulo were interviewed. Above all, it was interesting to identify possible relations between the transmission process and the psychologization phenomenon of psychoanalysis today. Our field research seems to indicate that psychoanalysis is transmitted in education with more emphasis in the therapeutical aspect, it appears very little connected with social, cultural and political processes. We conclude our paper trying to point the reasons for the production and maintenance of psychologization of psychoanalysis in education. We identify the roots of this process in the way the relation between psychoanalysis and education was originally established in Brazil, considering, in this case, the crisis of education according to Hannah Arendt. We also suggest that teaching psychoanalytic theory to educators seems to contribute to the maintenance of this process today.

Key-words: psychoanalysis, education, psychologization, transmission, São Paulo.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1 - A origem da conexão psicanálise e educação em São Paulo – Brasil.....	21
1.1 – Elementos precursores da articulação psicanálise e educação no Brasil: o cenário social e seus atores.....	22
1.1.1 - No Rio de Janeiro: Arthur Ramos.....	25
1.1.2 - Em São Paulo: Durval Marcondes.....	27
1.2 – As estratégias de divulgação da Psicanálise e sua participação no escolanovismo brasileiro.....	31
1.3 – As Ligas de Higiene Mental Escolar: origens de uma prática da psicanálise na educação.....	36
Capítulo 2 – A atualidade da conexão psicanálise e educação em São Paulo: a constituição de um campo de pesquisa.....	43
2.1 – O debate inaugural sobre a aplicação da psicanálise na educação.....	43
2.2 – As pesquisas sobre o campo Psicanálise e Educação em São Paulo.....	52
Capítulo 3 – A psicologização da educação e o lugar da psicanálise nesta problemática	
3.1 - A psicologização da educação na atualidade: de onde partimos.....	59
3.1.1 - A Psicologização da Educação e o Fracasso Escolar.....	61
3.1.2 - A Psicologização da Educação e o discurso (psico)pedagógico hegemônico.....	65
3.2 - A psicologização da psicanálise na educação.....	68
3.3 - A relação entre a crise na educação e a psicologização da educação na atualidade.....	72
Capítulo 4 – O problema da transmissão da psicanálise na educação.....	77
4.1 - A Psicanálise em Extensão e Intensão: o problema da Aplicação da psicanálise.....	78
4.2 - A diferença entre ensino e transmissão para a psicanálise.....	80
Capítulo 5 – A pesquisa de campo: análise das entrevistas.....	89
5.1 - Sobre as entrevistas	89
5.2 - A análise das entrevistas.....	91
Considerações Finais.....	107
Referências.....	117

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi formulado a partir de questionamentos provenientes de minha atuação como psicóloga escolar em uma rede municipal de educação e do meu percurso teórico e clínico em psicanálise. Desta forma, meu interesse voltou-se para as relações entre psicanálise e educação, especialmente para a constituição do campo Psicanálise e Educação em São Paulo - Brasil.

Dentro desta ampla temática, destacamos a inquietação gerada pela constatação da forte incidência da psicologização da educação. A presença do discurso psicológico na educação aparece como um fenômeno recente – que se intensificou por volta de 1970 – situado no contexto do mundo contemporâneo. Tem sido analisada e problematizada por diversos autores que se dedicam ao estudo crítico das relações entre a psicologia e a educação (PATTO, 1993; COLLARES & MOYSÉS, 1994; MACHADO, 1998; LAJONQUIÈRE, 1999; CARVALHO, 2001; VOLTOLINI, 2007). Mesmo partindo de referenciais teóricos distintos, verificamos certo consenso entre esses pesquisadores: a compreensão da psicologização da educação como uma face do mundo contemporâneo, um processo intimamente relacionado ao avanço da lógica capitalista e à hegemonia do discurso técnico e cientificista da atualidade.

Uma vez que nossa atenção se voltou para a presença do discurso psicológico na educação, causou-nos certo impacto a observação de que o discurso psicanalítico presente na educação adquiria forma semelhante à de outros saberes oriundos de teorias propriamente psicológicas. Assim, apoiada em meu referencial teórico, trazia a expectativa de que a psicanálise, em sua perspectiva crítica da cultura e com sua ética distinta da psicologia, pudesse operar no sentido de certa desconstrução do lugar do discurso psicológico na educação. Nossa surpresa era a de que a psicanálise, apropriada pela educação, tornava-se uma teoria psicológica com finalidades adaptativas e normativas e, portanto, mais uma teoria a serviço da psicologização da educação.

Era de se esperar que algumas teorias e práticas psicológicas, em especial aquelas associadas à psicomетria, tivessem se prestado à produção e à manutenção da psicologização da educação, uma vez que, em sua fundação como ciência, a psicologia não rompeu com a tradição ideológica dominante, tendo por objeto o comportamento humano e

um método definido pelos pressupostos positivistas (FIGUEIREDO, 1991). Contudo, diferentemente da psicologia, que se volta para as investigações sobre o estatuto da consciência, a psicanálise dirige-se ao estudo do funcionamento do inconsciente e de suas pulsões. O discurso freudiano defende uma “prática de transformação do sujeito, de um ato que tenha uma incidência radical em sua economia pulsional” (BIRMAN, 1994, p.19), não havendo racionalização prévia sobre esse ato, nem controle sobre seus efeitos.

Chegamos assim às questões centrais de nossa pesquisa:

Por quais caminhos e por que razões ocorreu no Brasil essa apropriação da psicanálise pelo campo educativo como uma teoria psicológica com finalidades adaptativas e desenvolvimentistas?

Como entender na atualidade a presença e os mecanismos pelos quais se perpetua esse processo de psicologização da psicanálise a serviço da psicologização da educação?

O interesse e a difusão da psicanálise em escala global não se restringem, como sabemos, a círculos de especialistas. É um fenômeno de grande magnitude, a ponto de se poder afirmar que a cultura ocidental é marcada pela *cultura psicanalítica* (PARKER, 2006). Nesse sentido, é comum encontrarmos psicanalistas nas mídias discorrendo sobre o que é educar ou ainda sobre aspectos psíquicos supostamente implicados nos problemas escolares. A entrada do saber psicanalítico no campo educativo manifesta-se também no interesse sempre crescente dos educadores pelas formulações da psicanálise, buscando extrair dela métodos educacionais mais eficazes do que aqueles empregados usualmente. Constatamos, também, que a teoria psicanalítica tem sido cada vez mais oferecida aos educadores dentro dos cursos de extensão universitária e nas especializações em psicopedagogia.

Mas por que a apropriação do discurso da psicanálise pelos educadores parece ter-se voltado para a produção de uma psicologização da psicanálise? Por que a psicanálise estaria sendo utilizada como mais uma teoria a fornecer explicações sobre o processo educativo?

Iniciamos nossa investigação por meio de um levantamento bibliográfico visando esboçar um panorama histórico das relações entre psicanálise e educação no Brasil, mais especificamente em São Paulo. Para tanto, focalizamos nosso interesse sobre a entrada da psicanálise no Brasil, acompanhando sua difusão e institucionalização como área de conhecimento, bem como sua influência nas práticas sociais.

A história da relação entre psicanálise e educação revela que o interesse pela educação aparece na obra freudiana desde o início de seus trabalhos. As discussões com o campo da pedagogia têm sua origem nos conhecidos debates entre Freud e pedagogos como Pfister, que estavam interessados em formalizar uma Pedagogia Psicanalítica, a Pedanálise. Foram esses pedagogos que criaram, em 1926, a Revista de Pedagogia Psicanalítica, periódico que durante 11 anos apresentou mais de 300 artigos sobre a aplicação da psicanálise na pedagogia, caracterizando ao menos três importantes orientações: a psicopedagógica, a psicoterapêutica e a institucional.

No Brasil, verificamos que a entrada da psicanálise no país teve forte ligação com a sua difusão no meio educacional, efetuada por psiquiatras que pretendiam tornar a psicanálise uma disciplina conhecida pelo meio científico e social do início do século XX. Esses médicos também queriam dar respostas às questões educacionais, sociais e políticas que, em um contexto higienista, inquietavam os intelectuais brasileiros da época. Num segundo momento, vemos que a aplicação da psicanálise efetuou-se com as Ligas de Higiene Mental Escolar, que existiram em São Paulo de 1938 até 1974, e tinham por finalidade “prestar assistência psicológica ao escolar deficitário” (ABRÃO, 2001, p. 139).

No âmbito internacional, verificamos uma suspensão das discussões sobre a aplicação da psicanálise na educação por quase 30 anos, período que coincidiu com a interrupção da publicação da Revista de Pedagogia Psicanalítica, em 1937. O retorno desse debate ocorreu somente por volta de 1970, em especial na França, com trabalhos que visavam questionar a aplicação da psicanálise na educação. Autores como Manonni (1988), Dolto (1998), Millot (1992) e Cifali (1982) trouxeram, de formas diversas, contribuições valiosas para a constituição de um campo de pesquisa em Psicanálise e Educação. Como veremos, especialmente em São Paulo, é a partir da década de 80 que a constituição do campo de pesquisa sobre o tema ganhou relevância; momento em que já estava em curso a psicologização da educação.

Assim, procuramos investigar como as reflexões teóricas presentes no cenário internacional e a entrada da psicanálise no Brasil acabaram por constituir um campo de pesquisa sobre as relações entre psicanálise e educação.

O acompanhamento histórico das práticas sociais, das reflexões teóricas e da constituição de um campo de pesquisa sobre as relações entre psicanálise e educação

mostrava-se um caminho promissor para a compreensão das motivações que conduziram ao processo de psicologização da psicanálise no campo educativo. Por outro lado, nossos questionamentos nos levavam a investigar como esse processo se opera na atualidade, ou seja, como se realiza e perpetua essa apropriação particular da teoria psicanalítica na educação. Nesse percurso, pareceu-nos importante investigar o sentido que a transmissão da psicanálise tem tomado no campo educativo, tanto na perspectiva daqueles que ensinam a teoria, como daqueles que se apropriam desse discurso.

A recente pesquisa realizada por Coutinho (2007) indica que a teoria psicanalítica tem sido cada vez mais oferecida aos educadores dentro dos cursos de extensão universitária e nas especializações em psicopedagogia. Interessada, sobretudo, na apropriação da psicanálise pelos educadores, concluiu seu estudo apontando que a psicanálise estaria sendo utilizada como mais uma teoria a fornecer explicações sobre o processo educativo, contribuindo para certa descaracterização do lugar do professor na atualidade.

Em nossa pesquisa, voltamos nossa atenção para a investigação de como a teoria psicanalítica estaria sendo transmitida aos educadores, um estudo sobre a perspectiva daqueles que ensinam a psicanálise para os profissionais da educação.

Mesmo numa análise superficial das ementas das disciplinas que fazem parte da grade curricular dos cursos de pedagogia (como psicologia da educação ou psicologia da aprendizagem), é fácil observar que a psicanálise aparece referida como uma teoria da personalidade ou da aprendizagem, com claro viés desenvolvimentista. Freud é citado em muitos dos textos pedagógicos como autor de uma ciência psicológica profunda voltada para a compreensão do desenvolvimento afetivo e como autor de uma teoria sobre o indivíduo. Parece-nos evidente que essa apropriação da psicanálise não coincide com a ética, a teoria e a prática freudiana (e mesmo pós-freudiana), caracterizando uma psicanálise *enviesada* para fins pedagógicos.

Poderíamos então atribuir essa apropriação particular da psicanálise ao modo como se procede em seu ensino aos profissionais da educação?

Ora, sabemos que os avanços do campo de pesquisa psicanálise-educação e a diversidade de cursos de formação e especialização sobre o tema impedem-nos de abordar a questão de modo tão simplista. Em muitos casos, esses cursos são ministrados por

profissionais com reconhecido percurso teórico e até mesmo com atuação clínica em psicanálise. Ficamos, entretanto, com as questões:

Os profissionais que operam a transmissão da psicanálise para educadores estariam atentos aos efeitos de sua atuação no que diz respeito ao processo de psicologização da psicanálise e, mais amplamente, de psicologização da educação? Quais as reflexões desses profissionais sobre o tema? Tais reflexões estariam presentes no modo como realizam a transmissão no que se refere, por exemplo, aos conteúdos tratados em seus cursos?

Colocadas as inquietações que nos levaram a realizar esta pesquisa, apresentamos a seguir o caminho que percorremos para tratar do tema:

Sobre o movimento psicanalítico no Brasil, realizamos, no capítulo 1, uma revisão bibliográfica de caráter histórico, buscando identificar as formas como originariamente se relacionaram psicanálise e educação em nosso país, especialmente em São Paulo. A ênfase na história em São Paulo deve-se ao fato de nossa pesquisa de campo ter sido realizada na capital paulista, e de não podermos desconsiderar as diferenças existentes na introdução da psicanálise nas diversas regiões do Brasil.

No capítulo 2, percorremos algumas discussões internacionais que influenciaram as produções brasileiras e originaram o interesse e a conseqüente constituição local de um campo de pesquisa em Psicanálise e Educação. Assim, resgatamos alguns debates clássicos acerca da aplicabilidade ou não da psicanálise na educação e também revisamos alguns autores ligados a instituições paulistas, responsáveis pelas pesquisas que têm sido desenvolvidas nesse campo.

Na produção teórica de autores que refletiram sobre a participação das teorias psicológicas no campo educacional – nesse contexto de psicologização da educação –, procuramos identificar, no capítulo 3, como se operou a apropriação do discurso psicanalítico na direção de uma psicologização da psicanálise. Tratamos também das formulações de Hannah Arendt (2003) sobre a crise na educação, acreditando que as considerações dessa autora fornecem elementos relevantes para o entendimento das origens e motivações do processo de psicologização da psicanálise.

Dedicamos o capítulo 4 ao estudo da transmissão da psicanálise na educação a partir do resgate de algumas das discussões de Freud e Lacan sobre o conceito de “transmissão” e

sua polêmica ampliação para o âmbito da psicanálise em extensão. Nesse contexto, buscamos destacar a especificidade da transmissão da psicanálise na educação.

No capítulo 5, trazemos as entrevistas realizadas com psicanalistas que transmitem a psicanálise para educadores em São Paulo, seja pela via do ensino da teoria em cursos de formação, seja através da atuação desses profissionais como coordenadores escolares. O recorte efetuado na apresentação do material procurou ressaltar particularidades e convergências relativas ao modo como os entrevistados pensam a transmissão da psicanálise e o sentido dessa transmissão no campo educacional.

Retomando o percurso realizado nos capítulos anteriores apresentamos, no capítulo 6, nossas considerações finais. Procuramos circunscrever, a título de conclusão, quais as motivações envolvidas na produção da psicologização da psicanálise na educação, examinando, especialmente, o papel da transmissão nesse processo. Finalizamos o trabalho questionando-nos se seria possível, na educação, um caminho para a psicanálise que não conduzisse à sua psicologização?

CAPITULO 1

A ORIGEM DA CONEXÃO PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO - BRASIL

A educação psicológica não produz saúde mental, mas reproduz, tão somente, a ordem social (Jurandir Freire Costa).

Durante a revisão bibliográfica sobre a relação entre psicanálise e educação, constatamos a escassez da produção de caráter histórico acerca do tema no Brasil. Assim, mesmo não pretendendo refazer o percurso de muitos pesquisadores sobre a história do movimento psicanalítico brasileiro, foi por essa via que colhemos material sobre a origem da relação entre psicanálise e educação¹. Para nossos fins, ativemo-nos às passagens que forneceram elementos significativos para a composição do cenário desta pesquisa acerca da apropriação da psicanálise ao campo educacional.

Nossa perspectiva aqui foi concentrar dados que pudessem nos auxiliar na investigação sobre como e por que ocorreu a aliança entre a psicanálise e a educação, especialmente em São Paulo, desde 1920, quando da instauração da Primeira República, até meados de 1970 (período de marcantes acontecimentos políticos no Brasil como a Era Vargas, de 1930 a 1945, e o golpe militar, que teve início em 1964 e perdurou com a ditadura até 1989). A ênfase na história em São Paulo deve-se à constatação das diferenças existentes na introdução da psicanálise nas diversas regiões do Brasil e também ao fato de que nossa pesquisa de campo seria realizada em São Paulo, de modo que procuramos apresentar mais elementos ligados à capital paulista.

Cabe assinalar que o destaque dado ao aspecto histórico desta temática justifica-se na medida em que entendemos que o modo como originariamente ocorreu a apropriação da

¹Uma das grandes referências sobre a história do movimento psicanalítico no Brasil é Elizabeth Mokrejs, com seu livro *A psicanálise no Brasil*. Sobre a implantação da psicanálise em São Paulo, baseamo-nos em *História da psicanálise. São Paulo (1920 a 1969)*, de Carmen Lúcia M. Valladares de Oliveira.

psicanálise pelo campo educacional marca a relação entre esses dois campos e fornece-nos elementos para a análise do contexto atual. Estamos indicando, portanto, que os elementos que compuseram a conexão psicanálise e educação certamente sofreram os efeitos das transformações sociais, culturais e política, mas também deixaram inscrita certa moldura para que essa relação pudesse se reproduzir ao longo do tempo. Portanto, estamos supondo que o modo como foi fundada a relação entre psicanálise e educação no contexto brasileiro foi profundamente marcada pelo contexto histórico, além de ter aberto a trilha que essa conexão percorre na atualidade.

Conforme Mokrejs (1993) e Abrão (2003) apresentam em seus estudos, a história do movimento psicanalítico no Brasil configurou-se por dois momentos distintos. O primeiro deles foi o período da divulgação do conhecimento psicanalítico nos circuitos tanto acadêmicos quanto culturais; uma espécie de propagação dos principais conceitos freudianos para que a sociedade se familiarizasse com essa nova concepção de homem que Freud inaugurava. E o segundo momento foi o período de formação de analistas e disseminação da prática clínica com a fundação da primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, em 1927².

Seguiremos a linha que demarca esses dois momentos da implantação da psicanálise no Brasil, da divulgação e da prática, sendo nosso foco sempre voltado para as articulações com a educação. Teremos como pano fundo o cenário social, cultural e político brasileiro em que se fundou a relação psicanálise e educação, as principais personalidades que participaram ativamente desse processo no século XX, as correntes teóricas e as práticas que guiaram essa relação.

1.1 – Elementos precursores da articulação psicanálise e educação no Brasil: o cenário social e seus atores.

O pensamento psicanalítico foi trazido ao Brasil simultaneamente à descoberta e ao desenvolvimento da teoria psicanalítica na Europa. Lopes (2002) afirma que os intelectuais

² A formação dos primeiros analistas no Brasil ocorreu entre 1938 e 1950, período de aproximação com a Associação Internacional de Psicanálise (IPA) para a constituição da Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP), em 1958, que ficaria sob a tutela da IPA até 1969. Na década de 1970, eclodem as psicoterapias – é o “boom das práticas psi no país” (OLIVEIRA, 2006, p. 241).

brasileiros daquele período estavam atentos aos acontecimentos do mundo, pois havia interesse em implementar, no meio social e científico da época, um discurso modernizador. Desde os primórdios das descobertas psicanalíticas, alguns médicos brasileiros já estavam interessados em trazer a teoria de Freud para a psiquiatria, pois pretendiam propiciar que a medicina estivesse sintonizada com as discussões internacionais.

Segundo historiadores (PERESTRELLO, 1995; MOKREJS, 1993; OLIVEIRA, 2006), a origem da psicanálise no Brasil se deu precocemente, no final do século XIX, com o médico baiano Juliano Moreira, fundador da psiquiatria moderna brasileira. Moreira fez a primeira alusão à psicanálise na cátedra da Faculdade de Medicina da Bahia em 1899, no mesmo momento em que Freud publicava a *Interpretação dos Sonhos*. Mas é o período posterior a 1920 que é considerado pelos historiadores como sendo o de maior difusão do pensamento freudiano em solo nacional, e foi nesse momento que alguns psiquiatras, interessados nessas idéias, tomaram a iniciativa de ensinar e propagar os principais conceitos psicanalíticos.

No início do século XX, com a passagem do regime imperialista para o regime republicano – além da abolição da escravidão e da imigração européia –, o Brasil foi marcado por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. A elite intelectual e científica brasileira estava preocupada com a constituição da identidade nacional e, contraditoriamente, valiam-se de teorias importadas da Europa – como as teses raciais e higienistas – para dar explicações sobre o povo e os acontecimentos nacionais, num período de incertezas e de grande efervescência cultural.

Ao mesmo tempo, a década de 20 caracterizou-se como a era da modernidade, pois trazia a idéia do novo, da ruptura com os valores da aristocracia e com os ideais tradicionais. O passado era visto como arcaico e fora de época e o moderno era tido como sinônimo de liberdade, ao mesmo tempo em que trazia um caráter negativo de indisciplina, descontrole ou promiscuidade (SEVCENKO, 1992).

As elites tinham muito medo do povo, um medo ancestral que vinha das fazendas coloniais, onde muitas vezes o número de escravos era maior que o número de senhores. Esse medo cresceu com o aumento da população nos centros urbanos maiores, decorrência da abolição da escravidão e da política imigrante. Os imigrantes trouxeram na mala, como verdadeiros cavalos de Tróia, ideologias revolucionárias. A preocupação dos nossos homens da ciência – médicos higienistas,

psiquiatras, psicólogos e educadores – passou a ser com os ritmos sociais não domesticados, com o que eles chamavam “caos urbano”, motivo pelo qual a palavra de ordem das políticas públicas daquele começo de século passou a ser “faxina urbana”. Falava-se muito em higiene física, intelectual e moral, sob o conceito mais amplo de eugenia ou aprimoramento da raça brasileira. (PATTO, 2002, p. 147).

A psicanálise foi introduzida nesse contexto de um país “que se abria para o novo e para o desconhecido” (ABRÃO, 2003, p. 126).

Muitos personagens marcaram a história do movimento psicanalítico no Brasil. Os primeiros psiquiatras reconhecidos como precursores desse movimento em São Paulo foram Franco da Rocha e Durval Marcondes e, no Rio de Janeiro, Arthur Ramos e Júlio Porto-Carrero³. É importante destacar que esses psiquiatras se voltaram para o campo educacional devido aos princípios higienistas, que propagavam que a conduta médica deveria estar voltada para a prevenção desde a infância. Assim, esses profissionais passaram a articular o campo da educação a seu trabalho de profilaxia em saúde mental.

Sircilli (2006)⁴ afirma,

O movimento de Higiene Mental no Brasil teve duas vertentes. A primeira, definida como “política”, foi a era eugenista e visava a “purificação da raça” e a prevenção de doenças como o alcoolismo. A segunda foi criada e desenvolvida por Durval Marcondes em São Paulo e por Arthur Ramos no Rio de Janeiro, visando atuar em escolas primárias, no atendimento às crianças que necessitassem de intervenção psicológica, para isso aplicando conhecimentos da psicanálise. (p. 156).

Segundo os historiadores, o emprego da psicanálise a serviço da eugenia⁵ fica evidente nas publicações da época; os autores pretendiam que esse conhecimento não ficasse restrito a explicitar e amainar os conflitos que apareciam na educação, mas que servisse como ferramenta para “salvar as crianças de possíveis desvios de conduta” (ABRÃO, 2001, p. 53).

³ Há outros nomes importantes que compõem a história do movimento psicanalítico brasileiro, mas daremos maior destaque a esses por serem reconhecidos como precursores e pioneiros na introdução da psicanálise no Brasil.

⁴ Sircilli, F. A argumentação de Arthur Ramos a favor da psicanálise na educação: análise retórica de um livro-argumento. Dissertação de mestrado apresentada em 2006, na Faculdade de Psicologia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

⁵ Jurandir Freire Costa desenvolve com maior detalhamento o que foram as diferentes fases do eugenismo no Brasil até 1930, em seu livro *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*, Rio de Janeiro: Garamonde Universitária, 2007.

Mesmo que a psicanálise tenha sido divulgada e trazida ao Brasil por psiquiatras, não foi pela via de sua terapêutica que ela ganhou força (MOKREJS, 1993; ABRÃO, 2001; OLIVEIRA, 2006). Especialmente em São Paulo, a psicanálise se difundiu *não* como um método clínico e terapêutico, mas como discurso destinado a responder sobre as práticas sociais. Conforme apontam as pesquisas de Lima (2004) e Oliveira (2006), a psicanálise institucionalizou-se articulando seu corpo teórico ao da Saúde Mental e teve a continuidade dessa divulgação atrelada à medicina social na sua vertente profilática e preventiva, devido ao movimento higienista.

Tentaremos demonstrar aqui os desdobramentos dos acontecimentos que levam a estas afirmações e defendemos a hipótese de que o cenário higienista aliado ao processo de institucionalização da psicanálise, especialmente em São Paulo, foram o substrato para a forma como ocorreu a articulação psicanálise e educação, trazendo consequências para o destino dessa relação no Brasil – questão que será abordada nos capítulos que se seguem.

1.1.1 No Rio de Janeiro: Arthur Ramos

Um dos grandes nomes que marcou profundamente a história da psicanálise no Brasil e também traduz esta forte relação da psicanálise com a educação foi o médico psiquiatra alagoense Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949)⁶. Ramos formou-se em medicina na Bahia em 1926, e assumiu diversos cargos administrativos e acadêmicos de destaque naquele período. Publicou seu primeiro trabalho sobre psicanálise em 1925, para obter o título de medicina, e foi diretor, por cinco anos, da Liga da Higiene Mental, fundada no Rio de Janeiro em 1934. Escreveu muitos artigos e livros abrangendo temas diversos como psicologia, antropologia, sociologia, sempre com interesse especial pela psicanálise⁷. É interessante notarmos alguns dos títulos de seus trabalhos: *Balanço da Psicanálise*, *A Criança Problema*, *Loucura e Crime*, *O Negro Brasileiro*, *Psiquiatria e Psicanálise e Educação e Psicanálise*.

⁶ Há diversos autores, como é o caso de Elizabeth Mokrejs, que retratam com maior detalhamento a vida e a obra de Arthur Ramos, assim como de outros pioneiros da psicanálise no Brasil.

⁷ É importante comentar que Ramos teve influências de diversos autores ligados à teoria psicanalítica: Bleuler, Jung, Adler, Oscar Pfister, Hanz Zulliger, Ernest Schneider, August Aichhorn, Anna Freud entre outros.

Em 1934, no seu livro *Educação e Psicanálise*, apresentou o resultado de suas investigações sobre as contribuições da psicanálise ao campo pedagógico. Baseava-se na teoria da Pedanálise, desenvolvida por Pfister⁸, que defendia a aplicação de alguns métodos especiais de análise à criança. Defendia, dessa forma, que os casos de menor gravidade deveriam ser atendidos pelos próprios professores com formação em psicanálise e os casos mais graves deveriam ser remetidos aos médicos que, após o diagnóstico, aplicariam a psicanálise profunda, quando houvesse ameaça para o desenvolvimento da criança. Ramos acreditava que no caso das crianças “normais”, haveria a possibilidade de um trabalho de ação profilática que impedisse que a doença mental aparecesse.

O resultado de suas investigações, realizadas na Liga de Higiene Mental, foi publicado em uma de suas obras mais famosas, *A Criança Problema*, de 1939. Esse trabalho trouxe mudanças significativas para a concepção de normalidade e anormalidade que vigoravam na época. Apresentou um novo conceito de ajustamento da criança que revelava inaptações de conduta no meio escolar e criticava ações discriminatórias que atribuíssem o rótulo de anormalidade a certas condutas. Sempre tinha em vista as influências familiares e sociais da criança para o levantamento diagnóstico, por isso, nesse livro, a primeira parte é dedicada ao tema das causas dos problemas na infância, em seus aspectos da herança familiar e do ambiente social.

A proposta de Ramos era a de que as Clínicas de Higiene Mental deveriam desenvolver um trabalho de prevenção e correção de comportamentos “fora dos padrões”. Ramos pode constatar que 90% dos casos que eram diagnosticados como portadores de anormalidade infantil correspondiam, na verdade, a crianças sem qualquer anormalidade mental, que estavam apenas “desadaptadas” ao ambiente do lar ou da escola.

A nossa experiência no exame dos escolares “difíceis” mostrou que havia necessidade de inverter os dados clássicos da criança chamada “anormal”. Esta denominação – imprópria em todos os sentidos – englobava o grosso das crianças que por várias razões não podiam desempenhar os seus deveres de escolaridade, em paralelo com os outros companheiros, os “normais”. (...) A grande maioria porém podemos dizer os 90% das crianças tidas como “anormais”, verificamos na realidade serem crianças

⁸ A Pedanálise foi criada por Pfister, discípulo de Freud na Suíça, em 1908. Esse autor tinha a intenção de que esta fosse uma nova disciplina, a “pedagogia psicanalítica”. É possível encontrar maior detalhamento sobre Pfister no livro de Kupfer, M.C., *Freud e a Educação: o mestre impossível*, São Paulo, ed. Scipione, 1989. Apresentaremos no capítulo 2, algumas observações sobre esse tema.

difíceis, "problemas", vítimas de uma série de circunstâncias adversas (RAMOS, 1939, p. 13).

Uma de suas conclusões importantes nesse trabalho foi advertir os pais e professores da necessidade de que buscassem a auto-análise, pois, conforme seus argumentos, os pais e educadores poderiam ser muito repressores na educação. Além desse aspecto, a auto-análise era sugerida para que o educador evitasse a projeção de seus próprios complexos de infância nos alunos.

Em seus estudos sobre a infância, esse autor realizou pesquisas na área da antropologia (com Lévy-Bruhl) e da psicologia (com Jean Piaget), quando passou a dar grande importância aos processos de pensamento da criança. Defendia que a área da psicologia deveria voltar-se para as investigações acerca da individualização da obra educativa, e foi dessa forma que Ramos aliou-se ao pensamento escolanovista da época, articulando seus princípios com a psicanálise (sobre esse tema veremos maior detalhamento no item 1.2).

Cabe observar, neste contexto, que Ramos utilizava-se da psicanálise numa perspectiva condizente com as diretrizes médicas de profilaxia da época, apresentando em suas formulações um viés mais psicológico do que propriamente psicanalítico para a compreensão e intervenção sobre os “problemas” ou “anormalidades” que apareciam na infância.

1.1.2 Em São Paulo: Durval Marcondes

No início do século XX, a metrópole paulista acabava de sofrer o ataque de diversas epidemias, tinha passado pelas primeiras manifestações operárias e sofria uma importante transformação no sistema econômico. Nesse período, a cidade passou por um processo de urbanização violento; os imigrantes vinham para a cidade em busca de trabalho operário e para a agricultura do café, quando foi deflagrada a falta de infra-estrutura necessária para receber tal fluxo migratório (SEVCENKO, 1992).

Nesse mesmo período, a cidade de São Paulo passava por um momento de efervescência cultural, sendo palco para os modernistas apresentarem suas idéias sobre a sociedade que se constituía. Os fundadores da Semana de Arte Moderna, Oswald de

Andrade e Mário de Andrade, sentiam necessidade de romper com o colonialismo e com as tradições dominantes da época e passaram a abordar temas como a sexualidade, a ordem familiar, a diferença sexual, a metrópole, a vida urbana, a tecnologia, a produção da loucura, as produções oníricas e, para isso, apoiavam-se nos textos freudianos.

Oswald de Andrade, inspirado pelas teses freudianas, engendrou o Movimento Antropofágico com a intenção de refletir sobre a identidade do povo brasileiro e sua origem. Diferentemente das teses higienistas, que tratavam da inferioridade do povo brasileiro, Oswald pretendia sublinhar as particularidades nacionais e sua ancestralidade (questão tratada na obra de Freud, *Totem e Tabu*⁹). Ele propunha a Cultura Antropofágica, que representava a devoração cultural das idéias e das tecnologias dos países mais desenvolvidos. Suas interpretações psicanalíticas eram aplicadas à leitura sociológica e antropológica do homem brasileiro e referiam-se à cultura nacional.

A cidade de São Paulo estava, portanto, imersa nesse novo acontecimento cultural. Sua elite intelectual envolvida com os manifestos da Semana de Arte Moderna e mais interessada na leitura de *Totem e Tabu* do que na constituição de uma terapêutica freudiana. Os principais artistas do movimento modernista, mesmo sem aderirem ao movimento psicanalítico, mantiveram um debate sobre as teses freudianas, auxiliando a sua difusão em território nacional (OLIVEIRA, 2006).

Enquanto os modernistas valorizavam a identidade do povo brasileiro, os higienistas identificavam a raça brasileira como inferior, e foi essa idéia de inferioridade que trouxe para o discurso médico a concepção de que seriam necessárias medidas profiláticas – a serem desenvolvidas por ações educativas – que pudessem propiciar que a população brasileira evoluísse e deixasse de ser ignorante e atrasada em relação à Europa. A missão da classe médica, portanto, era a de desenvolver um programa de educação sexual para a procriação de uma geração de brasileiros sadios.

A psicanálise difundida em São Paulo absorveu as influências desses múltiplos contextos, seja pela vertente médica, seja pela artística. Também é preciso destacar que ambas as vertentes não tomaram a psicanálise em seu viés terapêutico: na vertente artística,

⁹ Sigmund Freud (1912-1913). *Totem e Tabu*. Segundo Roudinesco (1998), nesse texto, Freud “ansiava por dar uma explicação global da origem das sociedades e da religião a partir dos dados da psicanálise ou, dito de outra maneira, dando fundamento histórico ao mito do Édipo e à proibição do incesto e mostrando que a história individual de cada sujeito não é mais que a repetição histórica da própria humanidade” (p. 757).

ela foi utilizada pelos modernistas para fazer uma crítica social e cultural; e na vertente médica, foi incorporada para abordar o desenvolvimento sexual infantil. Ainda sobre o viés psiquiátrico, é preciso contextualizar o processo que se efetuou, uma vez que apresentou consequências para a institucionalização da psicanálise fora e dentro da universidade.

Franco da Rocha foi responsável por tentar trazer a psicanálise para o meio acadêmico. Foi o fundador da prática asilar medicalizada (fundou o Hospital do Juqueri), no entanto, estava sempre interessado nos aspectos psicológicos de seus doentes.

Rocha publicou alguns textos em que tratava da teoria psicanalítica. O mais reconhecido foi *O pansexualismo na doutrina de Freud*, texto fundador do movimento psicanalítico na cidade. Foi ali que sistematizou a teoria sexual proposta em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em que Freud afirmava a necessidade de que os impulsos sexuais infantis viessem a ser dominados com a elaboração do complexo de Édipo. Em 1920, Franco da Rocha apresentou uma perspectiva mais pedagógica da teoria de Freud, em que a psicanálise traria uma abordagem para o “desenvolvimento regular e harmônico dos componentes do instinto sexual infantil” (MOKREJS, 1993, p. 40) e acreditava que a psicanálise traria respostas para as questões da ciência eugênica.

Mokrejs (1993) ressalta que houve muita resistência para a introdução da psicanálise tanto no Brasil quanto na Europa, e isso se deu porque a medicina estava baseada nos cânones da objetividade científica, além do fato de o pensamento freudiano contestar a moral social da época. Um acontecimento que pontuou claramente a resistência do meio médico à introdução da psicanálise na Faculdade de Medicina de São Paulo e selou o fim do projeto de ensino da psicanálise nessa faculdade por muitos anos foi a reprovação de Durval Marcondes para a substituição de Franco da Rocha na cátedra de Psiquiatria.

Durval Marcondes foi o maior discípulo de Franco da Rocha e seu percurso em psicanálise se fez dentro e fora do meio psiquiátrico, mas no interior da medicina higienista. Foi o fundador da psicologia clínica e sempre se interessou pela evolução e pelo desenvolvimento do conhecimento psicanalítico no Brasil. Sua forma de compreender o aparelho psíquico estava inscrita na segunda tópica freudiana e numa concepção de desvio e normalidade. A psicanálise praticada por Durval Marcondes não deixava de atrelar-se a um saber adaptativo da personalidade do indivíduo ou de ser um meio de prevenção das psicopatias na infância.

É importante destacar que as dificuldades que Marcondes encontrou para introduzir a psicanálise no meio psiquiátrico levaram-no a precisar o objeto da psicanálise dentro do campo psicológico: “estudar as relações recíprocas e corrigir os desajustes entre o núcleo central da personalidade, o ego e outras partes funcionais do aparelho psíquico”. (MARCONDES, 1951, p. 7). Atualizado sobre o debate da análise leiga e seguindo as diretrizes de Freud, esse autor foi o responsável no Brasil por inserir a psicanálise como uma disciplina psicológica, passando a defender que ela poderia ser praticada por não médicos – para Freud (1926), a psicanálise não deveria ser monopólio do campo médico e os interessados nessa prática deveriam ter uma formação própria, segundo critérios da Associação Internacional de Psicanálise (IPA)¹⁰.

Mesmo defendendo que a prática da psicanálise poderia ser exercida por não médicos¹¹, a posição de Durval era ambígua, na medida em que também defendia que o diagnóstico e o tipo e tratamento a ser conduzido deveriam estar sob a responsabilidade do médico, cabendo ao não médico o papel de assistente. Podemos entender que esses fatos refletem, por um lado, uma disputa de campos pela psicanálise e, por outro, a denúncia de uma concepção hierarquizada da prática clínica, ao revelar o quanto a psicanálise ficou vinculada à psicopatologia médica e psiquiátrica.

Foi no bojo desse contexto de disputas e demarcações de concepções teóricas que o ensino e a transmissão da psicanálise passaram a ganhar maior destaque no terreno da psicologia.

Para concluirmos este item, é importante destacarmos que as interpretações do texto freudiano eram feitas de maneira muito particular pelos autores da época. Encontramos nas diversas interpretações dos textos freudianos realizadas por Ramos, Marcondes e Franco da Rocha, a ênfase dada ao caráter adaptacionista na teoria psicanalítica.

Defendemos, junto com diversos autores, a tese de que esse caráter adaptativo distancia-se do pensamento psicanalítico desenvolvido por Freud, e levantamos algumas

¹⁰ Os candidatos a psicanalistas deveriam passar por uma análise pessoal com analista reconhecido pela IPA, chamado de analista didata; ter supervisão dos casos atendidos com profissionais mais experientes, além de dedicar-se ao estudo aprofundado da teoria psicanalítica. Esse seria o tripé da formação do psicanalista reconhecido por Freud.

¹¹ Durval Marcondes abordou esse tema num folheto publicado em 1955, chamado “Parecer sobre o exercício da psicoterapia por psicólogos não médicos”, que foi apresentado no 1º. Congresso Latino Americano em Medicina e Saúde Mental em 1954.

hipóteses para as razões que teriam levado os autores da época a esse tipo de interpretação dos textos de Freud: uma leitura incompleta da obra freudiana (que sabidamente foi sendo alterada ao longo do desenvolvimento de sua obra), as más traduções da época e a forte influência do pensamento diagnóstico, preventivo e adaptativo próprio da formação médica e do campo psiquiátrico.

1.2 – As estratégias de divulgação da Psicanálise e sua participação no escolanovismo brasileiro.

Foi em São Paulo que Marcondes organizou o primeiro projeto para a fundação da Sociedade de Psicanálise do Brasil, em 1927. Franco da Rocha era o presidente, Durval Marcondes o secretário, e queriam apenas divulgar a psicanálise, que era bastante desconhecida pela população brasileira.

A divulgação da psicanálise por meio da educação foi uma forma encontrada para que fosse realizado esse projeto, visto que se acreditava que na educação iriam encontrar eco para as idéias que pretendiam defender. Desta forma, encontramos as primeiras idéias psicanalíticas brasileiras tanto nos relatos de reuniões médicas, quanto nos compêndios pedagógicos e em obras literárias publicadas em alguns estados brasileiros.

Abrão (2001), recuperando a ata da primeira fundação da Sociedade de Psicanálise Brasileira, ocorrida em 1927, revelou o quanto esse caráter de divulgação da psicanálise estava em jogo naquele período:

O Dr. A. de Almeida Júnior lembrou a necessidade de estabelecer-se um plano de propaganda das idéias de Freud, ficando incumbido, por sugestão do próprio Franco da Rocha, de despertar o interesse da Sociedade de Educação. Ficou também resolvido fazerem diversas conferências de propagandas nos meios intelectuais.¹²
(1928 apud ABRÃO, 2001, p. 87)

A idéia desse grupo paulista de psicanalistas era a de atrair inicialmente os educadores para o movimento, para tratarem das problemáticas educacionais que o país enfrentava. A preocupação com a educação era bastante presente, a exemplo disso, em

¹² O Noticiário, 1928, p. 110.

1930, Durval Marcondes, ministrou, na Sociedade de Educação, um curso de psicanálise em que sustentava a idéia de que a falta de uma educação sexual nas escolas seria um dos fatores que levariam à doença mental. Ele trazia a idéia inicial do caráter preventivo da utilização da psicanálise na educação e enfatizava a importância da imitação para a formação psíquica, ou seja, para ele o temperamento era resultado do modelo de identificação da criança com seus pais e sugeria cuidados especiais no que se referia à conduta, de modo geral, na hipótese de que a autoridade excessiva dos pais poderia acarretar desvios de personalidade (MARCONDES, 1946).

Segundo Oliveira (2006), a divulgação da psicanálise via educação e a tentativa de trazer conceitos psicanalíticos para abordar assuntos polêmicos como a questão da sexualidade infantil trouxeram dificuldades importantes para o sucesso dessa tarefa. Apesar de as produções sobre o tema terem sido significativas, a tentativa de articular psicanálise e educação produziu a reação das facções mais conservadoras da sociedade, que teceram críticas ferozes ao uso da psicanálise. Esse antagonismo tornou essa relação tensa e de difícil assimilação, tanto por parte de educadores quanto da população leiga em geral.

Entretanto, segundo Moksrejs, o abalo que a educação sofria com o advento da psicanálise passava a ser inegável, uma vez que, em sua teoria, Freud abarcava uma dimensão da condição humana que até então era negada pela cultura, a saber, os aspectos e mecanismos inconscientes do psiquismo.

Não foram poucos os trabalhos apresentados no período inicial da divulgação da psicanálise na educação. Abrão (2006) realizou levantamento sobre os textos publicados no período de 1920 a 1950, em que também se constata um grande número de publicações e verifica-se a intensa relação entre psicanálise e educação naquele período. Os autores e textos por ele analisados foram:

- Deodato de Moraes, autor do livro “A Psychanalyse na Educação” (1927); Júlio Pires Porto-Carrero, com os artigos: “O Character do Escolar Segundo a Psychanalyse” (1927), “Instrução e Educação Sexuais” (1928), “Leitura para crianças: ensaio sob o ponto de vista psychanalytico” (1928), “A Arte de Perverter: applicação psychanalytica à formação moral da criança” (1929), “Educação Sexual” (1929) e “O que esperamos dos nossos filhos” (1930). De Arthur Ramos, os livros foram: “Educação e Psychanalyse (1934) e “A Criança Problema” (1939), além dos seguintes artigos: “A technica da psychanalyse

infantil" (1933), "Os furtos escolares" (1934), "A mentira infantil" (1937), "A dinâmica afetiva do filho mimado" (1938) e "O problema psycho-sociológico do filho único" (1938). Encontramos ainda Hosannah de Oliveira, com os artigos "O Complexo de Édipo em Pediatria" (1932) e "A hygiene mental do lactente" (1933); Gastão Pereira da Silva, com os livros: "Educação Sexual da Criança (1934) e Como se Deve Evitar o Drama Sexual de Nossos Filhos (1939) e Pedro de Alcântara, com o artigo "Objeções da Psychanalyse ao Uso da Chupeta: Análise e Crítica" (1936). Na década de 1940, registramos os trabalhos de Durval Marcondes: "A hygiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil" (1941), "Contribuição para o problema do estudo dos repetentes da escola primária: condições físicas, psíquicas e sociais" (1941) e "Clínica de orientação infantil: suas finalidades e linhas gerais de sua organização" (1946); os seguintes artigos de Virgínia Bicudo: "A visitadora social psiquiátrica e seu papel na hygiene mental da criança" (1941), "Funções da visitadora psiquiátrica na clínica de orientação infantil e noções de hygiene mental da criança" (1946) e "Papel do lar na hygiene mental da criança" (1946), e as publicações de Lygia Alcântara do Amaral: "A apatia e o retraimento dos escolares como problema de hygiene mental" (1941) e "Lar substituto e seu papel na hygiene mental da criança" (1946).

Considerando o tipo de informação veiculada nesses textos, Abrão (2003) concluiu que há dois momentos distintos em que a psicanálise esteve presente nas produções sobre a educação; são eles: a divulgação da teoria psicanalítica junto aos educadores – que se estendeu do início da década de 1920 até meados da década de 1930 – e a aplicação da psicanálise à hygiene mental escolar, etapa compreendida entre a segunda metade da década de 1930 até aproximadamente 1950.

Esse pesquisador apresenta a tese de que as transformações sociais e culturais que o país sofreu no início do século XX, com o advento da modernidade, tiveram efeitos também no campo educacional. A educação tradicional foi perdendo espaço para uma nova filosofia educacional fundada no pensamento liberal, denominada Escola Nova (também conhecida como Escola Progressista) e as idéias psicanalíticas foram um importante substrato que contribuiu para as modificações no modelo educacional vigente.

A nova política educacional “partia do princípio de que a escola deveria atuar como um instrumento para a edificação da sociedade através da valorização das qualidades

personais de cada indivíduo” (ABRÃO, 2006, p. 236). Perante essa linha de pensamento, em que a ênfase era colocada na noção de indivíduo, a criança passava a ser vista e compreendida como um ser em desenvolvimento e, portanto, portadora de uma lógica diferente do adulto. Assim, tornava-se fundamental uma compreensão cada vez mais aprofundada das características da criança, terreno este fecundo para a entrada da psicologia no campo educacional. Foi por essa mesma via que a psicanálise,

Encontrou espaço para se difundir dentro da educação, auxiliando tanto na compreensão do desenvolvimento emocional da criança, quanto na resolução das dificuldades escolares que impedem a expressão de suas potencialidades individuais (p. 237).

Alguns episódios marcaram a entrada do pensamento freudiano no terreno das transformações pelas quais a educação passava. Entre eles, citamos a participação de Ramos na administração de Anísio Teixeira, então diretor do Departamento-Geral de Educação no Distrito Federal. Teixeira convidou o médico Arthur Ramos para assumir a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais no Rio de Janeiro e, conforme sinaliza Sircilli (2006),

Juntos, colocaram em prática um projeto educacional que privilegiava o estudo de crianças escolarizadas com o objetivo de classificá-las segundo seu potencial intelectual e aptidão, viabilizando tratar aquelas que apresentassem problemas de aprendizagem (p. 83).

Segundo Sircilli, enquanto Teixeira acreditava que a identificação das aptidões levaria ao aproveitamento máximo das potencialidades de cada indivíduo para possibilitar a reorganização da sociedade, Ramos se interessava pelo modo de vida das classes pobres e tinha a intenção de promover projetos de prevenção na esfera da vida escolar e familiar. Teixeira se destacou na área educacional, em 1932, como um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que propôs novos caminhos para a educação brasileira. Segundo Cunha (1995), Teixeira implantou uma reforma escolar inspirada no modelo americano e, com a criação do Instituto de Pesquisas Educacionais, incentivou o desenvolvimento de pesquisas sobre a raça, estipulando que os estudos antropológicos, médicos e psicológicos ficariam relacionados aos programas do Departamento de Educação.

Entre as publicações importantes do período que revelam articulações entre o escolanovismo e a psicanálise, encontramos o texto de Ramos (de 1934), *Educação e Psicanálise* (que já foi citado no item 1.1). Nesse livro, Ramos declarou abertamente que direcionava seu trabalho para os educadores e pretendia divulgar a aplicação das principais noções de psicanálise ao campo escolar. Ramos teve que lançar estratégias persuasivas para convencer o meio educacional da importância das contribuições de Freud para a educação, e precisava, ainda, defender uma posição favorável à modernização da escola. A Nova Escola deveria ser *socializadora* e submeter o indivíduo à nova ordem social (essência desse processo). Para Sircilli (2006), havia uma intenção de Ramos em aproximar a escola do modelo da eficiência fabril.

A visão de Ramos estava fortemente relacionada com a de Teixeira, que se baseava nos pressupostos de Dewey, segundo os quais o escolanovismo, ao mesmo tempo em que enfocava o potencial normalizador do educando, também se voltava para os interesses psicológicos e individuais de cada aluno. Ramos defendia o princípio de que a Escola Nova deveria ser guiada pelo “respeito para a personalidade da criança” (MOKREJS, 1993, p. 195), e o ensino tradicional não respeitava a lógica do pensamento infantil. Era o triunfo das “necessidades psicológicas individuais” em detrimento da educação coletivizada, mas para Ramos havia o sentido de que, ao favorecer o indivíduo, seu alvo final seria o de servir para o desenvolvimento da sociedade.

Portanto, o movimento educacional renovador desenvolvido no Brasil e a visão psicanalítica de Ramos marcaram aquele período na tarefa de reformulação das práticas educacionais vigentes no país. Contudo, é importante frisarmos que a psicanálise aderida ao discurso da Escola Nova adquiriu contornos próprios ao discurso da pedagogia moderna, ou seja, um discurso que defende a necessidade de individualização nos processos de aprendizagem para a melhor adaptação dos indivíduos frente às exigências sociais.

Para exemplificar a maneira como a psicanálise esteve presente no campo educacional daquele período, discorreremos, a seguir, sobre as Ligas de Higiene Mental Escolar, especialmente em São Paulo.

1.3 – As Ligas de Higiene Mental Escolar: origens de uma prática da psicanálise na educação.

Conforme Abrão (2001), a higiene mental escolar baseada na psicanálise tinha por finalidade “prestar assistência psicológica ao escolar deficitário” (p. 139) Dentro do setor da Liga de Higiene Mental, foram criadas as Clínicas de Orientação Infantil – as psicoclínicas ortofrências ou simplesmente as Clínicas de Higiene Mental. Nelas se instituiu um lugar de atendimento à chamada criança-problema. As intervenções direcionadas por essas clínicas, não tinham a intenção de realizar uma abordagem terapêutica, mas faziam intervenções no meio familiar e escolar, com orientações realizadas aos pais e professores, atuando no sentido da prevenção da doença mental.

No Rio de Janeiro foi criada a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais, dirigida por Arthur Ramos, e que durou até 1939. O fundador da Liga de Higiene Mental no Brasil foi Henrique Belford Roxo, que em 1923 estava voltado para a erradicação de três fatores determinantes da alienação mental: a sífilis, o alcoolismo e o espiritismo. Ramos seguiu as orientações de Roxo, mas voltou sua atenção especialmente para o desenvolvimento de métodos terapêuticos que visavam a intervenções na personalidade das crianças, e para isso utilizou o referencial da psicanálise (RAMOS, 1939).

As Clínicas de Orientação Infantil, eram compostas por técnicos, distribuídos em quatro divisões ou setores especiais: social (serviços sociais, professores, visitantes, etc.), psicológico (exame psicológico de fundo mental e aptidões pedagógicas), médico (exame de fundo orgânico) e psiquiátrico (exame mais amplo de todos os desajustamentos emocionais e psicológicos, desde os casos fronteiros, até os aspectos mais graves da neurose e da psicose). Foram as primeiras clínicas a atuar em conjunto com as escolas no Rio de Janeiro. Ramos queria que se configurasse um trabalho de cooperação entre escola e pais e, assim, propôs a criação dos Círculos de pais e mães. O objetivo dos Círculos era o de que os pais pudessem colaborar com o Instituto de Higiene Mental no sentido da eliminação dos “maus hábitos” da primeira e segunda infância.

Em 1938, foi criada em São Paulo Seção de Higiene Mental Escolar, vinculada ao Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Esse serviço foi criado por Durval

Marcondes e, como psiquiatra e inspetor da Higiene Escolar e Educação Sanitária, tinha como objetivo estruturar um serviço de assistência à criança escolarizada e aos freqüentadores das escolas públicas de São Paulo, que manifestassem problemas de personalidade ou conduta. Acreditava que se oferecesse atendimento a essas crianças evitaria a neurose na vida adulta e evidenciamos aí o caráter profilático atribuído à psicanálise.

A moléstia mental do adulto é, o mais das vezes, o produto final de um processo de desadaptação que, sob formas diversas, já se vinha manifestando desde a época da infância. A clínica em apreço vai surpreender e tratar esse processo em seu início, quando são maiores as probabilidades de sua produção. (MARCONDES, 1946, p. 44)

Esse serviço fazia parte das reformas do Serviço de Saúde Escolar desenvolvido no estado de São Paulo, em que havia uma nova estruturação do sistema de Assistência Médico-pedagógica que passava a reconhecer a existência de uma patologia psíquica. Durval Marcondes recebeu a tarefa de organizar a Assistência Médico-pedagógica para os “débeis mentais” e, nesse contexto, foram criadas as primeiras classes especiais. Mas Durval desejava mesmo desenvolver um projeto de atendimento em psicanálise em instituição de caráter público, e assim destinava a Clínica ao atendimento da população mais desfavorecida.

Para a implantação dessa Clínica, Durval formou uma equipe ampliada, seguindo o modelo das clínicas norte-americanas de orientação infantil, composta por uma equipe multiprofissional que incluía: médico psiquiatra, médico internista, psicólogos. Também criou um novo cargo público para compor essa equipe, a visitadora psiquiátrica – também chamada de visitadora psicologista ou visitadora psicanalista. Era um cargo inspirado na educadora sanitária das Ligas de Higiene Mental do Rio de Janeiro, que ali tinha a função de realizar o controle das normas de higiene nos lares dos alunos. Mas, contrariamente à sanitarista, a visitadora psiquiátrica,

[e]stava encarregada de recolher dados e analisar o modo de vida da criança-problema, de seu universo familiar e das práticas sociais de cada indivíduo que participava de seu universo psíquico para a elaboração do diagnóstico e acompanhamento da patologia psíquica da criança. De maneira imbricada, vemos assim emergir duas novas profissões na função pública: o psicólogo e o psicanalista, das quais Marcondes assume a responsabilidade pela formação e supervisão (OLIVEIRA, 2006, p.139).

O atendimento era voltado para as crianças que possuíam problemas de desajuste na escola e no lar. A escola encaminhava a criança para a clínica e havia uma visita ao lar do paciente pela visitadora psiquiátrica com o objetivo de compreender a etiologia do problema. Entrevistavam todas as pessoas envolvidas com as crianças, no lar e na escola, e o acompanhamento do caso era realizado pela visitadora, em todas as suas etapas e orientações.

A função da visitadora era fundamental nesse processo. Era ela que reconstituía, via interrogatório, a evolução do caso, apresentando hipóteses sobre as ocorrências que poderiam ter contribuído para o desenvolvimento da patologia. Pesquisava sobre o ambiente da criança e sobre as influências da família nesse processo. Também colhia dados sobre as condições de higiene, habitação, a situação escolar, as diversões habituais etc. Com todos os dados e esclarecimentos possíveis, aliados às informações de outros técnicos, a clínica realizava uma estratégia de ação, dando seu parecer sobre o caso. À luz das teses psicanalíticas, a equipe formulava um diagnóstico e decidia a terapêutica mais indicada para a resolução dos problemas apresentados.

Os médicos, pedagogos e educadores que trabalhavam no Serviço de Higiene Mental possuíam abordagens baseados ora no organicismo, ora nas correntes psicológicas vigentes naquele período, que eram essencialmente a psicologia experimental e os testes psicológicos.

Durval Marcondes, munido de dados estatísticos, constatou que o fracasso escolar era um dos grandes problemas da educação. Para ele, algumas causas desses problemas eram de origem patológica, física, psíquica ou social e, portanto, “tratava-se de prevenir, tratar e corrigir essas anomalias pois seriam as causas da não adaptação social”. (MARCONDES, 1946, p. 44). Esse foi o período de desenvolvimento de técnicas psicológicas e utilização de diferentes instrumentos clínicos disponíveis para o enfrentamento dos “problemas escolares”.

A prática da visitadora foi responsável pela fundação da profissão do psicólogo. A atividade do psicólogo foi implantada em 1930, mas somente em 1950 ganhou destaque nas Clínicas de Orientação Infantil (COI). O ensino da teoria psicológica já era ministrado nos cursos de Pedagogia e Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e as visitadoras psicologistas e psiquiátricas que precisavam de formação iam ter aulas de psicologia nessas

faculdades. Assim, passou a ocorrer a aliança entre os profissionais das COI e a Faculdade de Filosofia, numa rede de relações que resultou no convite à Durval Marcondes para que ele criasse uma Clínica vinculada à cadeira de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Em 1954, o curso de especialização em Psicologia Clínica estava funcionando na universidade e selava o início da formação em psicanálise na universidade. Este era destinada aos alunos de graduação dos cursos de filosofia que tinham interesse em aprofundar e desenvolver seu conhecimento em psicologia clínica (ABRÃO, 2001). Eram os membros da Sociedade Brasileira de Psicanálise que orientavam esse curso: Durval Marcondes, Virgínea Bicudo, Lygia Amaral entre outros.

O conteúdo desse curso cobria uma extensa gama de temas dentro da psicologia. Eram abordadas as teorias psicanalíticas (Freud e Melanie Klein), os fundamentos dos testes psicológicos e trabalhos sobre a relação mãe-bebê. Como o Serviço de Higiene Mental Escolar se voltava para prestar assistência ao *escolar deficitário*, os alunos que estagiavam na Clínica, supervisionados pelos analistas, também realizavam uma formação em psicanálise.

Baseado na psicanálise, Durval orientava os alunos de graduação e também as visitadoras, que recebiam treinamento de um semestre sobre os principais conceitos da teoria e da prática em psicanálise. Os casos estudados eram discutidos por toda a equipe, que se especializava no tipo de terapia que seria proposta. Para vários componentes desses grupos, segundo Mokrejs (1993), foi o despertar para a formação em psicanálise. Esse serviço ampliou-se consideravelmente e era tido como a aplicação da psicanálise à higiene mental escolar, cujo objetivo era realizar ação preventiva e ajustamento dos desvios de comportamento que teriam origens emocionais.

A Orientação Infantil foi uma prática grandemente difundida naquele período em que os profissionais realizavam reuniões com as mães nas escolas, num formato que se assemelha ao das psicoterapias de grupo. Segundo Oliveira (2006), essas orientações tinham o objetivo de assegurar a ordem social e baseavam-se no modelo da família moderna conjugal, nascida no final do século XVIII, sendo a psicanálise utilizada para corresponder à ideologia totalitária dominante da época, baseada na ordem, na família, na pátria, na moral, no trabalho, na autoridade, na disciplina e na hierarquia (DUTRA, 1997).

Desta forma, longe de transformar e subverter a Saúde Mental, a psicanálise que era introduzida tinha um caráter de continuidade da ordem vigente, em que se procurava a adequação dos indivíduos conforme as proposições higienistas.

Para o papel de cada agente desse serviço delineavam-se, nos anos 40, práticas e concepções diversas. Os psicólogos estavam aliados às teses experimentais que eclodiam nesse período e que propagavam a aplicação dos testes para as formulações de diagnósticos. Por outro lado, as visitadoras davam maior importância aos aspectos psicossociais da formação da personalidade da criança; aspectos que enfatizavam as influências da cultura na constituição da subjetividade. De ambas as formas, o que estava em jogo eram práticas voltadas para prevenção, correção e adaptação da “criança-problema” ao seu meio ambiente.

Além dos casos atendidos, a Clínica promovia cursos e palestras educativas procurando interessar especialmente os estudantes normalistas. Suas pesquisas destinavam-se à área da saúde psíquica da criança, constituindo-se assim um núcleo de investigações sobre as psicopatologias da infância.

Tanto as versões da Clínica de Higiene Mental paulista quanto as da carioca assumiram grande importância para o atendimento inspirado na psicanálise de crianças no Brasil, para a origem da psicopedagogia na escola brasileira e ainda para a relação entre psicanálise e instituição. Além disso, esses serviços passaram a rever a concepção de criança “anormal” que vigorava até aquele período, uma vez que, a partir das discussões que Ramos propunha, passou-se a diferenciar a criança deficiente da “criança-problema”.

Era uma experiência inovadora que se fundava naquele momento, mas estava impregnada do viés profilático próprio do campo da medicina da época, que ressaltava a finalidade adaptativa. Em São Paulo, esse serviço extinguiu-se em 1974. Observamos que sua duração foi longa, 36 anos, durante os quais foi disseminada uma prática de orientação para as famílias e para as escolas, e em que se difundiu uma leitura da psicanálise que tinha o objetivo de reeducar as famílias para uma “boa educação”, orientando os pais para uma nova conduta com seus filhos. E para as escolas e educadores, enraizava-se a idéia de que caberia à psicanálise a função da prevenção e correção das questões educativas.

Cabe ainda destacar que a profissão do psicólogo fundou-se com as práticas das visitadoras, e que a psicanálise passava a ser incorporada como teoria psicológica num

contexto preventivista e claramente voltada para o ajustamento de comportamentos tido como inadequados. Além disso, dentro do trabalho desenvolvido nas Clínicas de Orientação Infantil, a psicanálise foi sendo utilizada em conjunto com as demais teorias psicológicas que estavam aparecendo na época, o que também contribuiu para que ela se misturasse às outras concepções psicológicas (psicologia experimental, psicometria, teorias da aprendizagem, entre outras). Todas essas marcas históricas, importantes na relação psicanálise e educação, podem ser consideradas também aspectos originários dos processos de psicologização da psicanálise na educação.

Por fim, também é importante comentar que em todo esse percurso, desde a divulgação da psicanálise, tratava-se de sua aplicação direta na educação. Não havia crítica ou questionamento sobre o que seria a aplicação da psicanálise na educação, questão que passou a ser problematizada pelos autores contemporâneos e tornou-se foco de um debate característico das relações entre psicanálise e educação na atualidade, tema que abordamos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2

A ATUALIDADE DA CONEXÃO PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO: A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA

O capítulo anterior mostrou-nos claramente como ocorreu a apropriação da psicanálise na educação ao longo do século XX, que desembocou em práticas voltadas principalmente para a tarefa preventiva das doenças mentais na escola e no âmbito da educação familiar. Seja pela vertente da terapêutica, com as clínicas de orientação em higiene mental escolar, seja pela vertente teórica, a psicanálise era utilizada como instrumento para evitar que os problemas escolares se avolumassem dentro das escolas.

Neste capítulo, percorremos algumas discussões internacionais que influenciaram as produções brasileiras e originaram a constituição de um campo de pesquisa e interesse em Psicanálise e Educação. Mais do que no capítulo anterior, sobre a origem da psicanálise no Brasil, resgatamos a influência dos debates internacionais acerca da aplicabilidade ou não da psicanálise na educação. Assim, realizamos uma revisão dos trabalhos de importantes pesquisadores brasileiros da atualidade, que estão inseridos nas principais universidades paulistas e se dedicam aos questionamentos sobre a aplicação da psicanálise e sua transmissão no campo educacional.

Também é importante mencionar que a maioria desses autores baseia-se na psicanálise orientada pela escola francesa e estão especialmente referidos ao campo lacaniano, portanto, isso nos fez privilegiar um percurso balizados por esses autores, em detrimento de outras discussões que pudessem estar ocorrendo em outros países e em outras escolas de psicanálise.

2.1 – O debate inaugural sobre a aplicação da psicanálise na educação.

As discussões sobre a articulação entre a psicanálise e a pedagogia são oriundas dos debates entre Freud e Pfister e outros pedagogos (August Aichhorn, Hans Zulliger, Bovet)

do início do século XX, que estavam interessados em formalizar uma Pedagogia Psicanalítica, a Pedanálise. Em 1908, Ferenczi foi o primeiro psicanalista a tratar da educação, numa conferência chamada “Pedagogia e Psicanálise”. Posteriormente, Anna Freud (1921), também pedagoga, ainda tentou dar continuidade a esse projeto, introduzindo um viés pedagógico na teoria de Freud e direcionando essa articulação para o tratamento das crianças. Ela trazia a concepção da “psicanálise pedagógica de crianças”, segundo a qual o psicanalista deveria esclarecer a criança sobre sua doença e o professor deveria usar a psicanálise para reeducar as crianças “anormais”. E, por fim, situamos Melanie Klein (1921) que, por outro lado, pretendia tirar as crianças e a educação de um modelo de atendimento corretivo, passando a dar ênfase ao caráter da fantasia na subjetividade das crianças.

Os pedagogos criaram, em 1926, a Revista de Pedagogia Psicanalítica, que durou 11 anos e editou 300 artigos que retratavam a aplicação da psicanálise na pedagogia. Jean Claude Filloux (2002) divide a produção da revista em dois momentos principais: uma primeira forma inicial dizia respeito à aplicação da psicanálise na escola, com críticas às falhas de pais ou professores nos processos educacionais das crianças. Além da finalidade profilática, a Pedagogia Psicanalítica também era vista nesse período como uma possibilidade de superação de problemas comportamentais e de aprendizagem dos alunos. Num segundo momento, as produções da Revista davam maior destaque à subjetividade do educador. Havia estudos sobre o inconsciente do educador, as relações transferenciais entre professor e aluno, e sobre a personalidade do professor. A publicação da Revista foi interrompida em 1937, e no pós-guerra houve a tentativa de sua retomada. No período final, Filloux ainda faz referência a três orientações nas produções dessa fase: psicopedagógicas, psicoterapêuticas e institucionais.

A orientação psicopedagógica entendia que a psicanálise poderia proporcionar aos métodos pedagógicos uma forma mais alinhada com a necessidade individual do aluno, a fim de não reforçar suas defesas sintomáticas – nesse sentido, a psicanálise poderia ser instrumento de crítica para as práticas pedagógicas que não estivessem sintonizadas com os pressupostos psicanalíticos. Já a orientação terapêutica estaria ligada aos problemas de aprendizagem, que seriam vistos como sintomas com os quais os professores estariam relacionados pela transferência – a proposta pedagógica estaria voltada para o

desenvolvimento do ego e dos elementos edípicos recalcados no inconsciente do aluno. Por fim, a orientação institucional, que determina que a instituição escolar seria tomada como objeto de estudo e prescrições pedagógicas a partir dos pressupostos psicanalíticos.

Houve muitas críticas a esse projeto de fundação de uma Pedagogia Psicanalítica. Mesmo Freud e seus discípulos, entre 1920 e 1930, já anunciavam diferenças entre a prática pedagógica e a psicanalítica, e indicavam a impossibilidade de haver uma pedagogia que fosse uma psicoterapia.

Em o *Futuro de uma Ilusão*, de 1927, Freud anuncia a incapacidade humana da plena satisfação pulsional, apontando a religião como uma tentativa de suprimir essa falta. Nesse texto já não se notava o entusiasmo de que a Pedagogia Psicanalítica pudesse realizar a profilaxia das neuroses, mesmo que lá estivesse colocada a idéia de que a educação poderia reforçar ou abrandar as defesas do sujeito contra as moções pulsionais. Freud lançava a idéia da “Educação para a realidade”, ou seja, pretendia impedir o sofrimento causado pelas falsas ilusões através da tarefa educativa. Nas palavras de Filloux (2002), nesse texto de Freud afirma

(...) a realidade não seria nem uma ordem social à qual a criança deveria ser adaptada sem ilusões, nem tampouco uma promessa de felicidade. Mas a educação teria, talvez, de prepará-la para enfrentar a impossível conjunção de nosso bem-estar e nossa felicidade (p. 49)

Em *Novas Conferências de Introdução à Psicanálise*, na 6ª Conferência, de número 34, de 1932, Freud abandona a idéia de profilaxia educacional das neuroses e qualifica a educação como adaptativa do indivíduo à ordem social. Foi um de seus textos mais debatidos, uma vez que é nele que afirma que a psicanálise não contribuiria para a instrumentalização do educador, mas teria influências sobre o psiquismo deste e sobre sua relação com a criança. Apesar disso, a psicanálise ainda teria algo a dizer à pedagogia. Nesse texto, estabelece ainda a distinção entre a Psicanálise e a Educação, afirmando que a Educação tem uma finalidade de ordem social e a Psicanálise não é adaptativa.

Segundo Filloux (2002), Freud foi ambíguo nessas discussões, considerando que versou mais sobre a educação geral do que os próprios pedagogos, e abriu caminho para esse debate. De qualquer forma, as produções dos pedagogos psicanalistas da Revista propunham a aplicação de conceitos da psicanálise no interior das práticas pedagógicas e

escolares, o que trouxe inúmeras controvérsias, e o que restou dessas produções propõe a reflexão acerca das diferenças fundamentais entre o processo educativo e o psicanalítico.

As tentativas de unir ambas as disciplinas no formato de uma “pedagogia psicanalítica” não avançaram, mas foi possível extrair desses trabalhos algumas conclusões. O primeiro aspecto verificado foi de que o processo de cura não é aplicável em sala de aula, ou seja, a psicanálise visa que o sujeito fale de suas reminiscências, de suas lembranças, e a pedagogia quer trazer novos conhecimentos e ensinar para o futuro; o segundo aspecto diz respeito ao tratamento dos conteúdos inconscientes, que na pedagogia não pode ocorrer de forma direta, enquanto no tratamento clínico a questão é justamente que o sujeito possa falar e apresentar seu inconsciente; outra consequência é o risco de que a psicanálise passe a legislar sobre o que deveria ser a pedagogia, mas, como Freud mesmo indicou, a psicanálise não tem uma função normativa, ou seja, a terceira dificuldade encontrada é a de que a psicanálise tem um caráter subversivo e a educação um caráter adaptativo.

Desta forma, as discussões sobre a aplicabilidade da psicanálise na pedagogia e a fundação de uma Pedagogia Psicanalítica foi um projeto interrompido, mas trouxe uma série de reflexões que são atualizadas com os psicanalistas que enveredam por esse tema. Segundo Mokrejs (2002), foi somente em 1970 que na França esses debates foram retomados. Citaremos alguns autores que travaram uma discussão emblemática a esse respeito na França e que influenciaram o curso das pesquisas no Brasil: Maud Manonni (1988), Françoise Dolto (1998) e Catherine Millot (1992). As duas primeiras, além de contribuírem com a clínica das crianças pequenas e gravemente perturbadas, também estiveram envolvidas com projetos de instituições que tinham certo teor educativo e pretendiam traçar reflexões sobre as relações entre adultos e crianças. E Millot, por outro lado, tornou-se, especialmente no Brasil, uma referência sobre o tema da psicanálise e educação.

Ao situarmos essas autoras, interessa-nos pensar como as suas produções reverberaram no campo Psicanálise e Educação em São Paulo, quais as consequências desses debates para o campo educacional e se tiveram participação na produção da psicologização da psicanálise.

Catherine Millot

Vamos começar com o trabalho de Millot, *Freud Antipedagogo* (1979), texto que se tornou um clássico no Brasil, e no qual a autora reproduz, em um único livro, seu pensamento sobre as relações entre psicanálise e educação.

Nesse trabalho, Millot pergunta sobre a possibilidade de construção de uma pedagogia psicanalítica com os mesmos fins da cura psicanalítica (resolução do complexo de Édipo e superação da castração). Pergunta também se haveria a possibilidade de haver uma pedagogia analítica inspirada no método analítico que fosse transposta para a relação pedagógica e, por fim, questiona se haveria a possibilidade de uma educação analítica com fins profiláticos com relação às neuroses, por exemplo. Ela desenvolve em seu texto argumentos em que responde negativamente a essas perguntas e posiciona-se de forma contrária a qualquer modo de aplicação da psicanálise à educação.

A descoberta do Inconsciente tem o corolário de invalidar qualquer tentativa de construir uma ciência pedagógica que permitia determinar os meios a empregar para atingir determinado objetivo. O essencial do desenvolvimento psíquico do indivíduo escapa, por existir o Inconsciente, a qualquer tentativa de domínio. O saber sobre o Inconsciente adquirido pela experiência psicanalítica não pode ser aplicado pela pedagogia porque, embora a psicanálise esclareça os mecanismos psíquicos em que se funda o processo educacional, tal esclarecimento não aumenta o domínio sobre este processo (MILLOT, 1992, p. 156).

Neste sentido, Millot segue concluindo que a única contribuição da psicanálise à educação se dá pela cura analítica.

A psicanálise não pode interessar à educação salvo no próprio campo da psicanálise, isto é, pela psicanálise do educador e a da criança. Na criança, para suspender os recalques; no educador a fim de que saiba não abusar de seu papel e desprender-se do narcisismo, para que evite o empecilho que consistiria em situar a criança como seu Eu-ideal (p.157).

A leitura de Millot, conforme Kupfer (2001), estava atrelada à Escola Francesa de Psicanálise, que pretendia marcar uma posição política contrária ao kleinianismo e à psicologia do ego, vetando qualquer tentativa de aproximação entre a psicanálise e a educação. Mas o que chama a atenção é que essa afirmativa e posicionamento tenham levado, segundo Voltolini (2009), ao silenciamento dos psicanalistas sobre a questão educativa.

O livro conclui pela irredutível diferença que há entre o psicanalisar e o educar, cuja consequência imediata é a de que não devemos esperar por nenhum método pedagógico de base psicanalítica.

Conclusão acertada, sem dúvida, construída através de um percurso rigoroso feito pela autora, acompanhando a trama dos conceitos da teoria psicanalítica. Mas é curioso que o que era para ser um instante de ver tenha se tornado o momento de concluir.

Que a Psicanálise não tenha um método pedagógico a oferecer à Pedagogia, não precisa levar à conclusão de que ela nada tem a dizer à Educação. Uma série de mal entendidos estão presentes nesta passagem, dos quais cito apenas os mais relevantes: a desconsideração da diferença entre Pedagogia e Educação; a crença na predominância da questão da metodologia em Educação; o entendimento de que a relação entre Psicanálise e Educação é de aplicação.

Interessa-nos, sobretudo, destacar o efeito de silenciamento gerado pela repercussão deste livro, quanto à questão das relações entre a Psicanálise e a Educação. Tendo se tornado um clássico, é no mínimo curioso e revelador que sua própria autora nunca mais tenha se dedicado ao assunto em publicações posteriores. “Assunto encerrado!” (VOLTOLINI, 2008, p. 330).

Após alguns anos esse quadro se modificou dentro do campo lacaniano internacional, que passou a defender a articulação entre essas disciplinas. Em 1993, Annie Cordié, membro da Escola Freudiana de Psicanálise, publicou na França *Os Atrasados não existem*, no qual explicava para os educadores as origens psíquicas dos problemas de aprendizagem (retomando o diálogo entre educadores e psicanalistas). Também em 1998, no Congresso de Barcelona, abriu-se uma discussão sobre psicanálise e a educação a partir do relato da intervenção de um psicanalista na escola, revelando que as instituições de psicanálise francesas que eram, até então, contra a aproximação da psicanálise com a educação, passaram a validar que ela ocorresse.

Maud Manonni

Mesmo com esse tom de discordância na articulação entre os campos, muitos psicanalistas que não romperam abertamente com as posições instituídas pelo campo lacaniano na França deixaram que a junção psicanálise e educação ocorresse na prática. Esse foi o caso de Maud Manonni, com a fundação da escola experimental Bonneuil-sur-Marne, na França, em 1969. Nessa instituição, Manonni afirmava que ali a psicanálise não estava presente, mas servia apenas como “clareagem” ou uma iluminação para o campo da educação. Esse conceito era uma forma de dizer que a psicanálise apenas servia em

Bonneuil como uma referência para formar o pensamento do educador. Era uma instituição com fins educacionais e terapêuticos (por mais que não se realizasse a clínica dentro dela) para crianças que estavam fora das escolas regulares na França. Esse dispositivo estava referido à teoria da psicanálise sobre as psicoses na infância. Assim, conforme Kupfer (2001), Manonni ultrapassava suas próprias afirmações de que a psicanálise deveria apenas iluminar a educação, visto que, em Bonneuil, ela estaria no próprio fundamento da instituição.

Em seu famoso texto *Educação Impossível* (1988), mesmo que não tivesse tido a pretensão de articular a psicanálise à educação, Manonni inaugurou uma forma de análise desses campos, indagava-se pelas “condições de possibilidade da própria educação, enquanto efeito de uma filiação simbólica” (LAJONQUIÈRE, 1999, p.17) e, portanto, passava a estar em questão a própria educação.

Embora não pretendesse inscrever sua reflexão no contexto dos estudos da psicanálise e educação, colocou em questão, no calor dos anos 70, a virada psicológica-cientificista da pedagogia moderna afirmando que impossibilitava *a priori* o acontecimento de efeitos educativos subjetivantes, e dessa forma, trilhou uma reflexão original no campo dos estudos clássicos sobre os *fundamentos da educação* (p. 18).

Do ponto de vista de Manonni, haveria assim uma impossibilidade de articulação dessas disciplinas, o que consolidava sua atuação no campo da antipedagogia. Para a autora, a pedagogia moderna refere-se a um ideal a ser atingido e desconhece ou rejeita a dimensão do desejo (que é um elemento fundante da subjetividade). Essa dimensão rejeitada retorna como sintoma, manifestando-se nas delinquências e psicoses, entre outras formas de inaptações. Em sua perspectiva, colocando-se a serviço dos ideais de rendimento e eficácia, a pedagogia não permite que a psicanálise encontre outra via de relação com ela a não ser pela forma da denúncia ou da crítica de que esses processos estão em jogo, uma vez que a pedagogia elimina a existência de subjetividade no ato educativo.

Ao recuperar a história da psicanálise na França, Manonni indica que, ao ser apropriada por outros campos, como foi o caso da medicina ou da pedagogia, a psicanálise acabou sendo utilizada como uma técnica de complementação ou adaptação, ao invés de ser subversiva, o que trai, segundo a autora, a própria vocação da psicanálise. Nesse contexto, a

psicanálise só poderia intervir na pedagogia pela vertente da ruptura com aquilo que estaria esclerosado na própria pedagogia, para assim poder renová-la.

Embora fosse uma grande crítica das relações entre psicanálise e educação, Manonni não apostava na impossibilidade de uma conexão. Ela acreditava que a psicanálise teria um papel importante na educação desde que não estivesse aderida às técnicas pedagógicas e aos referenciais médicos de diagnóstico e prevenção. A autora já previa que a psicanálise corria sérios riscos de permanecer presa ao discurso cientificista quando voltada para a educação, ou seja, entendemos que ela já antevia, de certa forma, o sentido da psicologização da psicanálise.

Françoise Dolto

Dolto era pediatra e psicanalista e, com a experiência de sua clínica com crianças, influenciou a educação de seu tempo. Entre 1976 e 1978 participou de uma série de programas na Radio Francesa, onde respondia a cartas de pais sobre como proceder com seus filhos. Estava interessada em utilizar a psicanálise para melhorar a vida diária de pais e crianças, e trazia idéias psicanalíticas sobre a vida cotidiana. A combinação de espiritualidade, empatia e um talento para conversas diretas junto ao público tornaram-na muito popular dentro da cultura psicanalítica francesa.

Assim, alastrava-se na França uma forma “à la Dolto” de educar as crianças. Dizia-se uma “médica de educação”, e a psicanálise servia-lhe como instrumento para a compreensão do que ocorria com o corpo da criança. Tinha a perspectiva de situar o corpo inserido na linguagem, onde este tinha o lugar de corpo erógeno. Portanto, em sua prática, Dolto articulava a psicanálise, a pediatria e a educação e podia ser definida como “uma psicanalista que cuidava das doenças do corpo libidinal que uma criança enfrentava no decorrer de seu desenvolvimento (...) e no curso de sua educação” (KUPFER, 2006, p. 566).

Na medida em que insistia em afirmar que a criança só deveria aprender se o seu desejo estivesse implicado nesse ato, Dolto estava baseada em uma concepção de educação que pudesse respeitar o “desejo de aprender”, e isto fez com que repensasse as formas como as crianças eram ensinadas. Afirmava que a aprendizagem ocorria, sobretudo, devido ao inconsciente, e não acreditava que os conhecimentos pedagógicos pudessem alterar algo

nesse sentido; assim, defendia que um profissional da área “psi” é que deveria acompanhar os pais nesses processos educacionais.

Definia sua profissão na vertente da prevenção e da cura, mas diferente da forma como ocorreu o movimento do higienismo do início do século XX. No ano de 1979, Dolto criou em Paris a primeira “Casa Verde” (uma casa intermediária entre o lar familiar e a creche ou a escola maternal), para acolher crianças até a idade de três anos, acompanhadas dos pais. Segundo Dolto, tratava-se de evitar os traumas que marcam a entrada na pré-escola e de manter a segurança que a criança adquiriu no nascimento. Nesse local, pretendia que pais e filhos pudessem ter a experiência de uma separação gradual (DOLTO, 1998).

Foram criadas mais de 130 Casas Verdes, que se espalharam pela França. Nesses locais, a influência de Dolto com as educadoras e cuidadoras era intensa. Acreditava que a palavra deveria ser dirigida à criança pequena e incentivava os profissionais a se dedicarem aos bebês: deveriam conversar insistentemente com eles, para subjetivá-los. Não apresentava referências cronológicas quanto ao desenvolvimento infantil, mas acreditava que o importante seria que houvesse um acompanhamento da história de desejo singular de cada criança, pois o desenvolvimento se constituiria a partir dessa vertente.

Millot, Manonni e Dolto, influenciaram intensamente as pesquisas e trabalhos que foram desenvolvidos no Brasil. Mesmo com posições diversas, elas trouxeram contribuições importantes para o pensamento que se formou sobre esse campo e sobre as práticas que pretendiam articular a psicanálise e a educação.

No caso de Millot, suas advertências quanto à aplicação da psicanálise na educação foram defendidas também por alguns psicanalistas no Brasil, mas não foram suficientes para impedir que a psicanálise fosse aplicada na educação. Como foi demonstrado no capítulo 1, a origem da aplicação da psicanálise na educação foi bastante duradoura e responsável por enraizar práticas de cunho médico no campo da educação.

Por outro lado, Manonni apresentou reflexões fundamentais sobre a crítica à pedagogia moderna e a diferença necessária a ser realizada entre educação e metodologia pedagógica. Isso permitiu que autores brasileiros pudessem tratar dessa diferença ao problematizarem a educação na atualidade. E, por fim, Dolto estava voltada para a articulação da psicanálise e educação baseada em sua clínica com bebês e crianças, e muito

interessada pela prevenção (não no sentido higienista) que deveria se voltar para a detecção precoce de sofrimento psíquico na infância.

2.2 – As pesquisas sobre o campo Psicanálise e Educação em São Paulo

Em *Freud e a Educação: o mestre do impossível* (1989), Kupfer destaca, em nível internacional, três amplos movimentos – que se relacionam com o âmbito nacional – de articulação entre a psicanálise e a educação. O primeiro se deu com a tentativa de criação de uma Pedagogia Psicanalítica, conforme descrevemos acima. O segundo ocorreu com os esforços de psicanalistas em divulgar a pais e professores a teoria psicanalítica, uma vez que acreditavam na possibilidade de que esses agentes pudessem impedir que a neurose se instalasse em seus filhos e alunos – a via da profilaxia. E o terceiro movimento, mais recente, empenha-se na tarefa de ensinar a psicanálise aos diferentes representantes da cultura, principalmente os educadores.

Nesse terceiro movimento, podemos destacar uma mudança na perspectiva da transmissão da psicanálise em comparação ao que se deu no período higienista no Brasil – quando se tratava da aplicação direta da psicanálise na educação e de sua divulgação frente aos agentes sociais. Agora, a transmissão passa a basear-se nas discussões sobre o que viria a ser essa aplicação, quais os desdobramentos do ensino da psicanálise para educadores e qual a diferença entre pedagogia e educação. Como observam Lajonquière (1999), Kupfer (2001) e Patto (2002), foi na perspectiva da distinção entre pedagogia e educação, de crítica à própria pedagogia e da utilização das técnicas e métodos de ensino que a psicanálise ganhou maior espaço nas discussões sobre a educação e passou a constituir um campo próprio de interesse e pesquisas no Brasil.

Segundo Abrão (2006),

[n]a atualidade avolumam-se os trabalhos dedicados ao debate relativo às aproximações entre educação e psicanálise e, particularmente no Brasil, as pesquisas e as propostas de intervenção dedicadas ao tema têm sido bastante recorrentes. Particularmente nos últimos 10 anos, alguns trabalhos de expressão vieram a público, seja pelo caráter inovador das idéias neles veiculadas ou por introduzirem modelos de intervenção bastante originais no meio educacional (p. 235).

Olhando rapidamente para algumas publicações¹³ atuais dentro do campo Psicanálise e Educação no Brasil - São Paulo, pudemos localizar as formas diversas como esse campo se delineia:

1. Dentro das problemáticas abordadas pelo campo da psicopedagogia – a psicanálise é utilizada de forma mista com as técnicas psicométricas e psicodiagnósticas, em que se propõe uma intervenção de eliminação e correção dos problemas de aprendizagem;

2. Como instrumento de interpretação da cultura, no caso da educação – a psicanálise é utilizada para realizar uma leitura sobre que é educar, o que é a infância e seus impasses nos tempos atuais, partindo do princípio de que os conceitos psicanalíticos “iluminam” essa análise (contribuindo na interpretação sobre os impasses na educação);

3. Em trabalhos de caráter institucional nas escolas – os psicólogos escolares ou coordenadores baseiam-se na psicanálise para fundamentar e direcionar sua prática dentro das escolas;

4. Em discussões que partem das problemáticas que advêm da clínica, especialmente do atendimento de crianças – neste item inclui-se a clínica dos transtornos mentais na infância (os autismos e psicoses), que também se conectam com as discussões acerca da inclusão escolar.

Foi nesse âmbito da clínica das psicoses e autismos na infância que se abriu maior espaço para as incursões da psicanálise no território educacional e escolar, no qual despontaram os trabalhos desenvolvidos na Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, instituição fundada no Instituto de Psicologia da USP, em funcionamento desde 1990 e coordenado por Maria Cristina Kupfer. O Lugar de Vida é uma clínica que oferece atendimento para as crianças com distúrbios globais do desenvolvimento e concentra-se em pesquisas sobre a conexão psicanálise e educação. Além da clínica, ali também são oferecidos cursos para professores, psicólogos e psicanalistas sobre a clínica e a escolarização de crianças psicóticas e autistas. Assim, os trabalhos desenvolvidos no Lugar de Vida referem-se à constituição de um campo de pesquisa em Psicanálise e Educação.

¹³ Publicações dos anais dos Congressos sobre Psicanálise e Educação oferecidos pela Faculdade de Educação da USP, na revista Estilos da Clínica e em livros com essa temática, publicados recentemente.

Kupfer e Lajonquière formalizaram em 1998, com a criação do LEPSI, Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância (do Instituto de Psicologia e da Faculdade de Educação da USP), um dos principais núcleos de pesquisas sobre esse tema no Brasil¹⁴. Considerando sua importância nas discussões entre psicanálise e educação no Brasil, apresentamos a seguir algumas reflexões de Kupfer e Lajonquière.

Em *Freud e a Educação* (1989), Kupfer discute sobre as contribuições da psicanálise para a educação que, mesmo baseada nas discussões de Millot sobre a impossibilidade de aplicação da psicanálise na educação, acreditava que os educadores deveriam se beneficiar com o conhecimento dessa disciplina.

A psicanálise pode transmitir ao educador (e não à Pedagogia, como um todo instituído) uma ética, um modo de ver e entender sua prática educativa. É um saber que pode gerar, dependendo, naturalmente, das possibilidades subjetivas de cada educador, uma posição, uma filosofia de trabalho. Pode contribuir, em igualdade de condições com diversas outras disciplinas, como a Antropologia, ou a Filosofia, para formar seu pensamento. Nada mais se pode esperar dela, caso se queira ser coerente com aquilo que se constituiu essencialmente: a aventura freudiana. (KUPFER, 1989, p. 97).

Ao apresentar *um modo de ver e entender a educação*, caberia à psicanálise dar explicações sobre “o que habilita uma criança para o mundo do conhecimento e em que circunstâncias essa busca se torna possível?” (p. 78). A dificuldade agora seria justamente a de encontrar em Freud as respostas para esse tema, já que o pai da psicanálise nunca teve uma preocupação com o processo da aprendizagem e não chegou sequer a escrever sobre isso. Mas, de forma indireta, observamos que os psicanalistas na atualidade encontraram, na obra de Freud, chaves para a compreensão do que se descreve, em termos da psicanálise, como “desejo de saber”.

Perante essa nova leitura sobre uma possível relação entre psicanálise e educação, os teóricos que pretendiam promover o encontro dessas disciplinas passaram a relacionar os processos de aprendizagem com alguns mecanismos da constituição da subjetividade, e sua tentativa seria a de encontrar na psicanálise os fundamentos para uma investigação sobre o

¹⁴ Há outros pesquisadores que estão também voltados para o estudo sobre psicanálise e educação e estão inseridos em outras universidades em São Paulo, como é o caso das pesquisas desenvolvidas por Maria Lúcia de Oliveira, da Faculdade de Letras da UNESP em Araraquara. Na Faculdade de Educação da USP encontramos Rinaldo Voltolini, Maria Cecília Cortez e Leny Magalhães Mrech, entre outros.

processo psíquico implicado na aprendizagem. Assim, as investigações sexuais das crianças e a pesquisa infantil sobre a diferença sexual anatômica; a relação entre curiosidade e a pulsão epistemofílica (a pulsão visual) e, ainda, a relação transferencial implicada na relação professor-aluno seriam alguns dos elementos psicanalíticos que estariam na base de qualquer relação de aprendizagem.

Para exemplificar esse tipo de importação da psicanálise para a educação, Kupfer (1989) traça as linhas gerais do que seria a temática da transferência articulada ao ato educativo.

Essa concepção de transferência, tomada do texto do próprio Freud, amplia a noção de que um clichê (estereótipo calcado na figura dos pais) é transferido para a figura do analista e do mestre. O importante é fixar a idéia de que o desejo inconsciente busca aferrar-se a “formas” (o resto diurno, o analista, o professor) para esvaziá-las e colocar aí o sentido que lhe interessa. Transferir é então atribuir um sentido especial àquela figura determinada pelo desejo. Essa formulação tem implicações tanto para o analista como para o professor. Instalada a transferência, tanto o analista como o professor tornam-se depositários de algo que pertence ao analisando ou ao aluno. Em decorrência dessa “posse”, tais figuras ficam inevitavelmente carregadas de uma importância especial. E é dessa importância que emana o poder que inegavelmente têm sobre o indivíduo. Assim, em razão dessa transferência de sentido operada pelo desejo, ocorre também uma transferência de poder (p. 91).

Esse uso do conceito de transferência ilustra a perspectiva que a psicanálise passou a ter na educação, ou seja, a de um instrumento que “ilumina” a educação e refere-se mais consistentemente às possibilidades de “casamento” entre esses campos.

Mais de dez anos depois (2001), Kupfer publicou *Educação para o futuro: psicanálise e educação*; ao longo de suas pesquisas e práticas no campo Psicanálise e Educação, essa autora passou a defender a possibilidade de que a educação pudesse ser orientada pela psicanálise, mesmo que a articulação com a pedagogia fosse impossível. Ao explicar o que é o educar, a psicanálise passa a dar abrangência ao significado da infância, assim, imersa na educação, a psicanálise se transforma, nas palavras da autora, em um operador de crítica e problematização sobre a educação moderna, “sem preconizar um irreversível e nostálgico retorno a práticas educativas do passado” (Kupfer, 2001, p. 35), e aceitando a responsabilidade sobre como o mundo está.

O campo teórico que sustenta as práticas clínico-teórico-educacionais no Lugar de Vida recebe o nome de Educação Terapêutica, baseia-se em três eixos – a inclusão escolar, o campo institucional, o escolar – e é definido como

um conjunto de práticas interdisciplinares de tratamento, com especial ênfase nas práticas educacionais, que visa à retomada do desenvolvimento global da criança ou à retomada da estruturação psíquica interrompida pela eclosão da psicose infantil ou ainda, à sustentação do mínimo de sujeito que uma criança possa ter construído (p. 84).

A Educação Terapêutica é um termo cunhado por Kupfer para dizer sobre um modo de intervenção com a criança que apresenta problemas de desenvolvimento –psicóticas com traços autistas, pós-autistas e crianças com graves problemas orgânicos associados a falhas na constituição subjetiva.

No atual trabalho, mesmo após a revisão de seu pensamento descrito em *Freud e a Educação*, Kupfer conclui, assim como Millot, que não se deve aplicar a psicanálise na educação, mas afirma que é preciso ultrapassar a posição colocada naqueles trabalhos, visto que, a partir de experiências institucionais (no Brasil e em outros lugares do mundo), acredita na possibilidade de haver uma educação psicanaliticamente orientada para além da iluminação do campo educativo pela psicanálise.

[A] obra de Millot ainda está em vigência, principalmente quando se trata de lembrar que o mal-estar na civilização não se “remove” por meio de nenhuma prática educativa. As novas discussões que surgiram depois da publicação de seu livro oferecem, porém, uma legitimidade aos estudos no interior da conexão psicanálise-educação que não se alcança quando o estudioso se atém à leitura de Millot ou de Freud e a Educação (p. 38).

Assim, para essa autora, a experiência do Lugar de Vida tem demonstrado que práticas educativas psicanaliticamente orientadas “visam ao sujeito na criança que aprende, [e] essas formulações acabam por provocar inflexões no campo das práticas educacionais conhecidas, fazendo pensar que se pode conceber o ato educativo de outro modo” (p. 10).

Mesmo não atuando na clínica do Lugar de Vida, Leandro de Lajonquière (docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), investiga as possibilidades de articulação entre psicanálise e educação. Esse autor resgata o estatuto da educação nos textos freudianos e nos de outros autores, na perspectiva de não incorrer no viés tecnicista e

adaptativo que configura o discurso pedagógico moderno. Para ele, a pedagogia é entendida como um “saber positivo sobre como ajustar meios de ação para fins existenciais estabelecidos a priori” (1999, p. 29) e, nessa linha, a psicanálise não teria como se articular à pedagogia, pois não lhe caberia a tarefa – por não ser condizente com sua ética – de ajustar a criança aos ideais da pedagogia.

Em seu texto, *De Piaget a Freud* (1995) e em *Infância e ilusão (psico) pedagógica* (1999), Lajonquière preocupa-se em realizar uma crítica sobre a pedagogia moderna na qual a psicanálise teria a função maior de realizar uma subversão dos saberes cientificistas que essa pedagogia tem propagado. A conexão psicanálise e educação realizou-se diversas vezes na perspectiva positiva, ou seja, extraíndo dos conceitos psicanalíticos procedimentos para serem aplicados na educação, e isso ocorria para elucidar as práticas educativas e pedagógicas.

Baseado em Manonni, Lajonquière acredita que a conexão psicanálise e educação só pode ocorrer se houver uma “clareagem psicanalítica” da pedagogia, o que significa uma recuperação do sentido de uma educação que produza efeitos de subjetivação nesse processo.

Então, em sua análise, afirma que a articulação psicanálise e educação seria possível se esta última fosse entendida como discurso social. Para esse autor, o conceito de educação recobre o de laço social e, nessa perspectiva, “educar torna-se a prática social discursiva responsável pela imersão da criança na linguagem, tornando-se capaz por sua vez de reproduzir discurso, ou seja, dirigir-se ao outro fazendo com isso laço social” (KUPFER, 2001, p. 35).

O autor acredita que há, dentro da educação, um imperialismo da psicanálise, em que psicanalistas – especialmente dentro da academia – seguem a linha da aplicação da psicanálise na educação. Ele se baseia no pensamento que Manonni desenvolve em *Educação Impossível* e afirma que é possível desenvolver algo de qualidade na conexão psicanálise e educação, se a psicanálise deixar de lado a pedagogia e mirar na perspectiva de resgate da dimensão educativa, que deve propiciar que os efeitos subjetivantes sejam produzidos.

Lajonquière e Kupfer são autores pioneiros da história sobre as relações entre psicanálise e educação na atualidade e são pesquisadores que se dedicam, há muitos anos,

ao ensino da psicanálise no campo educativo. Também apresentam em suas reflexões elementos que traduzem as influências das psicanalistas francesas citadas.

Kupfer, mesmo tendo seguido as indicações de Millot, passou a defender o casamento da psicanálise com a educação, principalmente na área da educação especial, com a Educação Terapêutica. Assim, uniu esses campos não no sentido da criação de uma prática pedagógica, mas no sentido de um trabalho que é terapêutico na medida em que considera a educação estruturante para o sujeito. Assim, essa autora baseou-se nas discussões de Manonni sobre a importância da dimensão educativa implicada nos processos de subjetivação, e também se baseou em Dolto, para direcionar essa discussão a partir das referências oriundas da clínica psicanalítica.

Lajonquière, também inspirado em Manonni, defende a possibilidade de conexão entre psicanálise e educação. Ele acredita que a psicanálise tem a tarefa de esclarecer ou iluminar o campo educativo quanto aos impasses que atravessam a educação no contexto contemporâneo.

Portanto, tendo circunscrito como se constituiu o campo Psicanálise e Educação no Brasil, voltamo-nos agora para a compreensão do problema da psicologização da educação. Apesar das críticas bastante consistentes à aplicação da psicanálise na educação, ainda nos resta a pergunta sobre como podemos compreender o lugar da psicanálise diante de tal problemática? Vamos, então, apresentar o problema da psicologização da educação e da psicologização da psicanálise na educação, tentando identificar as razões para o aparecimento de tais problemáticas na atualidade.

CAPÍTULO 3

A PSICOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O LUGAR DA PSICANÁLISE NESTA PROBLEMÁTICA

Neste capítulo, procuramos configurar a problemática da psicologização da educação visando identificar, no interior desse processo, o modo de apropriação da psicanálise no campo educacional. Como sabemos, a psicologização da educação já é um tema amplamente analisado por diversos autores que discorrem criticamente sobre a participação das psicologias no campo educativo. Nesse sentido, vamos nos limitar a apresentar algumas formulações de autores como Patto (1993) e Lajonquière (1999), entendendo que tais autores ocupam lugar de destaque no tratamento desse tema.

Procuramos, ao mesmo tempo, configurar a psicologização da psicanálise na educação, considerando que tal processo é tributário da psicologização acima referida. Nossa tese é a de que, ao ser apropriada pela educação, a psicanálise adquire contornos similares aos das teorias psicológicas do desenvolvimento infantil e da aprendizagem, voltando-se para fins pedagógicos. Inserida na educação, a psicanálise seria convertida em uma teoria com a finalidade de adequar o indivíduo ao meio social.

Buscando compreender tais problemáticas e identificar as possíveis razões de seu surgimento, apoiamo-nos nas reflexões de Hannah Arendt (2003) sobre a *Crise na Educação* na modernidade. Essa autora, mesmo sem ter se referido ao fenômeno da psicologização da educação, parece fornecer valiosos elementos para nosso estudo.

3.1 – A psicologização da educação na atualidade: de onde partimos.

Em nossa prática profissional em uma rede municipal de ensino, destacava-se a intensa participação do discurso psicológico, manifestada através do tipo de demanda que era dirigida aos psicólogos da equipe e pela forma como as teorias psicológicas eram utilizadas para explicar os impasses que os educadores enfrentavam em sua prática diária. Os gestores das unidades escolares convocavam a equipe técnica da educação (composta de

psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, pedagogos), para que esses especialistas – principalmente os psicólogos – se ocupassem dos alunos que apresentavam dificuldades na escolarização. As queixas escolares referiam-se a qualquer aluno que estivesse fora do ideal “normal” escolar¹⁵ e somavam-se à demanda de que o psicólogo pudesse solucionar esses quadros.

Os diferentes profissionais da rede de ensino concebiam a atuação dos técnicos nas escolas numa vertente terapêutica, voltada para o atendimento dos alunos e familiares, além de orientações específicas para o professor. Nesse sentido, a demanda recorrente dos professores apoiava-se na idéia de que tais orientações poderiam ajudá-los a lidar melhor com os alunos com dificuldades escolares.

Após muitos debates e discussões entre os profissionais que compunham a equipe, a partir de textos de caráter crítico na área da psicologia escolar¹⁶, esses especialistas passaram a questionar a função que exerciam na rede de educação. Dessa forma, o trabalho foi sendo reformulado gradativamente e os especialistas passaram a exercer uma atividade voltada para a assessoria em educação, não respondendo mais ao pedido de atendimento clínico dentro da rede. Mesmo diante da reformulação na concepção do trabalho, perdurava uma intensa demanda dos professores para que seus alunos com “problemas de aprendizagem” fossem encaminhados para diagnósticos com especialistas, como também para o atendimento das famílias dos alunos, com o objetivo de esclarecer os pais acerca das “melhores condutas” para educarem seus filhos.

O discurso dos educadores com os quais trabalhávamos parecia apoiar-se na crença de que os profissionais da área “psi” é que saberiam esclarecer os aspectos emocionais em jogo nos processos de aprendizagem. Acreditavam que esses profissionais teriam um conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e o funcionamento psicológico do indivíduo, que permitisse “ajustar” melhor às demandas pedagógicas os alunos com dificuldades na escolarização. Portanto, aos especialistas era atribuída uma função prescritiva no campo educacional, ou seja, os técnicos passavam a ditar as normas sobre o que deveria ser feito com o aluno (e sua família) com dificuldades. Esta breve descrição

¹⁵ Eram alunos que passavam a fazer parte do projeto de Inclusão Escolar na rede e faziam parte dos quadros de deficiência física, questões de ordem psiquiátrica, “comportamentos inadequados” ou mesmo alunos de famílias identificadas como “carentes”, “desequilibradas” ou que apresentavam algum tipo de “risco social”.

¹⁶ Foram discutidos os textos de Maria Helena Souza Patto, Adriana Marcondes, Cecília Collares, Maria Aparecida Moysés, entre outros.

procurou ilustrar como fomos levados a constatar que, nessa rede de ensino, os profissionais da educação pareciam delegar aos especialistas o saber e o fazer sobre os problemas enfrentados no processo educacional dos alunos.

Ora, como sabemos, é exatamente essa intensa participação do discurso psicológico (e especialista) na educação que alguns autores que se dedicam ao estudo crítico das relações entre psicologia e educação chamam de “psicologização da educação” (PATTO, 1993; COLLARES & MOYSÉS, 1994; MACHADO, 1998; LAJONQUIÈRE, 1999; CARVALHO, 2001; VOLTOLINI, 2007). Daí nosso interesse em estudar esse processo tão vivo e facilmente identificável na atualidade. Vejamos, então, algumas considerações de autores consagrados no estudo da psicologização da educação, a saber, Maria Helena de Souza Patto e Leandro de Lajonquière.

3.1.1 A Psicologização da Educação e o Fracasso Escolar

Patto (1993) é uma autora de referência para o estudo da entrada das psicologias no terreno escolar brasileiro. Segundo essa autora, as teorias psicológicas dentro da escola fundamentaram práticas de mensuração, patologização e exclusão escolar dos alunos diagnosticados como “anormais”.

A presença da Psicologia – tradicional e hegemônica ao longo da história da educação no Brasil, principalmente a partir da Primeira República – é sobretudo normativa e considera como doença, como anormalidade, como distúrbio ou como deficiência pessoal tudo o que não seja disposição incondicional ao trabalho e à obediência, presença classificadora e hierarquizadora que tem colaborado com a manutenção de uma ordem social desigual, plena de injustiça e de barbárie, como é a sociedade brasileira (PATTO, 2002, p. 147).

Desta forma, do ponto de vista de uma psicologia crítica, Patto questiona em seus trabalhos a participação ideológica da psicologia na educação e demonstra que a história da psicologia na educação tem contribuído para reforçar a submissão das camadas pobres da sociedade com base em testes de inteligência e avaliações psicopedagógicas, entre outros. Essa autora problematiza o conceito de “distúrbio de aprendizagem” e potencializa a idéia de que o “fracasso escolar” diz respeito ao mal-estar na educação como efeito de um modo de produção capitalista que promove a técnica em detrimento da ética, que reifica as

relações sociais e que tem como resultado a produção de práticas de exclusão social.

Em seu clássico estudo *A Produção do Fracasso Escolar* (1993), a autora realiza um resgate histórico dos determinantes sociais, culturais e políticos que contribuíram para que a psicologia se constituísse na educação como uma disciplina voltada para a avaliação e a seleção dos indivíduos. Para Patto, os testes de inteligência passaram a fazer parte do cotidiano educacional, visando ao aprimoramento do sistema escolar através de seleção e promoção das separações entre normais e anormais, mais aptos e menos aptos, etc. Portanto, ao debruçar-se sobre a história da participação da psicologia na educação, essa autora revela-nos que as teorias e práticas psicológicas acabaram instrumentalizando o sistema educacional para a produção de escolas mais seletivas e “psicologizadas”.

É nesse período do final do século XVIII, após o triunfo da revolução burguesa na França, que as teorias do determinismo racial começam a se desenvolver. Nessa época, o Brasil viveu sob forte influência cultural da França, e nossos intelectuais voltavam-se para as questões escolares e da aprendizagem regidos pelo que se passava na Europa – tendências que levam Patto a falar de certo “colonialismo europeu”.

Para essa autora, a adesão ao cientificismo da época permitiu que estereótipos e preconceitos raciais milenares adquirissem um novo status: o de conhecimentos neutros, objetivos e verdadeiros que a ciência experimental e positiva conferia às idéias geradas de acordo com seus princípios. Das explicações teológicas passou-se para as explicações científicas. Assim, continua a autora¹⁷, a ciência experimental e positiva voltou-se para a questão das diferenças raciais e individuais. Entre 1850 e 1930 as teses racistas baseadas na “fisiologia do cérebro” ganharam maior destaque, servindo para justificar a diferença de classes.

A Psicologia Diferencial de Wundt, estabelecida em 1879 no meio desse furor cientificista e objetivista do século XIX, partiu dos laboratórios experimentais e da fisiologia, tendo sido fortemente influenciada pela teoria da evolução natural de Darwin. Uma outra grande influência dentro da psicologia foi a teoria de Galton, que desembocou na teoria da eugenia, ciência que visava controlar e dirigir a evolução humana, aperfeiçoando a espécie através do cruzamento de indivíduos escolhidos especialmente para

¹⁷ Todas as referências de que nos valem para retrair a história da Psicologia como ciência estão em Patto, 1993.

esse fim. Esse autor estudou biologia, estatística, psicologia experimental, testes psicológicos, buscando comprovar a tese da determinação hereditária, ou seja, demonstrar que as aptidões naturais humanas eram geneticamente transmitidas. Estava em destaque aqui a preocupação com as diferenças individuais e seus determinantes.

O aumento da demanda por escolas nos países industriais da Europa e América, bem como a expansão dos sistemas nacionais de ensino, geravam a necessidade de explicar as diferenças de rendimento escolar e também o acesso desigual dessa clientela aos graus escolares mais avançados. Os testes psicológicos vieram para reforçar essa vertente ideológica, utilizando o resultado dos testes para favorecer aqueles indivíduos socialmente mais privilegiados e reforçar a idéia de que eram os mais capazes que ocupavam os melhores lugares sociais.

Assim, o século XIX trazia um forte olhar organicista para as aptidões humanas, carregado de pressupostos racistas e elitistas. Os primeiros casos de dificuldades escolares foram tratados por médicos e psiquiatras. Usavam a palavra “anormal” para qualificar aqueles indivíduos que tinham problemas de aprendizagem. Eram os “duros de cabeça”, os “idiotas”, ou loucos. Essa classificação, importada dos hospícios para as escolas, atribuía as causas do fracasso escolar aos distúrbios orgânicos. Passou-se assim a medir as aptidões naturais dessas crianças, desafio dirigido aos psicólogos da época que, por essa via, foram inseridos no campo educacional.

Psicólogos e pedagogos, em escala global, voltavam-se então para a mensuração das diferenças individuais de rendimento escolar. Segundo Patto, tal movimento tem como expoentes Alfred Binet, que publicou em 1895 *La psychologie individuelle*, e Claparède (professor da universidade de Genebra) que publicou em 1924 *Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers*. Esses intelectuais deixaram marcas permanentes e de fácil identificação nos meios educacionais. A matriz biológica desses autores fica clara quando definem que a aptidão refere-se ao rendimento decorrente de uma disposição natural, apesar de já indicarem nessa época outras influências como o exercício e a educação, a fadigabilidade e o estado afetivo. Muitos psicólogos dedicaram-se a medir, com “objetividade e precisão”, as “verdadeiras aptidões” das pessoas, independente das influências ambientais (sócio-econômicas).

Para europeus e americanos, nesse contexto ideológico reformista da última década do século XIX, após a primeira guerra, a identificação dos super e sub dotados na população infantil era feita visando-se o oferecimento de uma condizente educação escolar. Assim, os testes psicológicos passam a fazer parte das práticas cotidianas das escolas, levando os pedagogos a lutarem pela introdução da psicometria e da Pedagogia Nova em seus países.

Os trinta primeiros anos do século XX foram marcados pela avaliação médica, em que o diagnóstico dos “anormais escolares” passou a ser sinônimo de mensuração intelectual. Os testes de inteligência passaram a adquirir um grande peso nas decisões dos educadores a respeito do destino escolar de um grande número de escolares que ingressavam na escola.

Conforme já vimos no capítulo 1, a entrada da psicanálise no Brasil no começo do século XX também esteve a serviço da ideologia liberal vigente marcada por concepções higienistas que impregnaram a sociedade dos anos 20. Com a interferência da teoria freudiana, o discurso da pedagogia educacional passou a considerar a influência ambiental, modificando as concepções anteriores acerca da doença mental e das causas para as dificuldades escolares. A criança que apresentava problemas de ajustamento ou aprendizagem escolar passou a ser designada “criança problema” e não mais “anormal” (PATTO, 1993, p. 44). Conforme a autora, as publicações dos anos 30 que apresentavam essa expressão ajudaram a configurar uma mudança sobre as causas das dificuldades escolares.

[S]e antes elas (as dificuldades escolares) são decifradas com os instrumentos de uma medicina e de uma psicologia que falam em anormalidades genéticas e orgânicas, agora o são com os instrumentos conceituais da psicologia clínica de inspiração psicanalítica, que buscam no ambiente sócio-familiar as causas dos desajustes infantis (PATTO, 1993, p. 77) .

Até então, as dificuldades escolares eram explicadas pela herança racial, mas, conforme as indicações de Ramos (ver capítulo 1), a causa dos desajustes infantis passou a ser relacionada à falta de estímulo cultural no ambiente familiar. Ou seja, o problema escolar não era mais atribuído às raças inferiores ou superiores, mas sim à existência de

indivíduos com *cultura* inferior ou superior. Essa “teoria da carência cultural”¹⁸, nos anos 60, segundo Patto, foi uma das teorias centrais no processo de psicologização da educação.

Patto (2002) indica a necessidade de nos interrogarmos criticamente sobre qual tem sido a participação atual da psicologia e da psicanálise dentro do campo educacional. Seria importante nos questionarmos se a utilização dessas disciplinas na educação não estaria incorrendo no erro, segundo a autora, de situá-las no mesmo lugar histórico ocupado pela psicologia em passado recente, ou seja, como instrumentos a serviço da patologização, segregação e exclusão de alunos que não respondem aos ideais pedagógicos da época.

3.1.2 A Psicologização da Educação e o discurso (psico)pedagógico hegemônico.

Com o referencial da psicanálise, Lajonquière (1999), cunhou, com o termo discurso (psico)pedagógico hegemônico, a problemática da psicologização da educação.

[O]bservamos que há uma (psico)pedagogização das experiências educativas – tanto familiares quanto escolares – que não é outra coisa que o corolário desse processo de psicologização da reflexão pedagógica moderna. Justamente, quando se dá esse inflacionamento psicopedagógico, *o operador* que está implicado no ato educativo – o operador subjetivante – se degrada. (LAJONQUIÈRE, 1999, p.25)

Para o autor, esse discurso é resultado da renúncia ao ato educativo (tanto pela instância familiar quanto pela escolar) e da entrada maciça de especialistas no campo educativo. Assim, observa que os “problemas de aprendizagem” estão sempre acompanhados de um discurso psicológico sobre a criança, que se refere à *naturalização das condições psicomaturacionais dos alunos*.

A pedagogia moderna explica o fracasso escolar por uma suposta inadequação de ordem afetiva e emocional causada por diversos fatores, entre eles, os problemas nas relações familiares. O fracasso escolar é atribuído a uma falta de condições, de capacidade e/ou amadurecimento psicológico para a aprendizagem, como também a uma inadequação do método de ensino utilizado. Para o autor,

¹⁸A Teoria da Carência Cultural surgiu nos Estados Unidos na década de 60 e atribui o mau desempenho escolar de alunos pobres, negros e imigrantes à ausência de estímulos culturais. O discurso da Teoria da Carência Cultural foi assimilado pelos órgãos brasileiros de política educacional.

[a] pedagogia atual explica tudo aquilo que considera um *fracasso educativo* em termos de resultado de uma *falta de adequação*, ou relação natural, entre a intervenção do adulto e o estado psicomaturation das crianças e dos jovens. Assim, oscila-se entre afirmações do tipo “ainda não está maduro para uma tal atividade” e “o método utilizado revelou ser pouco eficaz”, bem como tenta-se encontrar a medida certa da coadjuvação de ambos os fatores. (p. 28)

Dessa maneira, os “problemas escolares” são entendidos dentro de uma realidade psicológica individual, cujas explicações se apóiam nas referências científicas modernas que naturalizam tais fenômenos. Nesse quadro, restaria, para Lajonquière, apenas a alternativa do encaminhamento da criança para especialistas, únicos que poderiam diagnosticar as causas desses supostos distúrbios psicológicos.

Se a pedagogia moderna perde-se na reflexão a ponto de acabar renunciando à educação, tal coisa deriva do fato de se acreditar na tese da individualidade psicológica como resultante do desenvolvimento ajustado de capacidades orgânicas que amadurecem graças a uma estimulação correta conforme o tempo. (p. 32)

É dessa forma que as ilusões (psico)pedagógicas são produzidas, numa perspectiva pedagógica moderna, regida pela busca do desenvolvimento das potencialidades próprias da criança, e que só podem se realizar através de uma correta estimulação. É nessa busca ilusória do tempo e do modo correto para a construção de uma realidade psicológica ideal que os saberes dos especialistas ganham espaço destacado nas reflexões do campo da pedagogia.

Lajonquière compreende a psicologização do cotidiano escolar através da construção de uma ilusão na qual os saberes psicológicos modernos seriam suficientes para a promoção da educação. Para o autor, essa concepção implica a idéia de que o ato educativo poderia ser sobreposto às técnicas de adequação e desenvolvimento psicológico, configurando uma renúncia ao ato educativo por parte dos pais e/ou professores.

[A] crítica a esse suposto centramento no aluno não significa endossarmos nenhum tipo de *terrorismo pedagógico* mas apenas assinalar que o interesse em ajustar a intervenção a um suposto estado natural das capacidades dos escolares implica na renúncia ao ato. Isto é, implica na demissão do adulto da posição de educador, pois, em lugar de invocar o impossível de sonho – como diria Rubens Alves – ou de um desejo,

resigna-se a “tocar” a educação do “possível psicológico”. (p. 33)

Assim, segundo o autor, a ideologia naturalista que vigora nos dias atuais pauta-se na convicção de ser a “natureza uma mãe sábia e perfeita”, e a intervenção do homem poderia apenas estragá-la ou, no máximo, complementá-la. A idéia de que a intervenção do adulto poderia “estragar” o desenvolvimento natural da criança conduz-nos à entrada do especialista na educação, procurado pelos educadores na expectativa de que possam responder sobre como configurar uma correta ação educativa.

Nesse percurso fica claro que o adulto moderno, seja ele o pai ou o professor, espera que a criança confira a ele, afirma Lajonquière (1999),

esse saber que supõe operando no real da individualidade psicobiológica infantil e que a ele falta. Assim, acredita que, em mãos desse saber real, poderá intervir justificadamente e, portanto, contribuir com o desenvolvimento do mesmo, cujo norte é a certeza num destino natural. (p. 37)

Desta forma, o adulto fica condenado a responder para a criança sempre com um “sim”, o que implica a renúncia ao ato educativo.

Segundo Lajonquière, essa estrutura moderna resulta em três importantes conseqüências: a primeira diz respeito ao fato de os adultos ficarem à espera de verem refletidos no olhar infantil “o próximo passo de uma empreitada pensada como natural” (p. 40); a segunda conseqüência diz respeito ao fato de a educação estar sempre voltada para o futuro e não dizer mais respeito ao desejo e às marcas da história educativa do adulto; e a terceira conseqüência é a de que os adultos se condenam a experimentar certo sentimento de vergonha ligado ao receio de errarem junto à criança.

Quando um pai compra uma bicicleta para seu filho, pois ele mesmo sabe andar, já que seu próprio pai lhe havia comprado uma por determinados motivos que se perderam no tempo ou, ao contrário, porque nunca teve em decorrência de problemas financeiros ou religiosos, age – como qualquer mortal – em nome de uma certa contingência existencial chamada *desejo*. Quando esse pai compra a bicicleta esse passado abocanha o presente e historiza a criança. Entretanto, quando um pai dá um presente, em virtude da capacidade deste vir a estimular as potencialidades do filho, justifica o ato nas benesses de uma realidade psicológica futura. Paradoxalmente, o adulto não dá um presente para seu filho, outorga aquilo que supõe estar precisando a natureza. (p. 41)

Assim, pais e professores estão sempre demandando aos especialistas o saber sobre a educação, não se arriscam por temerem o erro e, dessa forma, nunca tomam a decisão sobre a educação.

Pode-se afirmar que termos como “problemas”, “dificuldades”, “distúrbios de aprendizagem”, “erro e fracasso” fazem parte do cotidiano escolar e do espírito atual (psico)pedagógico hegemônico, conforme conclui Lajonquière. Nessa lógica, reforça-se a idéia da falta de maturação das capacidades cognitivas-afetivas na criança e a falta de métodos adequados de ensino para o saneamento de tais problemas escolares. Os especialistas são, então, aqueles que avaliam, diagnosticam e justificam os insucessos educativos e roubam o papel do educador.

Em suma, o campo educativo passou a se articular a partir de um ponto de fuga *sui generis* – aquele recortado no horizonte pela junção assintótica de semelhante função ilusória. O que, em bom português, significa que o axioma “educar é desenvolver capacidades” está sempre, em maior ou menor medida, bem como explícita ou implicitamente, embutido tanto nas grandes quanto nas pequenas decisões (psico)pedagógicas do dia-a-dia. Obviamente, colocada a problemática nesses termos, a chave mesma sempre estará nas mãos daqueles que possuem um conhecimento a mais sobre o dito desenvolvimento psiconatural. (p. 162)

Lajonquière realizou essa análise sobre o discurso pedagógico moderno baseado em referenciais da psicanálise e também bastante motivado pela análise da psicanalista Maud Manonni, que, em seu texto *Educação Impossível* (1988), preconizou ali que a psicanálise poderia correr o risco de ficar aderida ao discurso cientificista da pedagogia se ela se aliasse às metodologias pedagógicas, conforme indicamos no capítulo 2.

Assim, nos perguntamos se a psicanálise seria mais uma teoria a compor esse quadro descrito por Lajonquière. Ao ser incorporada pela educação, a psicanálise poderia ser dominada pela lógica imposta pelo discurso (psico)pedagógico hegemônico?

3.2 – A psicologização da psicanálise na educação

É fácil reconhecermos que na atualidade a psicanálise está inserida na cultura e faz parte do discurso social. Sua difusão tem ocorrido nas mais diversas áreas: artes, literatura, filosofia, comunicação, sociologia, entre outras. Há um interesse crescente pelo discurso

psicanalítico e isso aparece nas mídias, por exemplo, quando psicanalistas analisam fatos e acontecimentos sociais em jornais, revistas e televisão. Muitas vezes, conforme assinala Parker (2006), Freud aparece em artigos como um impostor, mas também é comum encontrarmos jornais e revistas discorrendo sobre os traumas infantis, a repressão, entre outros conceitos psicanalíticos. Segundo Parker, é possível afirmar que o mundo, em suas diferentes línguas e culturas, está impregnado pela *cultura psicanalítica*.

Desde Freud, houve um interesse na divulgação da psicanálise e sua aplicação a “outras diferentes ciências do espírito” (FREUD,[1932]1990), procurando-se evitar que ela ficasse restrita ao campo médico e psiquiátrico. Conforme destacamos no capítulo 1, a divulgação da psicanálise no Brasil ocorreu pela via da educação, quase simultaneamente aos primeiros trabalhos de Freud e, nos tempos atuais, o interesse pela psicanálise no campo educativo é facilmente evidenciado, por exemplo, quando vemos psicanalistas falarem nas mídias sobre o que é educar ou responderem a perguntas sobre os aspectos psíquicos implicados nas dificuldades escolares.

No entanto, queremos destacar que o processo de psicologização da psicanálise não deve ser atribuído, simplesmente, ao fato de a psicanálise estar imersa na cultura. O que nos chama a atenção é constatar a forma psicologizada pela qual a psicanálise passou a ser apropriada pelos profissionais que se dedicam à educação.

Para Kupfer (1989), a maneira como a psicanálise foi divulgada pelos psicanalistas no início do século XX foi propícia para que ela fosse mal compreendida ou vulgarizada dentro do meio educacional. Sobre esse período de divulgação ela afirma que

não se pode perder de vista que a principal responsável pela difusão de que as crianças padecem de problemas emocionais não é nem a psiquiatria, nem uma psicanálise mal assimilada, mas sim a psicologia ou uma das muitas das muitas psicologias. Uma psicologia que sofreu a influência da psiquiatria e absorveu alguns princípios da psicanálise, mas não deixou de lado a ciência do comportamento. Nessa psicologia, a prática esgarçou-se ao ponto de seus profissionais chegarem ao ápice da imprecisão, ao fazerem afirmações como “esta criança sofre de complexo de Édipo” – quando todas as crianças têm que atravessar o complexo de Édipo! – ou “o problema desta criança é carência afetiva porque seus pais não são carinhosos com ela”, confundindo problemas afetivos com problemas estruturais (KUPFER, 2001, p. 21).

As bases para a descrição das fases da libido estavam na obra freudiana, mas foi seu discípulo, Karl Abraham, que formalizou o aspecto evolutivo e desenvolvimentista da pulsão. Outro ponto relevante sobre a divulgação das formulações psicanalíticas é aquilo que foi nomeado “questões de ordem afetivas e emocionais”. Trata-se de elementos que estão presentes no discurso social e pedagógico, mas não fazem parte da construção freudiana. Para Kupfer, a categoria do desenvolvimento emocional foi criada para marcar uma oposição em relação às descrições pedagógicas basicamente cognitivas ou intelectuais.

O leitor familiarizado com os textos de divulgação das idéias freudianas terá certamente reconhecido nas pulsões parciais um parentesco com as conhecidas fases oral, anal e fálica. De modo geral, o que se transmite é que Freud é o responsável pela descrição do desenvolvimento afetivo-emocional das crianças. Esse desenvolvimento, ainda segundo os textos de divulgação, começaria com uma fase oral, onde predominam os interesses ligados à boca (amamentação, sucção), uma fase anal, onde os interesses se ligam ao prazer de defecar e de manipular as fezes, e uma fase fálica, em que a criança passa a se interessar pela existência do pênis (KUPFER, 1989, p. 63).

De qualquer forma, mesmo que Freud não tenha pretendido descrever o “desenvolvimento emocional de uma criança”, no Brasil, a psicanálise passou a integrar o campo da psicologia (ver capítulo 1) e foi divulgada como teoria psicológica no campo da educação.

De fato, quando voltamos nossa atenção para as ementas das disciplinas de psicologia da educação ou psicologia da aprendizagem que fazem parte da grade curricular dos cursos de pedagogia, observamos a presença da teoria psicanalítica, na grande maioria dos casos, como uma teoria do desenvolvimento ou teoria da personalidade, que foca seu ensino nas fases do desenvolvimento afetivo e da sexualidade infantil.

O discurso pedagógico quer saber sobre a fase de desenvolvimento em que o aluno se encontra para estimulá-lo, motivá-lo, conhecer seus interesses, enfim, uma série de prescrições aos educadores, no sentido de adequar a intervenção do professor à realidade da maturação cognitiva e emocional do aluno (MONTEIRO, 2005). Dessa forma, vemos como a psicanálise, assim como as teorias psicológicas, parecem ser tomadas pelo professor como uma teoria do desenvolvimento indispensável para sua prática profissional, muitas vezes em detrimento de outros saberes do campo educativo e das práticas de ensino.

Coutinho (2007), em sua recente pesquisa sobre a inserção da psicanálise na educação, apresenta o resultado de entrevistas que realizou com educadores que passaram por cursos de psicanálise, identificando nesse material a ocorrência de um discurso que justifica os problemas de aprendizagem ou de comportamento de alunos com base em conceitos psicanalíticos. A autora corrobora nossa observação de que os educadores se mostram cada vez mais atentos às formulações da psicanálise e delas parecem desejar extrair métodos pedagógicos sempre mais eficazes do que aqueles que vinham sendo empregados.

A análise das entrevistas mostra que as mais diversas explicações para as dificuldades de aprendizagem ou comportamentos inadequados dos alunos referem-se a causas de cunho não apenas social (*famílias pobres, desestruturadas, pais itinerantes*), psicológicos (*baixa auto-estima, desinteresse, falta de motivação*), mas também psicanalítico (*relação simbiótica com a mãe, narcisismo, Complexo de Édipo*). (COUTINHO, 2007, p. 107).

Essa pesquisadora conclui seu trabalho sinalizando para uma psicologização da psicanálise em sua apropriação no campo educativo. Segundo afirma, os educadores procuram cursos de psicanálise para a resolução de conflitos e enigmas que existem no cotidiano escolar e pedagógico. Assim, buscam na teoria psicanalítica soluções para os alunos que apresentam impasses na escolarização, desejando eliminar supostas inadequações dentro da escola. Segundo seu estudo, a psicanálise na educação estaria sendo utilizada como mais uma teoria a fornecer explicações sobre o processo educativo, descaracterizando o lugar do professor. Coutinho ressalta que o professor, portando o conhecimento da teoria psicanalítica, pretenderia atingir a eficiência do ensino.

[O]s aspectos mais profundos envolvidos nos atos dos alunos passam a ser considerados e explicados por meio dos conceitos psicanalíticos, que conferem uma aplicação instrumental à psicanálise no sentido de informar e aprimorar a prática pedagógica.(COUTINHO, 2007, p. 108).

Tendo exposto as questões acima e retomando o percurso da pesquisa até aqui, continuamos seguindo a linha de análise sobre as causas da psicologização da psicanálise na educação. No capítulo 1, pudemos constatar, nas marcas históricas que se referem à medicina higienista, a impregnação da psicanálise pelas psicologias nascentes, que nos

fazem supor a origem dessa problemática no Brasil. No capítulo 2, abordamos as críticas realizadas à aplicação da psicanálise na educação e, mesmo com a constituição de um campo de pesquisa sobre o tema, verificamos a permanência da psicanálise agregada ao discurso (psico)pedagógico hegemônico descrito por Lajonquière e servindo para a manutenção das ilusões de adequação dentro do campo educacional.

Diante disso, no item que se segue, procuramos apresentar ainda outros elementos que possam contribuir com nossa discussão. Baseados nas reflexões de Arendt, buscamos localizar outros aspectos que pudessem elucidar as motivações sobre a implantação da psicologização da educação e da psicologização da psicanálise na atualidade. Para desenvolver essa análise, apoiamo-nos no texto *A Crise na Educação*, de Arendt (2003).

3.3 – A relação entre a crise na educação e a psicologização da educação na atualidade.

O problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição. (ARENDT, 2003, p. 245/6)

Apesar de Arendt não ser uma especialista em educação, seu ensaio, *A Crise na Educação*, tornou-se uma referência nos debates sobre o tema. Interessa-nos, sobretudo, a relevância dada pela autora ao caráter público da educação, que se contrapõe ao modo “tecnicizante” e “individualizante” com o qual a pedagogia moderna tem se estabelecido. É nesse cenário de crise que procuramos as motivações para a entrada das teorias psicológicas no campo educativo. Os eixos da análise de Arendt que iremos desenvolver referem-se, em primeiro lugar, ao fato de a autora revelar que a crise na educação faz parte de uma crise na modernidade e, segundo, que essa crise está intimamente ligada à queda da tradição e da autoridade.

Nesse texto, Arendt apresenta a idéia central de que a crise na educação não se reduz a um fenômeno local ou regional. Ela investiga uma crise maior, que tem escala global e estaria diretamente relacionada com os efeitos políticos e sociais do final da segunda guerra mundial. O caso americano foi tomado como um exemplo da crise da modernidade, principalmente pela forma extrema como a crise, no âmbito da educação, se apresentou

nesse país e em função do temperamento político dessa sociedade, “que espontaneamente pejea igualar ou apagar tanto quanto possível as diferenças entre jovens e velhos, entre dotados e pouco dotados, entre crianças e adultos e, particularmente, entre alunos e professores” (p. 229).

A autora desenvolve o argumento de que a crise na educação não diz respeito à falta de estrutura do ensino, ou à insuficiência de técnicas pedagógicas, mas ao fato de que se revela, primordialmente, pela intervenção política e ideológica que a educação passou a sofrer na implantação de uma Nova Ordem Mundial. Sob o ideal da construção de um mundo sem pobreza e sem opressão, passava a ser necessário educar aqueles que chegavam, os *novos seres* (os imigrantes adultos e as crianças) para o sentido da constituição de um Novo Mundo. Marca-se, nesse contexto, o surgimento “do *pathos* do novo”, entendido pela autora como um apaixonamento pela idéia do novo, disseminado para o restante do mundo no pós-guerra. Foi esse *pathos* do novo que ajudou a promover a anulação da tradição, da autoridade e o enfraquecimento da dimensão política na modernidade.

A concepção de política, para a autora, é baseada no significado grego de *bios politikos* (de Aristóteles), definido como o campo dos assuntos públicos da polis. A política estaria relacionada com a ação dos homens, voltada para a manutenção do bem comum, do patrimônio cultural de uma sociedade e não estaria balizada por interesses privados (ARENDT, 1995).

É importante ressaltar que a idéia de crise não está relacionada, para Arendt, com o sentido de degeneração ou morte, próprio do uso do termo na medicina. “Crise” significa aqui, a possibilidade de investigação de um campo que se apresenta incerto e necessita de intervenção, diante da ausência de “significações partilhadas por uma comunidade” (CARVALHO, p. 19, s/d). A autora aponta para a perda do senso comum, ou do bom senso, como um dos indicadores mais claros da crise. A vinculação comum a um conjunto de saberes é o estofo que sustenta aquilo que Arendt denomina “tradição”, e a ausência de um senso comum resulta em seu declínio. Nesse sentido, ressalta os efeitos desastrosos desse processo para o campo da educação. Vejamos duas afirmações de Arendt para examinarmos o que a autora entende por educação e sobre o papel do educador: “[...] a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo” (p. 223), e ainda; “[...]”

pois é de seu ofício (do adulto) servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado.” (p.244).

Arendt diferencia nascimento de natalidade, natureza e mundo para marcar a diferença entre o homem e os outros animais, situando, assim, a educação como um campo propriamente humano. O ser biológico que nasce é um ser novo para a vida e, como os outros animais, necessita adaptar-se ao meio para se desenvolver e sobreviver. Mas o bebê humano é também um novo ser para o mundo, ou seja, nasce em determinado contexto histórico, em que conhecimentos, técnicas e valores estruturam uma realidade que ultrapassa a natureza e a ela se sobrepõe. É a esse mundo, construído por mortais, mas que tem uma duração que os precede e os ultrapassa, que esse novo ser deve ser apresentado. A educação é, portanto, um processo de inserção e responsabilização gradual do novo ser pelo mundo, mas esse mundo não possui uma existência própria, tampouco uma permanência estável e independente dos seres que nele habitam. Assim, cabe a cada nova geração a tarefa de educar suas crianças, apresentá-las ao mundo em que nasceram, para que possam se responsabilizar por ele e garantir sua existência, recriando-o a seu modo.

É nesse cenário, considerando-se o fato da natalidade, que entendemos como a perda da tradição atinge a educação. Se cabe ao educador, o adulto, fazer a ponte entre o passado e o presente, isso aponta para a necessidade de uma recriação permanente do mundo. Entendemos como declínio da tradição a perda de um vínculo com o passado; vínculo necessário para a reconstrução do mundo no presente e sem o qual a própria essência da educação estaria em xeque, “(...) a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens” (ARENDT, 2003, p.247).

A autora entende que o significado do mundo não está no acúmulo de bens materiais, mas na produção de objetos que possam ser compartilhados pelo homem e tenham durabilidade devido ao seu caráter simbólico e cultural. Ou seja, objetos que tenham significados comuns e públicos. Assim, a educação é o “ato de acolher e iniciar os jovens no mundo e torná-los aptos a dominar, apreciar e transformar tradições públicas, que formam a nossa herança simbólica comum” (CARVALHO, p. 21, s/d).

Outro importante eixo da análise de Arendt para a compreensão da crise é a anulação da autoridade. Importante apontar que a autora não está confundindo autoridade com a qualificação do professor. Esta última diz respeito a seu conhecimento sobre o mundo e sua capacidade de instruir sobre ele. Não é disso que se trata quando Arendt fala de autoridade, mesmo levando-se em conta que um mínimo de qualificação seja necessário à autoridade. Quando fala de autoridade na educação, está se referindo a uma posição do educador diante do mundo; uma posição de responsabilidade pelo mundo que aí está e no qual ele deve inserir a criança.

A promoção da queda da autoridade, segundo Arendt, pode ser identificada na anulação da dessimetria entre o adulto e a criança (ou entre o professor e o aluno). Por sinal, esta dessimetria estava presente no ideário da nova pedagogia que visava promover a autonomia da criança e respeitar sua independência, criando um mundo artificial na infância. Ignorando-se o fato de que não cabe à criança, ou mesmo ao grupo de crianças, guiar o mundo e responsabilizar-se por ele, a anulação da autoridade tem por resultado uma suposição de autonomia da criança que deixa o adulto refém de seus caprichos e destituído de seu lugar de educador. Nas palavras da autora,

existe um mundo de crianças e uma sociedade formada entre crianças, autônomos e que se deve, na medida do possível, permitir que eles governem. Os adultos aí estão apenas para auxiliar esse governo. A autoridade que diz às crianças individualmente o que fazer e o que não fazer repousa no próprio grupo de crianças – e isso, entre outras conseqüências, gera uma situação em que o adulto se acha impotente ante a criança individual e sem contato com ela. Ele apenas pode lhe dizer que faça o que lhe agrada e depois evitar que o pior aconteça. (p. 230).

Vimos como a queda da tradição e a falência da autoridade caracterizam de modo inequívoco a nova ordem educacional promovida no mundo moderno. A “constante valorização pelo novo; pela crescente diluição entre as esferas pública e privada e pela conseqüente desresponsabilização generalizada da sociedade pela continuidade do mundo” (CARVALHO, p. 21, s/d) compõe esse cenário de crise que atinge diretamente o campo da educação. O que era propriamente definido como política – a saber, ação voltada para a manutenção da vida comum – perdeu lugar para a gestão dos interesses individuais e privados. Ou seja, as pessoas, individualmente, e as instituições voltam-se para os seus interesses privados em detrimento dos interesses públicos e, dessa forma, o individualismo

reina soberano na modernidade. Tudo se volta para que o indivíduo progrida e possa atingir seus objetivos pessoais, que não precisam ter relação com os interesses comuns de uma sociedade. Portanto, é neste mundo, em que a dimensão política dá lugar ao interesse privado, onde a tradição e a autoridade não têm sentido, que devemos nos perguntar sobre os métodos pedagógicos e o lugar do educador.

Segundo Arendt, as teorias sobre a aprendizagem foram sendo colocadas no contexto escolar, “derrubando completamente como que de um dia para o outro, todas as tradições e métodos estabelecidos de ensino e aprendizagem” e, para a autora, “o fato importante é que, por causa de determinadas teorias, boas ou más, todas as regras do juízo humano normal foram postas a parte.” (2003, p. 227). Já o professor, não sendo portador de autoridade, tampouco transmissor da tradição, passaria a ser apenas aquele que conhece as técnicas pedagógicas – é nesse ponto que Arendt faz importante referência à entrada das teorias psicológicas na educação: “sob a influência da Psicologia moderna e dos princípios do Pragmatismo, a Pedagogia transformou-se em uma ciência do ensino geral a ponto de se emancipar inteiramente a matéria efetiva a ser ensinada” (p. 231). As teorias psicológicas de aprendizagem influenciaram a pedagogia moderna e auxiliaram a derrubar definitivamente a autoridade do professor. “A intenção consciente não era a de ensinar conhecimentos, mas sim inculcar uma habilidade, e o resultado foi uma espécie de transformação de instituições de ensino em instituições vocacionais [...] (p.232).

Nesse sentido, mesmo não tendo se dedicado ao problema da psicologização da educação, Arendt mostra sinais de como o campo da psicologia e suas teorias participaram desse contexto, principalmente a partir da produção de conhecimentos acerca da criança, do desenvolvimento infantil e de teorias sobre a aprendizagem.

Em suma, acreditamos ser possível identificar nesse quadro as motivações da psicologização da educação, uma vez que a crise da modernidade e seus reflexos no campo educacional abriram caminho para que a psicologia e suas teorias fossem chamadas a contribuir no enfretamento dos impasses da educação. Não nos causa surpresa verificar que, nesse contexto, a psicanálise tenha sido apropriada pela educação, tomada de forma desvinculada dos processos sociais, culturais e políticos de sua época, tornando-se essencialmente uma teoria do indivíduo. É exatamente essa apropriação que denominamos psicologização da psicanálise na educação.

CAPÍTULO 4

O PROBLEMA DA TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE NA EDUCAÇÃO

A transmissão é um tema caro à psicanálise, pois está relacionada à formação de psicanalistas. Ela também reflete o modo como esta disciplina se sustenta internamente, ou seja, enquanto prática clínica e como este saber se articula com os outros campos do conhecimento.

Freud ([1927], 1990) reconhecia a necessidade de que para a psicanálise existir ela teria que ser divulgada na sociedade, sendo uma de suas apostas a de que a psicanálise pudesse dialogar com diferentes campos como o das artes, sociologia, antropologia, educação, entre outros. Nas palavras de Fuks (2007), Freud passou a considerar o fenômeno social como

toda e qualquer atitude do indivíduo em relação ao outro: a experiência subjetiva, objeto privilegiado do trabalho analítico, implica necessariamente, a referência do sujeito ao outro (pais, irmãos, pessoa amada, analista, etc) e à linguagem (Outro)¹⁹ que o determina simbolicamente. (p. 7)

Cabe ressaltar que essa concepção de Freud aboliu a clássica divisão entre uma psicologia individual e uma psicologia coletiva, e passou a considerar que ambas estão atreladas uma à outra.

É notório o legado da psicanálise freudiana tanto em termos da construção de um método de cura, quanto na inovação trazida por seu modo radical de refletir e pensar a cultura. Esses dois eixos estão relacionados a uma forma inaugural de articular o sujeito (no plano de sua singularidade) com as determinações sociais. Por outro lado, a aplicação da psicanálise a outros campos de conhecimento acabou por ocasionar uma redução da teoria psicanalítica a uma psicologia individual, que tem como objetivo a adaptação do eu às

¹⁹ O Outro é um conceito da teoria psicanalítica de Lacan que se refere ao “sistema simbólico que mantém a cultura no lugar e determina a localização de cada sujeito falante individual” (PARKER, 2006, p. 10).

supostas necessidades da sociedade, conforme vimos, por exemplo, ao abordar o movimento higienista no Brasil.

Tomando o caso da educação, o tema da aplicação da psicanálise nesse campo é um dos grandes desafios para os psicanalistas e articula-se diretamente à sua transmissão no campo educativo. Por mais que o pai da psicanálise tivesse divulgado na *Conferência XXXIV*, de 1932, que psicanálise apenas poderia ser útil à educação através da cura das crianças e também dos adultos que estivessem às voltas com elas, é importante fazer notar que, em outros momentos de sua obra, apresentou observações contraditórias e inconclusas com relação à articulação desses campos.

É preciso considerar, contudo, que Freud estava constantemente reformulando sua obra. O fato talvez mais marcante é a proposta de uma pulsão de morte, que veio à luz em 1920, e que trazia com ela uma revisão da vertente profilática da psicanálise, defendida até então, e que foi extremamente divulgada quando era referida à educação. Todavia, a ambigüidade com que tratou o tema da educação foi suficiente para desencadear em outros psicanalistas, e mesmo em alguns pedagogos, o desejo de aplicação da psicanálise na educação (LAJONQUIÈRE, 2006b).

Dessa maneira, o enfrentamento desse tema apresenta desdobramentos significativos, uma vez que psicanalistas decidem ensinar a psicanálise para educadores. A aplicação dos conceitos psicanalíticos em um campo exterior ao da clínica pode colocá-los em xeque. É nesse enredo que o problema da transmissão da psicanálise dentro do campo educativo torna-se fundamental em nossa pesquisa e leva-nos a indagar se seria possível transmitir a psicanálise sem que ela se transformasse numa pedagogia, ou psicologia; ou, ainda, sem que tivesse como objetivo transformar professores em terapeutas. Não seria, então, a forma como ocorre a transmissão da psicanálise na educação um dos agentes de sua psicologização?

4.1 – A Psicanálise em Extensão e Intensão: o problema da Aplicação da psicanálise.

[T]eríamos que ser muito cautelosos e não esquecer que, em suma, estamos lidando apenas com analogias e que é perigoso, não somente para os homens, mas também para os conceitos arrancá-los da esfera em que se originaram e se desenvolveram.
(Freud, *O Mal-estar na Civilização*, [1929] 1990, p. 331-2).

O problema da Psicanálise Aplicada tem sua origem desde que Freud cunhou esse termo em 1906, nos encontros da Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras - onde analistas se reuniam com o interesse de dialogar sobre os avanços e o futuro da psicanálise. (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Freud tinha grande interesse em que a psicanálise não ficasse reduzida a um ramo da medicina e pudesse “alargar o campo de competência de sua descoberta” (GOLDENBERG, 2006, p. 11), assim, nunca deixou de escrever artigos que iam além do campo clínico. Nesse sentido, tinha o interesse de tratar de algum tema específico da própria psicanálise e também queria demonstrar o alcance da nova ciência que inventava. Nessas reuniões, a posição entre seus membros formalizava-se. Alguns manifestavam o temor de que os conceitos psicanalíticos inseridos em outras disciplinas ameaçassem a constituição da psicanálise como ciência. Mas a preocupação epistemológica de Freud devia-se ao fato de temer que a psicanálise, fora do contexto de sua clínica, poderia tornar-se uma teoria delirante, de interpretações estereotipadas e generalizadoras.

O pai da psicanálise reconhecia que para ingressar em um outro campo seria necessário munir-se de conhecimentos específicos sobre a nova disciplina e buscar pontos de apoio nesses conhecimentos para analisar a participação ou o funcionamento do psiquismo, caso contrário, corria-se o risco de a psicanálise perder sua força como uma epistemologia, terreno dificilmente solidificado por Freud (ROUDINESCO & PLON, 1998). Para alguns autores, são vários os mal-entendidos sobre a aplicação da psicanálise a outros campos do conhecimento e que desembocam, muitas vezes, em interpretações aleatórias e – por que não? – selvagens sobre os acontecimentos sociais (CALLIGARIS, 1993).

Assim, a Psicanálise Aplicada tornou-se cenário de muitas controvérsias em que os apontamentos de Freud, assim como os de Lacan, fizeram-se devidamente cautelosos e necessários para que a psicanálise não se tornasse uma cosmovisão, que interpretasse os acontecimentos sociais por meio da aplicação dos instrumentos oriundos da clínica, sendo assim um procedimento que fosse realizado de forma amadora e desimplicada em relação à causa analítica.

Lacan é um grande crítico da aplicação da psicanálise, e defendia que a psicanálise só poderia ser realizada no campo do próprio tratamento. Em 1967, apresentou a distinção

entre a psicanálise em Extensão e a psicanálise em Intensão, que também são campos utilizados por ele para abordar o problema da formação de analistas e da transmissão da psicanálise.

A psicanálise em Intensão estaria relacionada com o próprio corpo teórico e sua prática clínica, ela trata de ocupar o lugar na condução de uma cura, dar conta do processo analítico da cada um naquilo que lhe proporcionou mudanças subjetivas. Já a psicanálise em Extensão seria o campo de articulação da psicanálise, sua ética e sua política com as outras ciências; campo em que o psicanalista se depara com o dever de tornar a psicanálise presente no mundo. Nesse caso, não se trata do dever de divulgar a psicanálise, “nem da defesa do direito à cidadania junto a outras disciplinas mais respeitáveis” (CALLIGARIS, 1993, p.182), mas de buscar que a psicanálise em Intensão não se esgote no âmbito do indivíduo, caso em que uma análise se resumiria às aquisições pessoais que possibilitassem ao analisando um maior jogo de cintura dentro de uma sociedade inalterada pelo advento da psicanálise (SOUZA, 1991).

Embora estejam organicamente relacionadas, a psicanálise em Extensão depende da psicanálise em Intensão, ou seja, depende dos desdobramentos da clínica psicanalítica. Nessa definição, Lacan discorre sobre uma tentativa de demarcar a psicanálise como corpo teórico e prático capaz de realizar uma crítica à cultura e ao campo social, o que é diferente da aplicação pura da psicanálise. Desse modo, a psicanálise em Extensão estaria relacionada com a política de que para a psicanálise se manter viva dentro da cultura seria necessário haver uma forma propícia de abordagem para sua transmissão.

Como vemos, a transmissão passou a ter um caráter fundamental nas discussões sobre a formação de psicanalistas, uma vez que abarca os meios que tentam garantir a sobrevivência da psicanálise no contexto contemporâneo.

4.2 - A diferença entre ensino e transmissão para a psicanálise.

Ora, distinguir entre ensino e transmissão na psicanálise em extensão não nos parece ser um detalhe de menor importância, já que marca uma diferença entre o saber psicanalítico e os outros saberes, uma vez que designa a posição de quem transmite ou ensina; o lugar do outro, a quem se dirige a fala; e o produto, enquanto resto, daquilo em que consistiria o que se nomeia transmissão da psicanálise a educadores, suas condições mínimas de produção de sentido e o seu interesse para o campo das relações e práticas educativas. (ALMEIDA, 2006, p. 20).

Primeiramente é importante situarmos que o debate sobre o que é a transmissão da psicanálise foi iniciado por Lacan justamente para marcar a diferença entre o que é o campo da psicanálise e o da psicologia (VOLTOLINI, 2009, informação verbal)²⁰.

Pra Freud era interessante que sua descoberta saísse do terreno da biologia e se aproximasse da psicologia. Foi dessa forma que Freud aderiu ao campo da psicologia, que em sua época se apresentava como um terreno promissor. Mas Freud direcionou-se para o campo da psicologia, tendo em vista a fundação de uma nova técnica a partir da descoberta do inconsciente.

Lacan, por sua vez, deu-se conta de que aproximar a psicologia da psicanálise era uma questão problemática, porque a psicanálise poderia ficar como uma defensora do *status quo*, tal como ocorreu com as demais psicologias²¹. Foi essa causa que moveu Lacan, ao longo de sua obra, a realizar um grande esforço para demonstrar a diferença entre psicanálise e psicologia. Um segundo ponto que Lacan defendeu para demarcar a diferença entre esses campos foi indicar a questão da transmissão. Ele pretendia solidificar os elementos que são próprios do ensino da psicanálise e que dão consistência a sua existência e permanência na cultura. Esses elementos seriam responsáveis pela resistência necessária para que a psicanálise não se transformasse em *outra coisa*. Ou seja, Lacan aponta para o fato de que o ensino da psicanálise é diferente do ensino de outras disciplinas psicológicas, visto que, o que da psicanálise se transmite é fundamentalmente a experiência do inconsciente.

Assim, recuperar a discussão sobre o que é a transmissão para a psicanálise torna-se fundamental em nosso trabalho. Trata-se de demarcar os elementos que garantem o caráter subversivo próprio da construção do edifício psicanalítico e que o distinguem das demais psicologias, na medida em que apresenta os meios de sua preservação – questão essa que estamos examinando no presente trabalho, ou seja, como a psicanálise foi engolida pelo *status quo*.

²⁰ Informação fornecida como comunicação pessoal, em São Paulo, 2009.

²¹ Discutimos a diferença entre psicologia e a psicanálise no capítulo 1.

Apesar de o conceito de transmissão ter sido delimitado por Lacan²², pode-se localizar, como nos assinala Voltolini (2008), que a idéia da transmissão aparece em Freud. Para exemplificar esse argumento Voltolini cita o texto *História do Movimento Psicanalítico* (1914), em que Freud nos faz olhar para alguns conceitos psicanalíticos que compõem o que Lacan identifica posteriormente como elementos que dão significado ao termo transmissão para a psicanálise.

Voltolini indica que, nesse texto, Freud apresenta a idéia inicial de que a descoberta da psicanálise, por mais que estivesse atribuída à pessoa de Freud, era originária, para ele, de outros autores (Charcot e Breuer); autores que estavam transmitindo a Freud algo que lhes era desconhecido; e uma transmissão cujo sentido só teria tomado valor e significado para Freud após algum tempo.

Esses elementos que aparecem em Freud dizem respeito, em primeiro lugar, a certo desencontro entre aquilo que se pretende ensinar e o que se aprende, ou seja, é possível ter o objetivo de ensinar determinado conteúdo, mas não se garante que esse conteúdo coincidirá com o que foi aprendido. Segundo, há um período de latência²³ para que se opere a aprendizagem. Por fim, esse ensino ocorre via transferência, ou seja, o que se aprende está diretamente relacionado com aquele que ensina, uma vez que, nessa relação, há uma suposição de saber²⁴ e, portanto, de autoridade.

Ao situar a relação ensino e aprendizagem, a psicanálise não se baseia apenas em critérios objetivos e conscientes, como é o caso do discurso pedagógico. Esse discurso reforça a concepção de que são as técnicas e metodologias de ensino as responsáveis pela aprendizagem, e desconsidera o fato de que é o professor – quando está implicado em sua ação – o agente principal dessa tarefa. O cientificismo pedagógico leva a sociedade a lidar com o inconsciente pela evitação e, por outro lado, a psicanálise põe em cena justamente a dimensão inconsciente que permeia toda relação de ensino. (VOLTOLINI, 2008).

²²Lacan retorna à *transmissão* em vários de seus trabalhos, à medida que trabalhava na formalização do que seria uma escola de psicanálise. Destacamos aqui seu texto *A psicanálise e seu ensino* (1966), publicado nos *Escritos*, Rio de Janeiro, editora Jorge Zahar, 1998, em que desenvolve esse tema.

²³Período de latência é um conceito freudiano que se refere à sexualidade infantil; neste contexto, é direcionado ao conteúdo de um pensamento que permanece em suspenso e não é acessível imediatamente à consciência.

²⁴Não pretendemos desenvolver esse conceito no presente texto, mas a suposição de saber é um conceito desenvolvido pela psicanálise lacaniana, para marcar o lugar que é dado ao analista na relação transferencial.

Segundo Voltolini, os analistas começaram a usar a idéia da transmissão para falar sobre o ensino da psicanálise e, assim, falar de sua prática, que é radicalmente diferente do ensino de conteúdos objetivos. Entretanto, é preciso assinalar que todo ensino implica uma transmissão, ou seja, aquele que ensina está implicado em sua comunicação ao outro e não pode *apreender* previamente o que estaria sendo transmitido para aquele que o escuta.

Dentro da psicanálise há diferentes maneiras de os analistas enfrentarem o debate acerca das relações entre psicanálise, educação e seu ensino para educadores. Alguns defendem o argumento de que para haver transmissão é preciso haver a passagem pela experiência do inconsciente, que só ocorre quando há a passagem pelo tratamento analítico, pela associação livre, pelo divã. Nesse sentido, há uma compreensão de que para se realizar a transmissão da psicanálise para educadores, rigorosamente, não se poderia falar em termos da transmissão da experiência do inconsciente, mas apenas da dimensão do ensino, mesmo que nesse ensino haja um efeito de transferência.

A transmissão da psicanálise, no sentido empregado por Lacan, reporta-se ao famoso tripé descrito por Freud ([1919], 1990), que deve sustentar a formação de psicanalistas: análise pessoal, supervisão e estudo teórico. Assim, abordar esse tema é falar mais além do que estaria no âmbito restrito do ensino, ou seja, falar da transmissão de um estilo.

Qualquer retorno a Freud que oferece material para um ensino digno de assim ser chamado só poderá realizar-se pela via em que a verdade mais escondida se manifesta nas revoluções da cultura. Esse caminho é a única formação que podemos transmitir a nossos sucessores. Ela se chama: um estilo (LACAN, 1998, p. 460).

A transmissão de um estilo seria a transmissão das marcas, de uma herança, de uma filiação, por contar com a relação transferencial que se estabelece entre paciente e terapeuta. O que sustenta a relação analítica é o desejo do analista, que não se orienta por algum tipo de ideal, não se deixa seduzir pelas demandas de amor do analisando e não se reduz ao desejo de cura analítica.

Ao conceber a formação do analista pela via da *transmissão* de um estilo, Lacan aponta a eficácia desse dispositivo que, pela sua peculiaridade, permite a recriação da psicanálise e sua *transmissão*, por herança e sucessão, colocando em ato o desejo do analista e do analisando, ambos implicados na experiência da transferência. Conseqüentemente, o que está

em jogo na *transmissão* da psicanálise não é apenas o ensino de um saber teórico, que poderia se desdobrar em suas dimensões clínicas, metodológicas e técnicas, mas a possibilidade de continuar a transmitir a experiência do inconsciente inaugurada pelo saber psicanalítico (ALMEIDA, 2006, p. 18).

Desse modo, a distinção que se estabelece leva-nos a afirmar que há psicanalistas que não acreditam na possibilidade de que a psicanálise seja transmitida fora do contexto das instituições que se destinam à formação de psicanalistas e que, portanto, ela só ocorreria em cursos de extensão na forma de um ensino qualquer e trivial. Seguindo a linha desse raciocínio, acredita-se ser mais apropriado, conforme a proposição lacaniana do retorno a Freud, referir-se à psicanálise em extensão como ensino, divulgação ou difusão da psicanálise e de seus desdobramentos no campo da cultura e das instituições sociais.

Ora, se a *transmissão* da psicanálise, segundo a tradição freudo-lacaniana, e a radicalidade do discurso analítico supõem a *transmissão* da experiência do inconsciente, e se este se constitui como discurso do Outro, não haveria, *à la limite, transmissão, propriamente dita, da psicanálise em extensão. A transmissão da psicanálise, stricto sensu, dar-se-ia tão somente em intensão*, neologismo lacaniano que enfatiza a dimensão de tensão permanente e inesgotável do inconsciente e aponta para uma formação que jamais se acaba, que é permanente [...] (ALMEIDA, 2006, p. 15, grifo do autor)

Entretanto, há uma outra posição que é defendida por outros analistas que estão inseridos nas universidades, que defendem a idéia de que é possível ocorrer a transmissão da psicanálise em cursos de especialização, pós-graduação ou mesmo graduação, a partir de alguns elementos mínimos que garantam que a psicanálise não se transforme em apenas uma teoria do conhecimento. Como observa Almeida, esses analistas defendem a idéia de que para haver ensino da psicanálise em extensão, ou para educadores, como é o presente caso, seria necessário que o ensino fosse ministrado por um psicanalista, alguém que tenha vivido a experiência da análise e que

seja um analista na posição de Mestre Não todo, que haja um educador que se interrogue sobre o sentido de seu ato, que haja um dispositivo clínico de fala, de escuta e de escrita pelo qual se metabolizará a angústia da posição 'ensinante', e uma finalidade assim constituída: uma mudança subjetiva do educador na sua relação com os ideais narcísicos e educativos, de modo a que o encontro com o real da educação não se reduza a uma experiência de profundo e funesto mal-estar, mas, ao contrário, que lhe permita viver a

relação educativa como uma experiência única, singular, de criação e (por que não?) de prazer (ALMEIDA, 2006, p.22).

Kupfer (2001) também defende a idéia de que é possível haver a transmissão da psicanálise para educadores, desde que se operem aí condições mínimas, ou seja, “o saber da psicanálise poderá ser operativo para um educador se ele puder se apropriar desse saber” (p. 118). Isso significa que é preciso haver transferência com essa disciplina, ou seja, a psicanálise deve ser ensinada para aquele que demanda por ela, pois nessa demanda aparece o desejo de saber sobre a teoria.

O saber da psicanálise poderá inclinar o educado a transmitir e fazer aprender por meio de um ato educativo tal como ele é entendido pela psicanálise: como transmissão da demanda social além do desejo, como transmissão de marcas, como transmissão de estilos de obturação da falta no Outro (p. 119).

Kupfer acredita que é possível uma transmissão da psicanálise ao educador além daquela que é realizada na clínica, pois defende que mesmo na relação de ensino entre psicanalista e educador há uma transmissão do inconsciente e uma passagem do conhecimento para o saber inconsciente.

Há uma transmissão da psicanálise ao educador, além daquela que poderia ser feita no divã. Atestam-no os efeitos que se produzem quando educadores se põem a estudar psicanálise; efeitos que podem ser de angústia, de atuação, defensivos. Não aqueles esperados por um analista – a travessia do fantasma, a passagem pelo Rubicão, que transforma radicalmente. Ainda assim, efeitos. (p. 119).

Assim, a transmissão, conforme esse argumento, pode ocorrer pela via do ensino da psicanálise para qualquer sujeito que queira saber sobre algo além do que poria em ação os feixes nervosos – que são, para a neurologia, responsáveis pela aprendizagem.

Assim, Kupfer situa o ensino da psicanálise para educadores não na dimensão de causador de efeitos terapêuticos no educador, nem na posição de fazer da psicanálise uma doutrina que pudesse governar a ação educativa e dizer “a verdade” sobre ela, mas que o ensino da psicanálise no campo da educação seja algo de que os psicanalistas não tenham como recuar, pois a psicanálise está imersa na cultura. Torna-se uma responsabilidade dos

analistas sustentar a sua transmissão de forma que não se distorça perante a hegemonia do discurso cientificista da atualidade, já que a “psicanálise é uma das disciplinas responsáveis, em nosso tempo, pelo resgate do sujeito” (KUPFER, 2001, p. 121).

A autora acredita, portanto, que ao entrar em contato com o conceito de sujeito o educador ouve falar de um sujeito que não coincide com o sujeito do conhecimento ao qual está habituado. Dessa maneira, o educador aprende a levar em conta esse sujeito da psicanálise, aprende que seus objetivos de ensino não coincidem com o resultado de sua tarefa e percebe que mesmo que vise à consciência de seu aluno, o que atinge é o sujeito do inconsciente.

Para finalizar, Kupfer também argumenta que a transmissão do inconsciente não é o único saber que se transmite da psicanálise, ou seja, acredita que o ensino da teoria psicanalítica produz efeitos subjetivantes, assim como qualquer outra teoria que fala ao sujeito.

Neste capítulo, procuramos explicitar o tema da transmissão da psicanálise, para mostrar como alguns psicanalistas que estão inseridos no campo Psicanálise e Educação, se posicionam frente ao ensino da psicanálise para educadores. O debate sobre o ensino da psicanálise na vertente de sua Extensão é bastante polêmico e revela a existência de diferentes posições, entre psicanalistas, sobre a função e os efeitos da transmissão da psicanálise para educadores.

Ao longo dessa problematização, destacamos uma diferença importante entre ensino e a transmissão, e procuramos marcar que a psicanálise tem uma especificidade em relação ao seu ensino, que diz respeito à transmissão da dimensão inconsciente.

Assim perguntamos: os psicanalistas que estão na vertente do ensino da teoria da psicanálise, poderiam estar contribuindo para que a psicanálise se torne uma teorização qualquer e, portanto, refém do discurso cientificista e psicologista da atualidade? Será que podemos identificar na prática dos psicanalistas que estão inseridos na educação esse comprometimento com a transmissão em psicanálise, conforme definida acima? Em caso afirmativo, resta-nos perguntar ainda: por que verificamos a psicologização da psicanálise na prática educativa, uma vez que esses profissionais amparam sua transmissão nos preceitos psicanalíticos?

Seguimos no capítulo 5 com as entrevistas com psicanalistas que se dedicam à transmissão da psicanálise na educação, buscando detectar em suas respostas a forma como trabalham nessa intersecção e sustentam a transmissão na educação.

CAPÍTULO 5

A PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

5.1 - Sobre as entrevistas

A crescente penetração da psicanálise na educação é um processo recente e, conforme indicamos neste trabalho, observa-se que o ensino da psicanálise para educadores tem tido grande incidência, principalmente nos cursos de extensão universitária e nas práticas de orientadores escolares.

Em nossa pesquisa de campo, entrevistamos psicanalistas que estão inseridos em universidades e/ou que ministram cursos dirigidos a educadores, como também psicanalistas que trabalham em escolas e utilizam esse referencial teórico em sua atuação. Sabemos que a transmissão da psicanálise no campo educacional é também efetuada por pedagogos e psicopedagogos, o que nos permite supor – considerando a forma como a pedagogia e a psicopedagogia utilizam a psicanálise – que esses profissionais podem imprimir a seu ensino da teoria psicanalítica uma forte vertente psicologizante; mesmo assim, decidimos restringir nossa pesquisa de campo à investigação de como profissionais com formação psicanalítica pensam o lugar da psicanálise na educação e realizam sua transmissão aos educadores. Esperávamos que esses psicanalistas já trouxessem alguma reflexão sobre a psicologização e estivessem, assim, menos assujeitados a ela. Interessava-nos examinar se, no seu discurso sobre suas práticas, seria ainda possível identificar a problemática da psicologização da psicanálise no campo educativo.

Para a elaboração do roteiro das entrevistas, partimos de algumas inquietações fundamentadas nos capítulos anteriores. Estariam esses psicanalistas reproduzindo o discurso médico marcado pela ênfase no aspecto preventivo? Como se posicionam diante do movimento de crítica à aplicação da psicanálise na educação? Como tratam das dificuldades implicadas na transmissão da psicanálise em extensão? Como pensam e elaboram suas práticas nessa interface psicanálise e educação?

As entrevistas constituíram, portanto, importante instrumento de investigação de alguns aspectos da transmissão da psicanálise no campo educacional, e de identificação de

possíveis relações entre o processo de transmissão e o fenômeno da psicologização da psicanálise na atualidade. De caráter semi-diretivo, as entrevistas seguiam um roteiro de 5 perguntas centrais, que deveriam estimular os entrevistados a discorrer sobre o tema de forma mais livre. As perguntas foram:

- 1) Qual seu percurso em psicanálise? E na educação?
- 2) Como a psicanálise está presente em sua prática profissional?
- 3) Por que elege a psicanálise como uma referência importante no seu trabalho de ensino e/ou prática com educadores?
- 4) Do ponto de vista dos educadores, como você considera que eles utilizam a psicanálise?
- 5) E do ponto de vista dos alunos? Que benefícios obtêm do fato de os professores fazerem uso do referencial teórico da psicanálise?

O roteiro partiu da formação do entrevistado, enfatizando seu percurso em psicanálise e na forma como esse referencial estava presente em sua atuação profissional na área da educação. Em seguida, procuramos incentivar o entrevistado a discorrer sobre suas concepções relativas ao campo psicanálise e educação, principalmente no que tange à transmissão da psicanálise para educadores. É importante notar que nossa estratégia foi a de não fazer referência direta ao processo de psicologização da psicanálise, abordando o tema indiretamente, com questões relativas à compreensão e às expectativas dos entrevistados quanto aos efeitos de sua transmissão no campo educativo.

Para a realização das entrevistas foi utilizado gravador digital e, para sua análise, o material foi integralmente transcrito. As entrevistas foram realizadas em um único encontro com o entrevistado, em diferentes locais, sempre garantindo um ambiente tranquilo e com privacidade. A duração média das entrevistas foi de 40 minutos.

Dos 8 analistas entrevistados, 5 deles ensinavam a teoria psicanalítica para educadores em cursos universitários, cursos de extensão ou especialização, e 3 atuavam como coordenadores de escolas e estavam secundariamente voltados para a formação de educadores. Também é importante observar que 3 dos 5 psicanalistas que ensinavam psicanálise também já tinham tido experiência como coordenadores escolares e, por outro lado, um dos 3 coordenadores escolares já tinha se dedicado ao ensino da psicanálise em curso de especialização para educadores.

5.2 – A análise das entrevistas

A análise do material foi realizada com base em algumas categorias descritas abaixo. Essas categorias foram formuladas a partir da identificação de temáticas recorrentes nas entrevistas e de semelhanças e diferenças na posição dos entrevistados quanto aos temas tratados. A elaboração das categorias visava ressaltar, na apresentação do material, as concepções dos entrevistados sobre a apropriação da psicanálise no campo educacional e sua transmissão para educadores. São elas:

- a) Como os entrevistados falam de sua formação, filiação teórica e prática.
- b) Como definem a psicanálise.
- c) Como se referem ao discurso pedagógico e educacional.
- d) Como tratam o encontro entre psicanálise e educação.
- e) Como configuram a transmissão da psicanálise na instituição escolar.
- f) Como se referem à transmissão da psicanálise em cursos para educadores.
- g) Quais os conteúdos da teoria psicanalítica ensinam para os educadores.

Esse trabalho de análise foi desenvolvido na perspectiva da pesquisa qualitativa e portanto, sem pretensões de ordem estatística. É importante esclarecer que, na análise que apresentaremos abaixo, utilizamos alguns trechos de entrevistas para ilustrar nossas considerações, mas o fizemos, sempre, com o cuidado de preservar a identidade dos entrevistados.

a) Como os entrevistados falam de sua formação, filiação teórica e prática.

Todos os entrevistados eram graduados em psicologia (PUC, USP, São Marcos, FMU²⁵). Ao abordarem seu percurso e formação em psicanálise, fizeram referência a grupos de estudos, análise pessoal, supervisão da prática clínica, cursos de especialização, análise pessoal e atividades oferecidas em instituições de psicanálise (Sedes, Lugar de Vida, EBP, UNIFESP, Biblioteca Freudiana, GEP²⁶).

Grande parte dos entrevistados citaram o Lugar de Vida como uma instituição que teve importância no início de sua formação. Os profissionais, entretanto, não se colocaram

²⁵ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC; Universidade de São Paulo – USP; Universidade São Marcos e Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU.

²⁶ Instituto Sedes Sapientiae – Sedes; Associação Lugar de Vida – centro de educação terapêutica; Escola Brasileira de Psicanálise/SP – EBP; Universidade Federal de São Paulo – Unifesp; Biblioteca Freudiana Brasileira e Grupo de Estudos de Psicanálise – GEP.

como filiados a uma única instituição ligada a psicanálise, seja o Lugar de Vida ou qualquer outra das citadas acima. Além disso, quase todos manifestaram interesse pela área de psicologia escolar, sendo o trabalho da professora Maria Helena Souza Patto uma referência importante no percurso desses profissionais. Essas informações sobre a formação dos entrevistados indicam que estão inseridos no campo de discussões sobre psicanálise e educação e que já tiveram contato com o problema da psicologização da educação.

Vale notar que a maioria dos entrevistados exercia atividade relacionada com a área escolar antes mesmo de iniciar a articulação da psicanálise com a educação. É interessante percebermos que, apesar de não fazerem referência a uma formação específica no campo da educação e/ou da pedagogia, já atuavam como auxiliares de classe, professores em escola, orientadores e ou coordenadores de escola.

“antes de ir para o curso de Psicologia e me interessar pela Psicanálise, eu já era professor.”

“Eu trabalhei com alfabetização de adultos, eu trabalhei com alfabetização de crianças. Depois eu fui trabalhar como professora de psicologia do desenvolvimento e problemas de aprendizagem pra alunos do magistério [...] depois fui trabalhar como orientadora escolar [...] e após tudo isso, fazer a minha formação em psicanálise”.

Um desses entrevistados chegou mesmo a afirmar que sua procura pela psicanálise estaria articulada *“com o interesse em ampliar a compreensão desta posição de professor”*. Outro, que atuava como coordenador escolar, referiu-se ao desejo, segundo ele já presente em seu percurso inicial, de juntar a educação com a psicologia:

“Na realidade, quando eu entrei na psicologia eu já tinha tido experiência como auxiliar de classe [...] quando eu fui para a psicologia eu já fui falando ah acho quero algo por aí. Acho que eu quero trabalhar com a educação, mas talvez com a psicologia, mas não sabia muito como juntar isso.”

Mesmo constatando que esses profissionais apresentam uma visão crítica sobre a psicologização da educação, é interessante observar que seus percursos ilustram, em certa medida, a presença desse processo: o fato de atuarem originariamente como educadores, mesmo sem possuírem formação específica nessa área, já indica a existência de uma abertura do campo de trabalho aos profissionais com formação em psicologia. Posteriormente, buscaram a psicanálise por acreditarem que esse campo poderia *ampliar*

algo de sua prática profissional educativa, o que nos leva a pensar que identificavam certo tipo de “insuficiência” no campo das teorias e práticas educacionais, e que acreditavam poder encontrar no campo “psi” uma ampliação de seu campo de atuação.

b) Como definem a psicanálise.

Diante de nosso interesse pela psicologização da psicanálise na educação, procuramos analisar como os entrevistados se referiram à psicanálise e como situaram suas definições no interior das relações entre psicanálise, psicologia e educação. Vários entrevistados fizeram referência a uma distinção entre a psicanálise e as teorias psicológicas, marcando a especificidade da psicanálise quanto às demais áreas do conhecimento e caracterizando sua ética própria. A referência à ética da psicanálise esteve presente em todas as entrevistas, mesmo que de forma vaga.

“Muitos pensam na psicanálise mais de acordo com o princípio da ética própria do campo psicanalítico que é de pensar, questionar, de poder se implicar, de saber que não tem uma receita pronta, de que é possível pensar outras maneiras”.

Os entrevistados relacionaram a ética da psicanálise com um modo de discurso que conduziria a uma reflexão do professor sobre sua prática. É o que se mostra ilustrado nas descrições sobre a função da psicanálise na educação: *“possibilitar a reflexão do educador”, “produzir questionamento sobre a prática educativa”, “que a psicanálise não deve se colocar do lado de quem detém uma verdade sobre o outro”* ou *“trabalha apoiada no discurso do outro”*.

Por outro lado, a psicologia aparece nas entrevistas como um discurso fortemente marcado pela dimensão do desenvolvimento infantil:

“Então, nesse sentido é interessante falar da psicanálise para o educador, contar para ele como uma teorização sobre a criança pode trazer elementos para esse educador pensar a criança, não só pela linha do desenvolvimento e comportamento como a psicologia faz”.

Outro aspecto presente na maioria das entrevistas, relativo à especificidade da psicanálise quando inserida na educação, é o fato de citarem a “escuta” como um importante instrumento de trabalho do psicanalista na escola.

“A função do orientador é diferente da função do psicanalista, mas a escuta é muito clara. Não dá pra você não escutar questões do inconsciente. A questão é que, quando isso aparece, o ‘orientador-psicanalista’ de alguma forma, ele tem que encaminhar isso que ele escuta, fazer gancho com a questão escolar”.

Encontramos, também, relatos que apontam para uma particularidade do discurso psicanalítico, quando comparado a outras disciplinas, fazendo referência à dimensão do impossível. Vejamos:

“uma especificidade da psicanálise nesse campo, é auxiliar o educador a experimentar essa dimensão do impossível, só a psicanálise pode apontar isso, que não é recobrível por outros discursos, é essa dimensão do impossível, do real [...] e significa situar os conjuntos dos possíveis; não interessa o que é impossível, interessa poder delimitar bem o que é possível [...] o discurso pedagógico tende a nublar essa distinção”.

Conseguimos, assim, identificar certo consenso entre os entrevistados relativamente ao modo como concebem a psicanálise, como também foi possível verificar que as definições apresentadas marcam uma clara diferença entre a psicanálise e a psicologia. O que nos chamou a atenção foi o fato de as definições relativas à psicanálise na educação não apresentarem maiores considerações sobre sua dimensão social e cultural. Ou seja, mesmo considerando que a aplicação no campo educacional refere-se à psicanálise em extensão, as definições dos entrevistados voltaram-se, com maior ênfase, para o campo do “sujeito-indivíduo”, não tratando diretamente da psicanálise em sua dimensão de crítica da cultura. Apenas em uma das entrevistas houve referência a cursos destinados a promover uma reflexão estendida ao campo social:

“a gente fez nesse curso uma passagem mesmo pela questão da depressão como grande sintoma contemporâneo, desta perda dos valores, da falta de tradição (...) foi um curso que teve impacto na própria prática dos alunos e vi que teve algo ali que fez marca, algo que foi central pra eles”.

c) Como se referem ao discurso pedagógico e educacional.

Procuramos investigar como os entrevistados se referiram ao discurso pedagógico, a partir de seu contato com os educadores ou outros profissionais da educação. Nessa direção, interessava-nos analisar como essas definições trataram do tema da psicologização

da educação e que lugar reservaram para a psicanálise na educação. Nossa perspectiva era a de poder, com essa análise, estabelecer relações entre a concepção de discurso pedagógico dos entrevistados e a configuração de suas práticas profissionais.

Encontramos nas falas de grande parte dos entrevistados a identificação da pedagogia com um discurso técnico. Nessa perspectiva instrumental, os entrevistados situaram a pedagogia como um discurso que visaria à realização de ideais.

“A educação, se a gente pensar, e a pedagogia como uma das ciências da educação, trabalha na idéia do método, da didática, do saber fechado e conclusivo”.

“O raciocínio pedagógico é causal e biunívoco, ‘é assim porque assim você ensina desse jeito’, então eu vi isso bastante na minha prática com pedagogos, que sempre traziam a pergunta: ‘isso está certo ou errado?’”.

Nesse sentido, as falas encontradas nas entrevistas trouxeram a idéia de que o discurso pedagógico busca um critério de verdade, um saber que possa ter eficácia na correção de desvios de conduta, *“o discurso pedagógico, mais do que todos os outros, é permeado pela esperança de trabalhar com aquele que ainda não entortou, digamos, com esse que eu posso agir de modo que ele vire um adulto saudável”.*

Parece também haver consenso, entre os entrevistados, quanto à constatação de que, no discurso pedagógico, as explicações para os problemas escolares aparecem sempre respaldadas em concepções psicológicas. Ao tratarem do tema, alguns entrevistados fizeram até mesmo uma referência crítica à psicologização da educação.

“Os educadores são reféns do discurso que psicologiza a educação (...) se pais se separaram, ou o cachorrinho morreu, então a gente não pode fazer nada e é por isso que ele está fazendo a lição incompleta.”

“(uma professora) um dia disse ‘que tem lá um menininho que brinca com as coisas de menina e a escola chamou e disse para o pai que ele deveria fazer mais a barba na frente do menino e que eles precisam ir junto no futebol’. Isso é o psicologismo.”

Foi nesse contexto que os entrevistados localizaram que a busca pelos especialistas e pelos psicanalistas, no campo educacional, teria por objetivo *instrumentalizar* os educadores no enfrentamento dos impasses e desafios do cotidiano escolar. Portanto, no discurso pedagógico, a psicanálise seria concebida como mais uma técnica especializada a serviço da resolução dos problemas escolares.

“Os professores eu acho que eles buscam isso, que a psicanálise explique, que a psicanálise diga como se fazer. Acho que os professores acabam procurando a psicanálise como um instrumental para poder trabalhar melhor”.

“Os distúrbios Globais do Desenvolvimento é um termo consagrado pro discurso pedagógico e no entendimento deles, os psicanalistas são experts no assunto.”

Vemos, nesses recortes, que os entrevistados, de modo geral, falaram de uma cientificização do discurso pedagógico, marcado por uma vertente técnica e instrumental. Foi nesse quadro que quase todos fizeram referência às relações entre a pedagogia e a psicologia, atentos ao problema da psicologização da educação. Dessa forma, apontam que o discurso pedagógico parece apropriar-se da psicanálise como mais um campo de especialidade, detentor de um saber decisivo para a educação.

Finalmente, gostaríamos de apontar aqui para o fato de que o discurso pedagógico aparece delineado, nas entrevistas, quase exclusivamente em seu aspecto pedagógico, sem referência a uma concepção mais ampla de educação. Poderíamos encontrar algum paralelo entre essa observação e a presença, pouco expressiva nas entrevistas, da relação da psicanálise com a dimensão social e cultural? Deveríamos tomar esse quadro como um sintoma da crise da modernidade e seus efeitos no campo educacional? Ficamos, por ora, apenas com a constatação dessa espécie de redução da educação ao seu aspecto pedagógico, entendendo-a como uma ilustração do esvaziamento do campo da política na atualidade.

d) Como tratam do encontro entre psicanálise e educação.

A análise das entrevistas permite-nos identificar algumas vertentes no que se refere ao encontro da psicanálise com a educação. Vamos examinar, inicialmente, um modo de conceber esse encontro mais diretamente referido à prática clínica psicanalítica. Nesse sentido, boa parte dos entrevistados configura sua atuação profissional fazendo referência a uma “escuta” que lhes possibilitaria entender a posição dos pais no processo educativo das crianças.

“Eu faço os atendimentos de admissão das crianças no colégio que na realidade meu interesse é de ver um pouco a implicação dos pais no processo educativo das crianças. Então está nesta escuta, na tentativa do entendimento de uma dinâmica familiar, na realidade antes até das crianças entrarem na escola”.

Esses entrevistados afirmaram que a psicanálise era um instrumento fundamental para apontar algo que estaria além do comportamento e das queixas escolares. Assim, conceitos como transferência, sintoma, castração e angústia, aparecem na maioria das entrevistas como operadores da atuação desses profissionais na escola. Assim, algumas falas indicaram que a articulação da psicanálise com a educação poderia ter como função diminuir o sofrimento da criança e da família no processo de escolarização.

“Mas eu posso levar um ou dois anos, com uma escuta, eu posso reorientar tratamentos, posso ajudar famílias no sentido que o sofrimento desse sujeito diminua e o de sua família também.”

“Com o professor você tem que criar um campo transferencial de relação de confiança, isso leva um tempo, mas quando você cria e você oferece essas hipóteses, é de um alívio (...)”

Ainda numa vertente mais clínica, identificamos referências à psicanálise no sentido da prevenção na escola. Um dos entrevistados chegou a abordar explicitamente o tema:

“Desse modo eu acho que na educação infantil, talvez, é onde é mais central o que a psicanálise pode oferecer, sobretudo no meu compromisso que é o da prevenção, na idéia de reconhecer os sinais precoces de sofrimento, de pensar a inserção da pequena criança pra além da família”.

Não podemos deixar de sublinhar que alguns entrevistados indicaram que o tema da “inclusão escolar” intensificou a demanda por especialistas, em especial a demanda dirigida aos profissionais ligados à psicanálise. O Lugar de Vida foi uma instituição largamente citada por buscar uma articulação crítica da função terapêutica com a educacional. No caminho dessa articulação, vemos como a educação inclusiva abriu uma demanda à psicanálise dentro do campo da educação, tanto do ponto de vista das práticas educativas quando no que se refere à formação dos educadores.

“quando eu comecei a me envolver com esses assuntos de psicanálise e de educação, apareceram convites pra ir falar sobre algumas coisas específicas, que já se acreditava que eram psicanalistas que podiam falar, por exemplo, no trabalho de educação inclusiva, com crianças portadoras de distúrbios globais do desenvolvimento”.

“Então, como é que o moleque não tem nenhum problema cognitivo, e não escreve? Pois é; como ele não tem problema nenhum orgânico e não fala? Pois é. O que é isso da

ordem do cognitivo e da ordem da estruturação psíquica, que, aí sim, vale a pena um educador pensar a respeito, porque isso não é um patrimônio só dos especialistas, não é patrimônio dos psicanalistas”

Vejamos agora uma outra vertente de articulação entre psicanálise e educação que apareceu nas entrevistas. Trata-se de atribuir à psicanálise a função de esclarecimento, de revelação, de ampliação do campo educativo.

*“A psicanálise seria responsável por **abalar as certezas** que o discurso pedagógico impõe”.*

*“o encontro com a psicanálise faz o educador pensar coisas, agora bacana quando faz o educador pensar, **estar advertido** de que o sujeito nos habita e que não necessariamente o eu e o sujeito coincidem”.*

*“eu acho que abre espaço pro educador poder conviver com a peste da psicanálise, seja a transmissão da falta, seja esse lugar do impossível de um outro modo, **que rebate esse discurso onipotente da pedagogia***

Essa vertente parece configurar uma espécie de crítica ao discurso pedagógico, contrapondo a certo tecnicismo, que estaria presente no discurso pedagógico, a ética da psicanálise. Desse modo, de acordo com as falas dos entrevistados, se a pedagogia fecha o discurso, a psicanálise responde sem encerrar as questões; se a primeira busca respostas e receitas prontas para seus problemas, a segunda busca a reflexão; se a primeira é definida como portadora de um raciocínio causal, a segunda é descrita como portadora de uma dialética própria. A psicanálise aparece, assim, como um discurso que deveria combater ou apresentar *“um outro olhar que permite **desmistificar** ou **“desidealizar”** alguns elementos presentes na educação”.*

O que podemos extrair do exame dessas diferentes formas de articulação entre psicanálise e educação que identificamos na atuação profissional dos entrevistados? Não podemos deixar de nos indagar sobre o sentido da separação que estabelecemos entre uma vertente de atuação mais terapêutica e outra de caráter mais crítico, principalmente se levarmos em conta a distinção entre psicanálise em intenção e extensão. Deveríamos, assim, identificar na segunda vertente, uma apropriação da psicanálise mais voltada à sua dimensão social e cultural? Não nos parece ser esse, exatamente, o caso. O que vimos, indica muito mais uma crítica ao discurso pedagógico personificado no modo de pensar do

educador, do que uma reflexão crítica mais ampla sobre a educação, fundamentada nas contribuições da psicanálise como crítica da cultura.

e) Como configuram a transmissão da psicanálise na instituição escolar.

Examinando-se as entrevistas dos psicanalistas que atuavam ou tiveram atuação profissional diretamente ligada a escolas, procuramos configurar como estes entendem a transmissão da psicanálise na instituição escolar. Iniciamos nossa análise indicando que todos os entrevistados afirmaram ser possível – e desejável, no caso dessas instituições – uma transmissão da psicanálise sem a realização efetiva de um ensino da teoria psicanalítica.

“Não existe uma transmissão acadêmica para o educador, não adianta eu falar para eles de transferência, de desejo, de angústia, isto são coisas que estão na minha fala, e às vezes nem estão na minha fala porque isso não tem sentido para aquele educador”.

As falas desses entrevistados configuram, assim, uma idéia de transmissão atrelada às discussões realizadas com os professores sobre suas práticas: uma espécie de transformação na posição subjetiva do educador que se operaria independentemente da realização de um ensino teórico sobre conceitos psicanalíticos, mas que estaria apoiada no modo como o psicanalista que atua na escola conduz suas intervenções junto a esses profissionais.

“A transmissão se dá muito no fazer, mais do que no plano teórico. Acho que a transmissão é muito mais nisso que você convida o professor a pensar no sujeito do que na teoria, porque os textos isoladamente não abarcam a prática”.

Nesse sentido, acreditam que essa transmissão da psicanálise, poderia levar os professores a realizar outra leitura sobre os “problemas de aprendizagem”, abrindo-lhes a possibilidade de uma transformação em sua forma de olhar o aluno.

“Eu não vou dizer que o aluno não está indo bem na escola, tem um diagnóstico de déficit de atenção e hiperatividade, eu não vou reforçar para o professor esse diagnóstico, a gente vai descobrir essa criança para além do diagnóstico, para o sujeito que está ali, para as possibilidades que ele tem de aprendizagem”.

Os entrevistados entendem que esse modo de transmissão da psicanálise serviria para situar os professores quanto ao equívoco da noção de culpabilização da família ou da própria criança pelo suposto fracasso escolar do aluno.

“Quando eu falo que é possível você ir construindo como professor o olhar, uma outra leitura sobre um aluno que não seja de culpabilizá-lo ou à família, seja lá o que for, acho que o professor fica menos defendido, ele se defende menos desse ataque imaginário ao narcisismo”.

O sentido da transmissão da psicanálise no campo escolar apareceu, também, como uma forma de revelar ao educador a dimensão dos mecanismos inconscientes presentes nas dificuldades escolares. Um dos entrevistados explicita isso ao referir que *“o fato dele (o professor) perceber a noção de sujeito, de como a psicanálise apresenta as forças do inconsciente, ajuda muito o professor a tratar o aluno”.*

“o professor não vai tratar o sintoma em sala de aula, de jeito nenhum, isso é psicanálise selvagem, mas ele vai entender que aquilo é pra além do que ele pode tratar e até pra ele voltar a exigir do aluno que ele produza. É como se ele falasse pro aluno: ‘você não está produzindo porque tem alguma questão maior do que isso, então você vai se cuidar’.”

Podemos observar com maior detalhe, agora do ponto de vista da transmissão, o que chamamos de vertente terapêutica da psicanálise na escola. A transmissão estaria voltada para a dimensão do sujeito da psicanálise, numa perspectiva de apontar para professores e/ou pais os aspectos inconscientes do sintoma escolar. O que chama a atenção nesse modo de se configurar a transmissão da psicanálise na instituição escolar é que ela estaria fundamentada em conceitos como transferência, escuta, sintoma, guardando assim certa analogia com o dispositivo clínico sem, no entanto, com ele se confundir, além de prescindir do ensino teórico dos conceitos psicanalíticos. Como poderíamos definir esse modo particular de transmissão, uma vez que ela não está focada na formação dos educadores, mas pressupõe efeitos como uma mudança de olhar e uma mudança no discurso dos atores escolares?

f) Como se referem à transmissão da psicanálise em cursos para educadores.

Examinando as entrevistas dos psicanalistas que se dedicam ao ensino da psicanálise em cursos voltados para educadores, procuramos configurar como estes entendem a transmissão da psicanálise nesse contexto.

Partimos de uma constatação bastante intrigante, presente em boa parte das entrevistas. Os entrevistados afirmam que a transmissão da psicanálise no contexto que investigamos não estaria relacionada diretamente com o ensino de conteúdos da teoria. Explicitam essa posição afirmando que, em seus cursos, o ensino da psicanálise estaria voltado para a transmissão de uma posição subjetiva do psicanalista, ou seja, a transmissão de um posicionamento balizado pela ética da psicanálise e que incluiria a dimensão inconsciente.

“A transmissão não se faz propriamente pelo ensino da teoria psicanalítica, eu acho que tem a ver mais com uma possibilidade de posicionamento subjetivo, que a pessoa tem que se haver com a falta, com a falta no outro, com a falta em si”.

“Então eu acho que os educadores se beneficiam desse contato mas não porque a gente ensina (...) é porque efetivamente quando a gente está falando de algo, não é só ensinar, tem uma transmissão, que é o meu inconsciente que está de alguma forma ali também”.

“Então, quando eu vou falar de psicanálise eu posso falar de psicanálise sem ficar falando da teoria, educador não precisa saber de teoria psicanalítica. Mas a partir daí se pode refletir sobre o que acontece”.

Também vemos nas entrevistas que esse modo de operar a transmissão da psicanálise foi diretamente relacionado com a questão da transferência. Assim, afirmam que para haver transmissão seria necessário que a transferência estivesse presente. Tal pressuposto pareceu se desdobrar em outros dois aspectos da prática de ensino desses profissionais. De um lado, a necessidade de um formato de curso que garantisse uma continuidade de encontros com os educadores, um tempo necessário para a instalação e o manejo da transferência. Por outro lado, seria desejável que o ensino da psicanálise não tivesse um caráter de obrigatoriedade, acreditando-se que o educador procuraria os cursos a partir de sua transferência com essa disciplina.

“É necessário tempo com os educadores para poder operar alguma mudança a partir da transferência, para ser demovido de uma posição e para se obter os efeitos do que se deseja”.

“Com o professor você tem que criar um campo transferencial de relação de confiança, isso leva um tempo para operar mudança subjetiva.”

“Acho que os educadores podem se entusiasmar, podem buscar coisas sobre a psicanálise, mas eu não acho que a psicanálise tem que ser obrigatória pros educadores. Os cursos são abertos e as pessoas procuram e se as pessoas procuram é porque as pessoas estão interessadas nisso, há uma transferência com esse saber”.

“Eu acredito que a transmissão só ocorre se o professor (aluno do curso) tiver alguma transferência com o assunto, não deve fazer parte da formação do professor, no seu sentido obrigatório do termo”.

É interessante notar a presença de uma certa desconfiança dos entrevistados em relação à eficácia dos cursos com um formato que não garantisse essas condições, visto que isso reduziria a possibilidade de mudanças na posição subjetiva dos educadores participantes.

Outro aspecto presente nas entrevistas e que tem grande relevância para nosso estudo é o questionamento desses profissionais quanto ao risco de seu ensino “psicologizar” a psicanálise, apontando para uma reflexão crítica sobre o lugar que a psicanálise tem ocupado no campo da educação na atualidade.

“Eu acho que vai virando fórmula, mesmo isso, o controle de esfíncter que é um clássico. Se você começa a ensinar a teoria, você vai transformar a psicanálise numa teoria do desenvolvimento.”

“acho que a gente trocou 6 por meia dúzia, se lá nos 70 a gente tinha uma psicologização, então as questões da psicologia na escola, a entrada do psicólogo, o psicólogo vai ajudar a entender os problemas emocionais das crianças [...]. Eu acho que mais pra frente um pouquinho os educadores trocaram de crença, se a psicologia não pode me ajudar, então talvez seja a psicanálise.”

Tratando-se mais diretamente do ensino da psicanálise nos cursos ministrados pelos entrevistados, identificamos outros dilemas e receios que parecem envolver essa prática. Nesse sentido, um dos entrevistados questionou se no ensino para educadores não poderia

ocorrer uma banalização da teoria psicanalítica. Esse entrevistado apresentou duas passagens anedóticas em que alunos de seus cursos realizaram perguntas que o levaram a questionar a pertinência do ensino de conceitos psicanalíticos para educadores, bem como lhe serviram para ilustrar a falta de sentido que esses conceitos podem adquirir no campo educativo.

“afinal, quem era o grande outro?” (pergunta de aluno)

“eu só gostaria de te perguntar uma coisa, se teve o último Lacan, quem que foi o primeiro? Quantos Lacans tiveram?”(pergunta de aluno)

Observamos, ainda, que mesmo os entrevistados que não haviam instituído o ensino da teoria psicanalítica como um eixo fundamental para a promoção de mudanças nas práticas do professor afirmaram, de modo ambíguo, que por essa via do ensino seria possível promover uma reflexão inicial do professor.

“Nesse sentido eu penso que o trabalho de supervisão, de discussão, de escuta, de espaços de interlocução é muito mais interessante do que um modelo de curso. Mas acho que o próprio modelo de curso pode ser um ‘start’ para se pensar uma formação de outra maneira. O conhecimento teórico pode servir de instrumental para pensar o que se passa dentro da sala de aula, então alguns conceitos são interessantes para os psicanalistas, para se pensar o que está se passando na relação com o outro, agora não sei de que maneira esses conceitos, essa teoria, podem ajudar na sala de aula”.

Chama nossa atenção a ambigüidade das justificativas apresentadas para o ensino da psicanálise para educadores. Alguns entrevistados argumentam que a transmissão da psicanálise estaria relacionada com uma posição inconsciente e, portanto, não seria pela via do ensino teórico que se transmitiria algo sobre o saber psicanalítico. Ao mesmo tempo, defendem que a psicanálise, por estar inserida na cultura, poderia despertar o interesse (transferência) de educadores e que o ensino poderia, então, servir para um início de reflexão e questionamento das práticas educativas. Desse modo, não nos parece ser possível identificar nas entrevistas uma posição clara sobre o sentido do ensino da teoria psicanalítica para educadores, havendo muitos questionamentos e incertezas sobre a validade dessa prática.

“Agora quando a gente trabalha a psicanálise com os educadores, a psicanálise é um campo do conhecimento que pode ser aberto pra qualquer um, qualquer um pode ler

psicanálise. Agora, o que eu ando ponderando é que eu não sei se tem um efeito efetivamente interessante que o educador apreenda psicanálise”

A ambigüidade verificada nas reflexões dos entrevistados sobre a atuação em cursos para educadores, aponta para uma dificuldade entre o que eles definiram conceitualmente acerca das diferenças entre ensino e transmissão e a sua prática de ensino.

g) Quais conteúdos da teoria psicanalítica ensinam para os educadores.

Conforme pudemos verificar nas categorias de análise que acabamos de expor, o ensino da teoria psicanalítica para educadores aparece nas entrevistas recoberto de questionamentos. Mesmo assim, grande parte dos profissionais entrevistados ensinavam conteúdos da teoria psicanalítica em cursos para educadores ou em grupos de formação para educadores em escolas.

Vejamos, então, segundo as diferentes práticas de ensino dos entrevistados, que conteúdos da teoria psicanalítica foram utilizados em cursos ou grupos com educadores em escolas.

Localizamos, em boa parte das entrevistas, conteúdos da psicanálise que estariam relacionados a temáticas, dúvidas e impasses cotidianos das práticas educativas, a saber: a sexualidade, a agressividade, a adaptação, a inclusão escolar, o brincar.

“uso textos de Freud. Mas eu uso com uma concepção, mostrar como sexualidade tem a ver com o próprio desenvolvimento do sujeito, quer dizer, como a psicanálise vai entender (...) às vezes, um professor se interessa e a gente pode discutir”.

“(...) uma brincadeira de abrir e fechar, os jogos constituintes, o quanto eles são importantes e o quanto eles constroem a subjetividade. Então poder falar um pouco disso pros educadores, eu acho que aí sim pode ter uma eficácia interessante”

Apareceram também conteúdos relativos à identificação de sinais precoces de sofrimento psíquico em bebês.

“A educação e os cuidados, essa discussão de como acolher um bebê, de que formação deve ter, de como reconhecer sinais de sofrimento, mas, bom, passa-se assim pelas questões da constituição do sujeito, tem um recorte, as questões relativas às pulsões, o brincar; então são alguns conceitos centrais da psicanálise que são abordados nessa disciplina.”

Foram citados cursos que tratavam da infância com transtornos graves e inclusão escolar. Assim, aparecem nessas entrevistas conceitos como: constituição subjetiva, transferência, inconsciente, estágio do espelho, Édipo. Vale notar que alguns entrevistados afirmam acreditar que o tratamento desses temas poderia auxiliar o professor na diferenciação entre processos de desenvolvimento infantil e construção da subjetividade.

“quando a gente trabalha num curso de tratamento e escolarização de crianças com transtornos globais a gente vai falar sim o que é o estágio do espelho, a constituição subjetiva, o que é a travessia edípica de uma criança no seu encontro com os pais, com o Outro, com a linguagem, então a gente vai falar disso. Então daí eu comecei a poder ensinar, trabalhar esses conceitos da psicanálise com um público não psicanalista”.

“nesse sentido que hoje eu acho que é interessante falar da psicanálise para o educador (...) trazer elementos pra esse educador pensar a infância, pensar a criança, não só pela linha do desenvolvimento.”

Finalmente, verificamos nas entrevistas apenas uma referência a cursos com temáticas ligadas ao campo social, mais especificamente a temática da família.

“é uma discussão sobre as novas formas de família. E desmistificar a família ideal, discutir essa história de família desestruturada. Tem alguns efeitos. Um exemplo foi quando uma aluna mais pro final do curso disse: “então a família ideal não existe”, como se aquilo naquele momento caísse pra ela. Eu lembro que eu pensei: nossa, isso é algo da transmissão, ela acabou de se dar conta e escapou dela”

Chama a atenção, em nosso material, que o ensino da psicanálise para educadores parece ter-se voltado especialmente para temáticas e conceitos mais ligados à clínica psicanalítica, com pouco destaque para a vertente da psicanálise como crítica da cultura. Neste sentido, apesar de identificarmos muitos questionamentos que parecem gravitar sobre a temática da psicanálise em intensão e extensão, nenhum dos entrevistados se deteve neste debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este percurso apresentaremos aqui uma síntese dos capítulos anteriores, articulando os argumentos apresentados não como provas, mas tão somente como pistas que seguimos e que, neste ponto do trabalho, permitem que vejamos a trilha que se traçou entre a origem e a perpetuação da psicologização da psicanálise quando inserida na educação. Retomemos, então, algumas das questões iniciais que nortearam este trabalho:

Por quais caminhos e por que razões ocorreu no Brasil essa apropriação da psicanálise pelo campo educativo como uma teoria psicológica com finalidades adaptativas e desenvolvimentistas?

Como entender na atualidade a presença e os mecanismos pelos quais se perpetua esse processo de psicologização da psicanálise a serviço da psicologização da educação?

Poderíamos então atribuir essa apropriação particular da psicanálise ao modo como se procede em seu ensino aos profissionais da educação?

Os profissionais que operam a transmissão da psicanálise para educadores estariam atentos aos efeitos de sua atuação no que diz respeito ao processo de psicologização da psicanálise e, mais amplamente, de psicologização da educação?

Para tentarmos responder essas perguntas, o capítulo 1 esboça um mapeamento inicial, uma revisão bibliográfica de caráter histórico, sobre o movimento psicanalítico no Brasil. Buscamos localizar as formas como originariamente se relacionaram psicanálise e educação em nosso país, especialmente em São Paulo.

Neste caminho de partida, pudemos constatar que a articulação da psicanálise e educação ocorreu desde o início do surgimento da psicanálise no país, em meio ao furor higienista da medicina que se desenvolvia no início do século XX. O lema destes higienistas era trabalhar com a prevenção desde a infância. Assim, as escolas eram alvos das intervenções médicas, e locais privilegiados para a difusão de ações oriundas da ciência eugênica, que tinha a intenção de “melhorar a nação brasileira”.

As práticas médicas desenvolvidas naquele período aplicavam medidas de controle, de adaptação e de normalização do povo brasileiro segundo os ideais da intelectualidade

científica da época, que se baseava em ideários racistas - acreditavam que o brasileiro era um povo inferior e indócil devido à mistura de raças que havia no país. Segundo Patto (2002) este “foi o chão social e cultural da recepção brasileira da psicanálise” (p. 148). A partir da análise de textos de médicos, psicólogos e educadores que falavam a respeito da psicanálise em meados de 1920, a autora aponta ainda um grande mal-entendido na recepção da psicanálise em solo brasileiro naquele período.

Há, portanto, entre o receptor e as idéias recebidas, a mediação das condições concretas de vida do primeiro. A consciência do homem jamais é *tabula rasa*; a recepção se dá sempre a partir de um ponto de vista, dos interesses sócio históricos que ele representa, mesmo quando se tomam cuidados instrumentais para fazer frente “às disposições viciosas do espírito”, para usar uma expressão de Bacon, quando trata dos “ídolos” que impedem o real conhecimento. Há sempre um ponto de vista que faz com que toda recepção seja um mal-entendido. (p. 149).

Podemos dizer que este mal-entendido ou este *enviesamento* da psicanálise na educação, teve como motor a intenção da psiquiatria da época em promover a ordem social, em um período de muitas transformações sócias, políticas e culturais no país. A classe psiquiátrica tinha a tarefa de prevenir a loucura e a desordem familiar e social. Desta forma, a psicanálise foi tomando o viés necessário para a obtenção destes fins, apropriada segundo estes critérios, ao mesmo tempo em que passava a ser difundida e propagada pela sociedade.

Aliados a esses ideais científicos e sociais, também vimos surgir uma proposta inovadora no meio educacional, a Escola Nova, o escolanovismo propunha aos professores a ênfase nas individualidades das crianças na construção de suas personalidades – uma vez alcançado tal objetivo, haveria a promoção de um país mais avançado. Os conhecimentos psicanalíticos passaram a ser utilizados para a construção desta nova proposta escolar brasileira, pois a psicanálise era compreendida como uma nova ciência capaz de descrever sobre os processos psíquicos do desenvolvimento infantil, daria destaque aos processos individuais de aprendizagem.

No mesmo período de surgimento do escolanovismo também houve a criação das Ligas de Higiene Mental Escolar, que perduraram por 36 anos em São Paulo, e se configuraram como uma prática que articulava psicanálise e educação. As Ligas se voltavam para o atendimento da população que era identificada como *portadora de*

problemas escolares. Eram práticas de orientações às famílias e educadores com a intenção de prevenir as desordens psicológicas e sociais e com o objetivo maior de corrigir os desajustamentos infantis, servindo à rede escolar para o diagnóstico mais precoce possível.

Em São Paulo, especialmente pela forma como a psicanálise foi se institucionalizando, ou seja, pela falência do projeto de transmissão da psicanálise via psiquiatria até 1960, a psicanálise foi aliada às correntes literárias da época e difundida na universidade. Gradualmente ela foi sendo agregada ao campo da psicologia, sofrendo as influências das demais ciências psicológicas que se apresentavam na época: a psicologia experimental, a ciência psicométrica, as teorias do desenvolvimento.

Nas linhas traçadas neste mapeamento, entre as práticas médicas, o escolanovismo, as ligas e a migração da psicanálise para o meio acadêmico, identificamos as origens da psicologização da psicanálise na educação, visto que era apropriada conforme os pressuposto da terapêutica médica preventivista e as influências das correntes psicológicas emergentes, passando a ter a finalidade de eliminar os desvios de conduta para que os problemas escolares não se avolumassem dentro das escolas - aspectos estes radicalmente diversos da ética psicanalítica.

Também é interessante observar que a psicanálise entrou no Brasil já aliada à educação, comparecendo desde esse momento inicial como uma teoria que pudesse dar respostas para os problemas identificados pelo campo médico higienista de então. Ou seja, há um precedente histórico que marca um lugar de especialidade que visa responder e eliminar os problemas encontrados no processo educativo. Nesse sentido não seria correto dizer que a psicanálise é herdeira da psicologização no Brasil. Entendemos que ela contribuiu ativamente para que a psicologização fosse possível e, na atualidade, ela é convocada novamente a responder sobre questões escolares. Desenhamos, assim, um cenário paradoxal no qual a psicanálise aparece, ao mesmo tempo como participante constituinte da psicologização da educação, como crítica deste processo e, novamente, como saber especialista (como, por exemplo, quando é demandada a cerca das questões da inclusão escolar na atualidade).

Mas há uma diferença essencial na relação da psicanálise com a educação entre este momento inicial e o momento atual, pois, notadamente a partir dos anos 80, houve a consolidação de um campo de pesquisa em Psicanálise e Educação, o que adensou o debate

acerca das aproximações destes dois campos. No capítulo 2, percorremos algumas discussões internacionais que influenciaram as produções brasileiras acerca da aplicabilidade ou não da psicanálise na educação e também revisamos alguns autores paulistas que são responsáveis pelas pesquisas que têm sido desenvolvidas atualmente.

As discussões iniciais entre Freud e os pedagogos no início do século XX deixaram claro que a tentativa de formalizar uma pedagogia psicanalítica foi um projeto interrompido, mas deixou marcas na articulação entre psicanálise e educação. Freud foi ambíguo quanto ao tema da educação e, ao longo de sua obra, conforme modificava sua teorização, também alterava a forma como entendia a possibilidade de aplicação da psicanálise na educação. Mesmo assim, a posição freudiana abriu caminho para que esse tema fosse problematizado pelos psicanalistas contemporâneos, ao mesmo tempo em que dava margem para que a psicanálise fosse incorporada à educação de diferentes maneiras.

Acompanhamos as discussões de algumas psicanalistas francesas - Millot, Manonni e Dolto - que de formas diversas trouxeram importantes contribuições para as pesquisas no Brasil. Millot fez fortes advertências quanto à aplicação da psicanálise na educação e tornou-se um clássico em São Paulo. Manonni apresentou reflexões fundamentais sobre a crítica à pedagogia moderna e a diferença necessária a ser traçada entre educação e metodologia pedagógica. Dolto, estava voltada para a articulação da psicanálise à educação baseada em sua clínica com crianças e muito interessada pela prevenção. Os trabalhos dessas autoras influenciaram diretamente pesquisadores em São Paulo sendo possível depreendermos duas formas principais com a qual a articulação psicanálise e educação passou a ser apresentada: uma vertente terapêutica e a outra vertente como crítica do campo pedagógico.

Patto (2002) acredita que a articulação psicanálise-educação ganhou maior terreno nas discussões no campo escolar por marcar uma diferença fundamental entre a pedagogia e a educação e por ter sido esta uma contribuição importante sobre o processo de psicologização da educação. Todavia, preciso salientar ainda que, mesmo com a criação desse campo de pesquisa e com os debates que passaram a ocorrer sobre a aplicação da psicanálise na educação, constatamos na atualidade a perpetuação do processo de psicologização da educação, constatamos uma presença considerável de psicologização da psicanálise na educação.

Para caracterizarmos o que seriam essas formas de psicologização na atualidade, buscamos, no capítulo 3, autores que se dedicaram ao tema da psicologização da educação para melhor configurarmos esta intensa participação do discurso psicológico (e especialista) na educação; assim como, baseados nas reflexões de Arendt (2003), buscamos entender as razões da implantação da psicologização da educação no Brasil.

É possível afirmar que tanto Patto (1993) como Lajonquière (1999), mesmo com referenciais teóricos distintos, entendem a entrada do discurso especialista na educação como efeito do mal-estar na educação, graças ao modo de produção capitalista que promove a técnica em detrimento da ética, em um mundo marcado pela tecnocracia.

Acompanhamos os argumentos de Arendt sobre a crise na educação – relacionamos ao mal – estar na educação – resultado de uma crise mundial, estruturada essencialmente pela queda da tradição e pela falência da autoridade, marcas fundantes da crise da modernidade. Mesmo não tendo se dedicado ao problema da psicologização da educação, Arendt apontou para a compreensão de como o campo da psicologia e suas teorias participaram desse contexto de crise, principalmente a partir da produção de conhecimentos acerca da criança, do desenvolvimento infantil e de teorias sobre a aprendizagem. Para a autora, as teorias psicológicas de aprendizagem influenciaram a pedagogia moderna e auxiliaram a derrubar definitivamente a autoridade do professor.

Para aproximar a discussão de Arendt de nosso questionamento sobre a psicologização da psicanálise na educação e ao que se processava no Brasil no século XX, tomemos o exemplo da relação entre o escolanovismo brasileiro e a psicanálise, tomada então como fundamento para a promoção dessa nova ordem educacional firmemente interessada nos processos individuais de aprendizagem. Foi nesse contexto que pudemos localizar a psicanálise sendo apropriada pela educação de forma desvinculada dos processos sociais, culturais e políticos de sua época, e tornando-se essencialmente uma teoria do indivíduo - característica esta que estamos identificando à psicologização da psicanálise na educação.

Tendo circunscrito a discussão sobre as marcas e a origem do problema da psicologização, passamos às reflexões sobre os aspectos da perpetuação dessas problemáticas na educação. Os capítulos 4 e 5 de nosso estudo têm por foco o problema da transmissão da psicanálise na educação.

Em nossas discussões, o tema do ensino da psicanálise na educação, mostra-se bastante polêmico e revela a existência de diferentes posições entre psicanalistas sobre a função e os efeitos da transmissão da psicanálise para educadores. Contudo, pudemos identificar também um consenso entre os psicanalistas de que o elemento que marca a diferença entre o ensino e a transmissão é a dimensão do inconsciente. Assim, é possível afirmar que todo ensino comporta a dimensão da transmissão de algo que está na ordem do inconsciente e de uma posição subjetiva, aspecto radicalmente distinto das concepções de ensino em educação.

Esses questionamentos fizeram-nos perguntar se a forma como se tem procedido no ensino da psicanálise para educadores, seria a responsável pela manutenção da psicologização da psicanálise na educação na atualidade, ou poderíamos indicar outros elementos neste sentido?

A partir de entrevistas realizadas em São Paulo com psicanalistas que transmitem a psicanálise para educadores - seja pela via do ensino da teoria ou pela prática como coordenadores escolares - procuramos, em nosso capítulo 5, analisar possíveis elementos que participariam da relação entre o processo de transmissão e o fenômeno da psicologização da psicanálise na educação. Inicialmente, foi curioso constatar que o percurso profissional dos entrevistados, em certa medida, ilustrava o próprio processo de psicologização da educação. Eram profissionais que, mesmo antes ou durante a graduação em psicologia, voltaram-se para a área da educação. Nenhum deles possuía formação específica na área da pedagogia, mas já atuavam como professores, ou seja, o campo educativo abria-se para que profissionais com formação na área da psicologia, ocupassem o lugar de educadores. A psicanálise só viria em momento ainda posterior na formação dos entrevistados e essa constatação levou-nos a supor que esses profissionais experimentavam algum tipo de “insuficiência” no campo das teorias e práticas psicológicas ou educacionais que os teria levado a uma busca pela psicanálise.

Os entrevistados trouxeram reflexões sobre a psicologização da educação, além de críticas à cientificização do discurso pedagógico. A psicanálise aparecia neste contexto como um contra-ponto, uma vez que, amparado na ética da psicanálise, o psicanalista possibilitaria uma reflexão do professor sobre sua prática. Os entrevistados faziam referência às relações entre a pedagogia e a psicologia, atentos ao problema da

psicologização da educação. Assim, também indicavam que o discurso pedagógico apropriava-se da psicanálise como mais um campo de especialidade, supostamente detentor de um saber decisivo sobre a educação, principalmente sobre a educação especial.

Foi interessante observar que, mesmo com a confirmação de que a psicanálise estaria sendo procurada pela educação como especialidade, também se faz notar que apareceu nas entrevistas que cursos de psicanálise sobre a educação inclusiva têm se transformado em um lugar de encontro entre a psicanálise e a educação. Como é demonstrado por Patto (1993), a psicologia sempre foi convocada pela educação para elucidar os processos de aprendizagem das crianças com necessidades especiais ou servir de ferramenta para diagnosticá-las. Assim, parece que essa forma de laço entre a psicanálise e a educação aponta para uma reedição da relação entre educação especial e a psicologia, mas num contexto em que a psicanálise traria esclarecimento sobre a educação inclusiva das crianças que apresentam quadros graves, ou que estão fora da “normalidade” escolar, a tônica agora é a inclusão e não mais a adaptação do indivíduo.

Uma vez que a psicanálise é demandada a responder, do lugar de especialidade, acerca da educação inclusiva, e que os cursos de formação em psicanálise para educadores se configuram como espaço privilegiado do encontro entre psicanálise e educação, cabe analisarmos como se dá a transmissão da psicanálise para educadores. Sobre este tema encontramos duas formas de posicionamento diversas e contraditórias quanto ao sentido da transmissão da psicanálise.

A primeira forma, defendida pelos psicanalistas que atuam diretamente nas escolas, como coordenados escolares, pretende mostrar que é possível – e mesmo desejável no caso das instituições escolares - uma transmissão da psicanálise sem a realização efetiva de um ensino da teoria psicanalítica. Esses entrevistados defenderam a transmissão no sentido de uma espécie de transformação na posição subjetiva do educador que se operaria independentemente da realização de um ensino teórico sobre conceitos psicanalíticos, mas que estaria apoiada no modo como os psicanalistas conduzem suas intervenções baseados nos operadores da psicanálise (a transferência, a escuta, o sintoma). Esse modo de atuação nas escolas teria assim, certa analogia com o dispositivo clínico sem, no entanto, com ele se confundir; como um formato “ampliado” da clínica cuja finalidade, na escola, seria a de

propiciar efeitos terapêuticos como a mudança de olhar e a mudança no discurso de pais, educadores e alunos.

A segunda forma seria relativa à ambiguidade encontrada quanto à justificativa do ensino da teoria psicanalítica para educadores, revela-se no fato de que a maioria dos entrevistados argumenta que a transmissão da psicanálise está relacionada com a sua ética e com a posição inconsciente e, portanto, não seria a teorização que transmitiria algo sobre o saber psicanalítico; contudo, permanece a insistência na defesa de que o ensino da psicanálise deve ocorrer por meio dos conteúdos da teoria. Essa ambigüidade quanto às reflexões dos entrevistados sobre o ensino da psicanálise em cursos para educadores apontou para uma dificuldade entre o que eles definiram conceitualmente acerca das diferenças entre ensino e transmissão e a sua prática efetiva de ensino.

Por mais clareza que os entrevistados tenham demonstrado em relação ao tema da transmissão da psicanálise na educação, às características do discurso pedagógico e mesmo ao problema da psicologização da educação, destacava-se a descrença na eficácia do ensino da teoria psicanalítica na educação. Foi também interessante constatarmos o reconhecimento, por parte de alguns entrevistados, do risco de seu ensino “psicologizar” a psicanálise, apontando para uma reflexão sobre o lugar que a psicanálise tem ocupado no campo da educação na atualidade.

Também nos chamou a atenção que o ensino da psicanálise para educadores parece ter-se voltado especialmente para temáticas e conceitos mais ligados à clínica psicanalítica, com pouco destaque para a vertente da psicanálise como crítica da cultura. É fato que os entrevistados, ao se referirem ao discurso pedagógico, apresentaram uma crítica indireta ao campo social; contudo, quando falavam da prática nas escolas ou do ensino da teoria, a vertente de atuação que mais se destacava era a terapêutica. Nesse sentido, indicavam muito mais uma crítica ao discurso pedagógico personificado no modo de pensar do educador do que uma reflexão mais ampla sobre a educação.

Assim, vimos delinear-se nas relações entre a psicanálise e educação um lugar em que a psicanálise é convocada como especialidade no campo da educação, especialmente na educação especial, e enfocando, com maior ênfase, seus fundamentos clínicos. Foi interessante observarmos que as críticas referentes ao discurso pedagógico voltaram-se quase que exclusivamente para a pedagogia, não havendo referência a uma concepção mais

ampla de educação. As definições das relações entre psicanálise e educação alinhavam-se ao campo do “sujeito-indivíduo”, e não levantavam considerações significativas sobre a dimensão social e cultural, tema este tão caro a Freud, inaugurado em seu debate sobre a Psicanálise Aplicada e, como vimos em nosso capítulo 4, um debate responsável por inserir o sujeito freudiano na cultura.

Uma vez percorridos os caminhos que nos conduziram até este ponto, podemos concluir nosso estudo na direção do questionamento da pertinência do ensino da psicanálise para educadores. Estamos indicando que a transmissão da psicanálise na educação e o ensino da teoria psicanalítica para educadores parecem contribuir para a manutenção da psicologização da psicanálise na atualidade, principalmente devido ao fato da transmissão da psicanálise estar voltada com maior ênfase para sua vertente terapêutica, tornando-se essencialmente uma teoria do indivíduo e aparecendo de forma pouco vinculada aos processos sociais, culturais e políticos.

Essa espécie de redução da psicanálise ao campo do ‘sujeito-indivíduo’, ilustra o esvaziamento do campo da política na atualidade. Nesse sentido, a psicologização da psicanálise na educação poderia ser localizada como um sintoma da crise da modernidade.

Assim, perguntamos, seria possível haver outras formas de transmissão da psicanálise no campo educativo que não incorresse na manutenção da psicologização da psicanálise na educação e que pudesse ter outra incidência na formação de educadores?

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. L. F. *A história da psicanálise no Brasil*. São Paulo: Escuta, 2001.

_____. Um inventário das relações entre Educação e Psicanálise no Brasil: perspectiva histórica. In: Maria Lúcia de Oliveira (org.). *Educação e Psicanálise: história, atualidade e perspectivas*. 1a. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 125-142.

_____. As influências da psicanálise na educação brasileira no início do século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, 2006, p. 233-239.

ALMEIDA, S. F. C. Transmissão da psicanálise a educadores: do ideal pedagógico ao real da (trans)missão educativa. *Estilos da Clínica* (USP), São Paulo, v. 21, 2006, p. 14-23.

ARENDT, H. A crise na educação. In: *Entre o Passado e o Futuro*. M. W. B. de Almeida, trad. 5ª. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 221-247.

_____. *A Condição Humana*. R. Raposo, trad. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BIRMAN, J. (org.). *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1988.

_____. *Psicanálise, Ciência e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CALLIGARIS, C. Sociedade e indivíduo. In: *Psicanálise e Sintoma Social*. São Leopoldo: ed. Unisinos, 1993.

CARVALHO, J. S. F. *Construtivismo: uma pedagogia esquecida*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. A Crise na Educação como crise da modernidade. *Revista Educação - Especial* Hannah Arendt Pensa a Educação, São Paulo, p. 16 – 25. Artigo publicado em revista da ed. Abril, edição especial, sem data (s/d).

CIFALI, M. *Freud pédagogue? Psychanalyse et éducation*. Paris: InterÉditions, 1982.

COLLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. *A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação)*. Série Idéias, n. 23, São Paulo: FDE, 1994, p. 25- 31.

COSTA, J. F. Saúde mental: produto da educação? In: *Violência e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

_____. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007 (5ª. Edição).

COUTINHO, A. B. V. *A Inserção da Psicanálise no Campo Educacional: apropriações de um discurso*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CUNHA, M. V. *A educação dos educadores: da Escola Nova à escola de Hoje*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

DUTRA, O. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ; Belo Horizonte: ed. UFMG, 1997.

DOLTO, F. *Os caminhos da educação*. E. Brandão, trad. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FIGUEIREDO, L. C. *Psicologia: uma introdução*. São Paulo: Educ, 1991.

FILLOUX, J. C. *Psicanálise e Educação*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2002.

FLEIG, M. (org.) *Psicanálise e sintoma social*. São Leopoldo: ed. Unisinos, 1993.

FREUD, S. (1913). Totem e Tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. (1914). A História do Movimento Psicanalítico. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. (1926) A questão da análise leiga. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago Editora; 1990, pp. 203-93.

_____. (1929). Mal-estar na Civilização. In: *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. (1932). Novas Conferências Introdutórias a Psicanálise Conferência XXXIV: Explicações, aplicações e orientações. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 167- 191.

FUKS, B. *Freud & A Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GOLDENBERG, R. *Política e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

KUPFER, M. C. *Freud e a Educação: O Mestre do Impossível*. São Paulo: Scipione, 1989.

_____. *Educação para o Futuro: psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta, 2001.

_____. Françoise Dolto, uma médica de educação. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza: v. VI, no. 2, , set. 2006, p. 561-574.

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967. In: *Outros Escritos*. V. Ribeiro, trad. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 248-264.

_____. (1966). A psicanálise e seu ensino. In J. Lacan, *Escritos*. V. Ribeiro, trad. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 438-460.

LAJONQUIÈRE, L. *Infância e Ilusão (Psico) Pedagógica*: escritos de psicanálise e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *De um ensino da psicanálise ao balanço de uma transmissão*. In: 6º Colóquio Internacional do LEPSI IP/FE - USP, 2006, São Paulo. 6º Colóquio do LEPSI IP/FE - USP, 2006a.

_____. Freud pensa a educação: Educação, religião e cientificismo. *Educação* (São Paulo), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-25, 2006b.

LIMA, A.L.G. *O espectro da irregularidade ronda o aluno*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOPES, E. M. T. A. Psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”. In Freitas & Kuhlmann J. (orgs.), *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 319-343.

MACEDO, L. & AMÊNDOLA, B. (orgs.) *Psicanálise e Pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MACHADO A. M. Avaliação e Fracasso: a produção coletiva da queixa escolar. In: AQUINO, J. G. (org.). *Erro e Fracasso na Escola*: alternativas teórico práticas. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1998. p. 73-79.

_____. & SOUZA, M.P.R. As crianças excluídas da escola: um alerta para a Psicologia. In: A. M. Machado & M.P.R. Souza (orgs.). *Psicologia Escolar*: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MANONNI, M. *Educação Impossível*. A. Cabral, trad. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MARCONDES, D. *A Medicina e a Psicologia*. São Paulo: Martins, 1951.

_____. Parecer sobre o exercício da psicoterapia por psicólogos não médicos. *Folheto*, IPUSP, 1944.

_____. *Clínica de Orientação Infantil: suas finalidades e linhas gerais*. São Paulo: Martins, 1946.

MILLOT, C. *Freud Antipedagogo*. A. Roitman, trad. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MOÍSES, M.A.A. *A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MOKREJS, Elisabete. *A psicanálise no Brasil: as origens do pensamento psicanalítico*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

MONTEIRO, E. A. *Sobre uma especificidade do ensino da psicanálise: a formação de educadores*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, C.L.M.V. *História da psicanálise. São Paulo (1920 a 1969)*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2006.

PARKER, I. *Cultura psicanalítica: discurso psicanalítico na cultura ocidental*. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

PATTO, M. H. S. *A Produção do Fracasso Escolar*. 3ª. Edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

_____. *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: TAO Editor, 1984.

_____. *Mutações do Cativo: escritos de psicologia e política*. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. Freud e a Pedagogia. In: MACEDO & AMÊNDOLA, B. (orgs.), *Psicanálise e Pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

PATTO, M. H. S. & FRAYZE-PEREIRA, J. (orgs.). *Pensamento Cruel - humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

PERESTRELLO, M. Ainda sobre a história da psicanálise no Brasil. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 29(3), p. 667-674, 1995.

RAMOS, A. *Educação e Psicanálise*. Cia. Editora Nacional, 1934.

_____. (1939). *A criança problema*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. V. Ribeiro e L. Magalhães, trad. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Genealogias*. N. L. Cintra, trad. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SAGAWA, R. Y. *Durval Marcondes*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, F. L. O mundo vazio: sobre a ausência da política no mundo contemporâneo. In: *Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SIRCILLI, F. *A argumentação de Arthur Ramos a favor da psicanálise na educação: análise retórica de um livro-argumento*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Octavio. Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática, in: ARAGÃO, L. T. et al. *Clínica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991, p.75-92.

VOLTOLINI, R. *A Questão da Vocação: Psicanálise e Educação*. Tese de doutorado apresentada ao IPUSP, São Paulo, 1999.

_____. Do contrato pedagógico ao ato analítico: contribuições à discussão da questão do mal-estar na educação. In: *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*. São Paulo, Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, IPUSP, 6(100), 2001.

_____. A relação professor-aluno não existe: corpo e imagem, presença e distância. *ETD. Educação Temática Digital*, v. 8, p. 119-139, 2007.

_____. Psicanalisar e educar ou psicanálise e educação? In: Nina Leite; Flávia Trocoli. (org.). *Um retorno a Freud*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, v. 1, p. 325-337.

_____. Ensino e Transmissão: duas posições na linguagem. In: BEHARES, I. e. & GIMÉNEZ R. R. (orgs.) *Cuerpo, Lengua y Enseñanza*. Uruguai, Universidad de la República. Facultad de Humanidades Y Ciencias de la Educación, Departamento de Publicaciones, 2008, p. 181 – 192.